

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO EM ECONOMIA**

**AGROINDÚSTRIA E PEQUENA PRODUÇÃO: INTEGRAÇÃO
MODERNIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA.
(O CASO DA NESTLÉ NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA/MG)**

CLAUDIONOR BARROS

CAMPINA GRANDE

1997

CLAUDIONOR BARROS

**AGROINDÚSTRIA E PEQUENA PRODUÇÃO: INTEGRAÇÃO,
MODERNIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA.
(O CASO DA NESTLÉ NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA/MG)**

**Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado
em Economia, da Universidade Federal da
Paraíba, como parte dos requisitos para
obtenção do grau de Mestre em Economia**

Área de concentração: Economia Rural

Orientador: Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos

Campina Grande

1997





B277a

Barros, Claudionor

Agroindustria e pequena producao : integracao, modernizacao e dependencia (o caso da nestle no municipio de Bocaiuva/MG) / Claudionor Barros. - Campina Grande, 1997.

144 f.

Dissertacao (Mestrado em Economia) - Universidade Federal da Paraiba, Centro de Humanidade.

1. Agroindustria. 2. Pequena Producao. 3. Economia Rural. 4. Bacia Leiteira do Norte de Minas - Nestle. 5. Agroindustria - Regioes pouco Desenvolvidas. I. Santos, Roberio Ferreira dos. , Prof. Dr. II. Embirucu, Marcelo, Dr. III. Universidade Federal de Campina Grande - Campina Grande (PB) IV. Título

CDU 338.43.01(815.1)(043)

CLAUDIONOR BARROS

**AGROINDÚSTRIA E PEQUENA PRODUÇÃO: INTEGRAÇÃO,
MODERNIZAÇÃO E DEPENDÊNCIA.
(O CASO DA NESTLÉ NO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA/MG)**

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 06/06/1997

.....
Prof. Dr. Robério Ferreira dos Santos
Orientador

.....
Prof. Dr. Ivan Targino Moreira
Examinador

.....
Prof. Dr. Paulo Ortiz Rocha de Aragão
Examinador

Campina Grande

1997

DEDICATÓRIA

Dedico a memória de meus pais,
Sebastiana e José Claudino Barros

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela saúde e sabedoria; á Universidade Estadual de Montes Claros e ao Departamento de Economia, pela liberação para realizar o curso; á Coordenação de mestrado da UFPb, seus professores e funcionários; ao Sr. Antenor, do Instituto Mineiro de Agropecuária, e também ao técnico Augustinho, por não medir esforços para me acompanhar pelas poerentas estradas do interior de Bocaiúva, localizando os produtores, na pesquisa de campo; aos pequenos produtores de leite do município de Bocaiúva, pela hospitalidade e boa vontade em responder aos questionário.

Agradeço especialmente ao meu orientador e amigo, Professor Robério, pela dedicação e paciência na condução dos trabalhos. A todos muito obrigado!

SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRAC	
INTRODUÇÃO.....	9

PARTE I

CAPÍTULO 1 -A PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR NO CAPITALISMO.....	13
Introdução.....	13
1.1 A Análise dos Clássicos.....	14
1.2 A Lógica Não Capitalista da Produção Camponesa.....	27
1.3 A Pequena Produção Familiar Hoje	34
1.4 Conclusão	39
Notas	40

CAPÍTULO 2 - A DISCUSSÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO NO BRASIL E SUA INTEGRAÇÃO COM A AGROINDÚSTRIA.....	41
Introdução.....	41
2.1 Teses em Debates Até Meados da Década de 60.....	42
2.2 Pequena Produção e Modernização da Agricultura Brasileira	46
2.3 A Integração da Pequena Produção à Agroindústria	53
2.4 Delimitação do Termo Pequena Produção	62
2.5 Conclusão	68
Notas	70

PARTE II

CAPÍTULO 3 - UMA MULTINACIONAL NO SETOR LEITEIRO DO NORTE DE MINAS	72
---	----

Introdução	72
3.1 A Nestlé no Brasil - Um Breve Histórico.....	73
3.2 A Fábrica da Nestlé em Montes Claros e as Relações da Empresa com Fornecedores de Leite na Região.....	79
3.3 Algumas Considerações Sobre a Pecuária Leiteira no Brasil, e o Mercado de Leite no Norte de Minas.....	84
3.4 Caracterização da Área de Estudo.....	90
3.5 Conclusão.....	93
Notas.....	95

CAPÍTULO 4 - A INTEGRAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA COM A NESTLÉ, E SEUS RESULTADOS.....

Introdução.....	96
4.1 A Pecuária Bocaiuvense e o Mercado do Leite.....	97
4.2 A Nestlé e Seus Fornecedores em Bocaiúva.....	98
4.2.1 O Perfil do Produtor.....	100
4.2.2 O Perfil da Propriedade e Infra-estrutura Produtiva.....	102
4.2.3 Indicadores Sociais.....	106
4.2.4 Integração Produtor de Leite/Nestlé.....	108
4.3 Conclusão.....	113

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
BIBLIOGRAFIA.....	120
ANEXO I.....	122
ANEXO II.....	136

RESUMO

O domínio do mercado, e mudanças nas formas de produção, utilizadas pelo grande capital industrial, notadamente a agroindústria em regiões pouco desenvolvidas, onde a pequena produção familiar, ainda que tecnicamente atrasada, tem um peso econômico expressivo, torna-se um importante exemplo no estudo do avanço do capital no campo e a subordinação da agricultura à indústria. O objetivo deste trabalho foi analisar as estratégias utilizadas pela Nestlé na ocupação e domínio da bacia leiteira do Norte de Minas e no processo de integração dos pequenos produtores de leite do município de Bocaiúva, no fornecimento de leite para atender a sua indústria. Foi mostrado que este tipo de parceria tem levado, paulatinamente, o pequeno produtor a uma situação de dependência e subordinação, à medida que transforma sua unidade produtiva, para atender exclusivamente à produção do leite, constituindo este, na maioria das vezes, sua única fonte de renda. Observa-se, ainda, que a decisão do produtor em vender seu produto à Nestlé, ocorre basicamente por circunstância do mercado, típico de oligopsônio. A falta de incentivos, no desenvolvimento de outras atividades, torna o produtor cada vez mais preso à pecuária de leite. Conclui-se, que o futuro dos pequenos pecuaristas bocaiuvenses, a menos que fatores externos alterem este quadro, caminha para um grau de dependência e subordinação à agroindústria cada vez mais profundo, dependendo totalmente desta para sua sobrevivência.

ABSTRAC

The market domain as well as the changes in the production, utilized by the great industrial capital, mainly the agrindustries in less developed countries, where the small familiar farm, still technically late, has an expressive economical influence, becomes an important axample on the study of the capital advance in rural areas and in the agricultural subordination to industry. This research's objective was to analyse the strategies used by Nestlé in the milkmaid basin occupation and management in the North of Minas state and in the integration process of the Bocaiúva county's small milk farmers. It was shown that this kind of partnership has taken, slowly, the small farmer to a situation of dependence and subordination, as it changes their production unit to wait for, exclusively, the milk production, making of this, mostly, their only outcome. It was still observed that the farmer decision of selling his milk to Nestlé occurs basically due to the marked circumstances, typical of the oligopsony situation. The lack of incitement in developping other activities makes the farmer more and more captive to the cattle breeding of milk, Therefore, the future these little cattlemen from Bocaiúva county, if external facts don't modify this board, walks to a major agroindustry's dependence and subordination, making them dependent of the Nestlé agroindustry in a high degree.

Introdução

O avanço do capital na agricultura e sua subordinação a este ocorre no momento em que o setor agrícola não depende somente de si para sobreviver, mas também do mercado, esta dependência se intensifica com a revolução industrial, ocorrida nas primeiras décadas do século passado. A expansão da indústria e o crescimento demográfico levaram a uma crescente pressão sobre a agricultura, no sentido de sua produção e produtividade. Isso ocorreu, com a incorporação de novas técnicas e insumos, principalmente máquinas oriundas da indústria.

O avanço tecnológico verificado no século XX, notadamente na segunda metade, tanto na indústria como na agricultura, e as relações cada vez mais estreitas entre ambas, têm levado os estudiosos da questão agrária a uma reavaliação no referencial teórico que tem norteado suas pesquisas, diante de novas perspectivas para a agricultura do século XXI.

Os estudos nesta área deverão privilegiar, cada vez mais, essa interrelação, procurando entender melhor a dinâmica da pequena produção e suas relação com o capital.

O presente trabalho procura, através de um estudo de caso, analisar as relações entre capital e trabalho na agricultura, através da integração do pequeno produtor com a agroindústria. Isso será feito com o estudo do interrelacionamento entre a Empresa Nestlé, multinacional mundialmente conhecida no ramo de laticínios, e os pequenos produtores de leite do município de Bocaiúva-MG. A fim de elucidar melhor o problema que norteará o trabalho torna-se necessário uma abordagem do que o referencia.

O Estado de Minas Gerais é, por tradição, um grande produtor de leite, porém isto não ocorre de forma uniforme; essa produção está concentrada no sul do Estado e no triângulo mineiro, onde se encontram os melhores rebanhos, unidades modernas de produção, e um clima favorável a esse tipo de atividade.

O Norte de Minas possui os problemas edafo-climáticos do Nordeste brasileiro, apresentando características bem diferentes do resto do Estado. A pecuária tem um peso

importante na economia da região, destacando-se a pecuária de corte, pois a de leite tem-se desenvolvido a passos lentos devido a vários problemas.

Diante desse quadro, faz-se necessário examinar duas questões: primeira: por que a Nestlé instalou sua única fábrica de leite condensado do Brasil, no Norte de Minas, cidade de Montes Claros, numa região com condições adversas ao desenvolvimento da atividade leiteira, utilizando-se como fornecedores de sua principal matéria-prima, o leite, na sua maioria pequenos pecuaristas. Segundo: por que os pequenos produtores de leite do município de Bocaiúva se integraram na sua maioria, com a Nestlé, na venda de praticamente toda sua produção, sujeitando-se a uma situação de dependência, ao invés de escolher outras alternativas para seu produto, ou até mesmo desenvolver outra atividade agrícola.

O objetivo deste trabalho é analisar as estratégias do grande capital, neste caso a Nestlé, no processo de ocupação e desenvolvimento da bacia leiteira do Norte de Minas, a fim de garantir matéria-prima para sua fábrica, em melhores condições possível, e, principalmente, avaliar a forma como tem ocorrido o processo de integração dos pequenos produtores de leite com a Nestlé, e qual tem sido os resultados desta parceria para o produtor até o momento, e seus reflexos no município.

Os pequenos produtores Bocaiuvenses, a exemplo de outras regiões, onde ocorre o sistema de integração com a agroindústria, enfrentam um problema típico, que é a falta de flexibilidade na sua produção, pois o capital produtivo é direcionado para um ou alguns poucos produtos, sob contrato da empresa

São duas as hipóteses de trabalho. A primeira é a de que este tipo de estrutura tem levado a uma evasão da mão-de-obra familiar na propriedade, uma vez que a tecnologia utilizada poupa mão-de-obra e não reflete necessariamente um aumento da renda familiar, pois os membros excedentes da família, são obrigados a procurar emprego na cidade, ou em outras regiões, sendo, nos períodos de safra, substituídos em parte por mão de obra temporária. A segunda, a de que este quadro tem levado o produtor a uma situação de

dependência cada vez mais profunda, com a agroindústria, à medida que moderniza sua produção para atender a um único produto.

Este trabalho está dividido em duas partes; na primeira, os dois primeiros capítulos, dá-se destaque ao enfoque teórico. Com base em bibliografias de vários autores que tratam da questão, ou que contribuem para o seu estudo, procura-se discutir a pequena produção, mostrando as tendências previstas pelos autores clássicos quanto ao seu futuro, e sua situação atual, na concepção de autores contemporâneos. Trata-se ainda do estudo da pequena produção, no contexto da agricultura brasileira, e sua definição na versão de vários autores, e também a definição a ser utilizada para efeito deste trabalho.

Na segunda parte, os dois últimos capítulos, com o referencial teórico já delineado, analisam-se as questões, de forma empírica, agora dentro do estudo de caso. São tratadas as questões relativas à empresa, sua participação no mercado brasileiro e no desenvolvimento da bacia leiteira regional, e, finalizando, o estudo do pequeno produtor de leite e sua relação com a Nestlé, via integração

Serão utilizadas, como fonte de dados, além de consultas a censos agropecuários, anuários estatísticos, entre outras publicações que tratam do assunto, a pesquisa de campo. Para essa última, foram utilizados dois instrumentos de pesquisa: a entrevista e o questionário. Nas entrevistas, procura-se obter o maior número possível de informações sobre o assunto, não disponíveis em outras fontes, para tanto, foram consultadas as seguintes empresas e órgãos: Fábrica da Nestlé em Montes Claros, Posto de resfriamento da Nestlé em Bocaiúva, COOPAGRO (Cooperativa Agropecuária Regional de Montes Claros), IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária), e EMATER (Empresa Mineira de assistência Técnica Rural). Quanto aos questionários, foram aplicados diretamente aos pequenos produtores de leite, na suas propriedades. Foram aplicados 30 questionários, representando 32% do universo, distribuídos ao longo de 160 km de linha de leite no município. A escolha dos produtores foram feitas de forma aliatória, dentro do universo a ser pesquisado.

PARTE I

CAPÍTULO 1

A PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR NO CAPITALISMO

INTRODUÇÃO

O avanço do capitalismo no campo e a transformação da agricultura vem sendo estudados há séculos por vários autores. Nesta gama de materiais encontram-se linhas diversas de pensamentos e previsões das mais variadas para a agricultura, em especial para a pequena produção familiar, objeto deste estudo.

No presente capítulo, foram selecionadas as obras de alguns autores, que serão apresentadas de forma sucinta, o que se pode denominar “gênese da pequena produção camponesa”. Isso se faz necessário para que o leitor tenha uma idéia, mesmo que superficial, do processo de transformação por que vem passando a pequena produção, e para que se tenha um referencial teórico para o estudo de caso, proposto para segunda parte deste trabalho.

O capítulo está dividido em três partes: a primeira trata da análise dos autores considerados marxistas, incluindo o próprio Marx, Lenin e Kautsky, que de uma forma ou de outra preconizaram o fim da pequena produção familiar camponesa no capitalismo. Na segunda, e contrapondo-se aos anteriores, são sumarizados os argumentos de Chayanov e Tepicht, que procuram mostrar o campesinato como uma existência independente do capitalismo, com uma lógica própria e com tendência por isso mesmo, a perpetuar-se. Por fim, será mostrada como está a pequena produção familiar e qual seu papel em alguns países capitalistas, na versão de alguns autores.

Como não é objetivo deste trabalho aprofundar nas questões teóricas, nem nas discussões que envolvem os autores acerca do tema, procurou-se incluir apenas os pontos necessários à compreensão das análises efetuadas nesta dissertação.

1.1 A ANÁLISE DOS CLÁSSICOS

Marx, Lênin e Kautsky, ao tratarem da questão agrária no capitalismo, deixaram claro que o futuro da produção camponesa estava condenada ao desaparecimento, com o avanço do capitalismo no campo. Vejamos os principais pontos dos argumentos destes autores, quanto a esta questão.

Marx

Para Marx o desaparecimento da pequena produção camponesa no capitalismo é fruto de um processo de transformação, pois sua existência está condicionada a uma forma de produção que não mais existe. Numa economia essencialmente rural, ela cede lugar a novas formas de produção, à medida que o capital domina também a agricultura. Vejamos como Marx analisa estas mudanças e a decadência da pequena produção.

No modo de produção capitalista não há diferença na forma como o capital atua neste ou naquele setor, todos estão sujeitos a mesma lei. Desta forma:

“...o modo capitalista de produção domina além da atividade fabril, a agricultura, isto é, que esta é explorada por capitalista que de saída só se destingue dos demais pelo setor em que aplicam o capital e o trabalho assalariado mobilizado por este capital. Para nós o arrendatário produz trigo, como o fabricante produz fios ou máquinas”(Marx,1979:705).

Porém, apesar de ter comentado que para o capital não há diferença quanto ao setor que atua, Marx procura mostrar que a terra determina uma manifestação distinta da lei do valor na agricultura, o valor dos produtos agrícolas não são determinados pelas condições médias de produção, como ocorre nos produtos de atividade fabril, mas sim, pelas piores condições de produção demandada socialmente. Isso porque as terras em piores condições

só são cultivadas quando auferem uma determinada renda ao seu proprietário, ou seja, renda absoluta.

“ O preço de mercado portanto tem de elevar-se acima do preço de produção, a $P + r$, de modo que o proprietário possa auferir uma renda. Uma vez que, segundo a suposição estabelecida, a propriedade fundiária sem o arrendamento nada rende e fica desprovida de valor sob o aspecto econômico, bastará pequeno acréscimo ao preço de mercado, ultrapassando o preço de produção, a fim de trazer para o mercado as novas terras de pior qualidade”(Marx, 1979:870).

O monopólio da terra para Marx é condição fundamental para o modo capitalista de produção, a propriedade fundiária nos moldes feudais não atende à nova realidade, é preciso romper com as relações pessoais de produção, dissociar a propriedade fundiária das relações senhoriais e de sujeição “... a terra nada mais é que um tributo em dinheiro que o monopólio lhe permite arrecadar do capitalista industrial, o arrendatário”(Marx, 1979:909).

Não resta dúvida, segundo Marx, que o modo de produção capitalista tem também seus méritos ao se apossar da agricultura, primeiro racionalizando, permitindo sua exploração em escala social, desenvolvendo-a cientificamente com a aplicação da agronomia etc, muito embora este progresso tenha um preço alto, de início reduzindo ao empobrecimento completo os produtores imediatos. Contudo para o autor, estas mudanças seriam um mal necessário.

Essas transformações no campo trazem também mudanças na estrutura social vigente, com o surgimento de três classes distintas em confronto, qual seja: O capitalista, que emprega os meios de produção e se apropria da mais valia na forma de lucro; o proprietário de terras, que recebe a renda fundiária pela simples posse e monopólio da terra; e, por último, o trabalhador, que em troca de sua força de trabalho recebe o salário. A produção camponesa é vista apenas como transição, e sua ocorrência se dá somente onde o capitalismo se acha pouco desenvolvido, pois a tendência é prevalecer cada vez mais a grande exploração capitalista. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

As formas apresentadas pela renda da terra, com o desenvolvimento da agricultura, permitem ao capitalista apossar-se deste novo ramo de produção, e nele aplicar seu capital como qualquer outro. Contudo, este processo ocorre de forma progressiva, a renda fundiária se aperfeiçoa e muda a cada novo estágio de desenvolvimento. Parte de um sistema senhorial e arcaico para uma economia monetizada, onde o capitalismo se encontra em sua fase avançada. Esse processo perfaz-se na gênese da renda fundiária capitalista. A princípio a renda se apresenta na sua forma mais simples, ou seja, a renda trabalho, onde parte da semana o produtor trabalha para si, e a outra parte, para o dono da terra. Aqui, a forma em que expressa o trabalho excedente é a renda, e não o lucro, renda e mais valia, portanto, se indentificam.

Na sequência, temos a renda em produto. No aspecto econômico nada se altera, mas se registra um avanço, pois supõe um estágio cultural superior do produtor imediato, dispensa coações diretas do senhor da terra ou seu representante compelindo ao uso da lei.

A renda em dinheiro, metamorfose da renda em produto é sem dúvida a forma mais completa da renda fundiária capitalista. Para Marx.

“Quando a renda assume a forma de renda dinheiro a terra passa necessariamente a ser arrendada a capitalistas que até então estavam fora do domínio rural, eles trazem para o campo e para a agricultura o capital obtido nas cidades e o modo capitalista de produção já desenvolvido na economia urbana”(Marx,1979:916).

É importante notar que a renda nesta fase deixa de ser a forma normal da mais valia e do trabalho excedente, e passa a ser a sobra deste trabalho, no qual aparece depois de deduzida a parte que se apropria o capitalista sob a forma de lucro, o lucro e não mais a renda é a forma normal da mais valia.

Para Marx, a entrada do capital no campo não se processa de maneira imediata e geral, mas progressiva e em certas atividades especiais da produção rural, como pecuária, ovinocultura etc, e aos poucos passa para outros ramos. À medida que isso ocorre, nota-se

uma mudança no comportamento do agricultor com o mercado: registra-se aí uma relação cada vez mais estreita e dependente entre ambos, já que agora o agricultor depende do mercado para sobreviver, pois precisa do dinheiro para pagar a renda, os impostos etc. A dependência, em maior ou menor grau, torna-se inevitável. Essa nova realidade leva também a uma mudança na estrutura fundiária, despoja progressivamente da terra os antigos possuidores que as cultivavam, substituindo-os por arrendatários capitalistas, e até mesmo por camponeses mais bem situados.

Diante dessas mudanças verifica-se uma redivisão da propriedade fundiária; primeiro pela procura cada vez maior por terras para arrendamentos, de preferência de tamanho reduzido; segundo pela compra por parte dos agricultores das terras que antes lavravam, livrando-se da renda e tornando-se camponeses independentes com propriedade plena do solo. Mas, devemos acrescentar também que, junto destas e em número considerável, estão as pequenas propriedades fundiárias, que tentam sobreviver nesta nova forma de produção. Que futuro Marx preconiza para elas?

Para Marx não há lugar para a pequena propriedade no novo sistema, ela pertence ao passado quando a maioria da população era rural, predominando o trabalho isolado e não o social, inexistiam as condições materiais e espirituais da riqueza e desenvolvimento da produção, inexistia também renda a pagar, e o lucro suplementar pertencia ao camponês, a quem cabia o rendimento de todo o trabalho, pois a terra não era monopólio de alguns. Segundo Marx:

“A propriedade livre, do próprio cultivador da terra é sem dúvida a forma mais normal da propriedade fundiária para a pequena exploração agrícola; isto é, para um modo de produção em que a posse da terra é condição para o trabalhador apropriar-se do produto do trabalho próprio ...A propriedade da terra é tão necessária para o pleno desenvolvimento deste modo de exploração quanto a propriedade do instrumental, para o livre desenvolvimento do artesanato. Serve aí de base para o desenvolvimento da independência pessoal”(Marx,1979:924).

Ocorre, assim, que no modo de produção capitalista, a posse da terra, antes solução para a pequena propriedade, agora é sua ruína; o capital necessário para incrementar a produção agrícola é desviado para comprar terras, cada vez mais caras, acabando por levar o agricultor à usura e ao sistema financeiro, que aceleram sua ruína. Ademais, a pequena propriedade não consegue acompanhar o desenvolvimento da agricultura, ao contrário, utilizando métodos de cultivo tradicional empobrece e esgota o solo. Desta forma, exclui o desenvolvimento da produtividade social do trabalho e a aplicação progressiva da ciência.

Toda crítica da pequena propriedade feita por Marx reduz-se, em última análise, à crítica à propriedade privada, para ele limite e estorvo da agricultura. Quanto à inviabilidade da pequena propriedade no desenvolvimento da agricultura capitalista ele é decisivo.

“A pequena propriedade fundiária gera uma classe até certo ponto à margem da sociedade e que combina toda crueza das formas sociais primitivas com todos os sofrimentos e todas as misérias dos países civilizados. A grande propriedade fundiária deteriora a força de trabalho no último refúgio onde se abriga sua energia natural e onde ela se acumula como fundo de reserva para renovar a força vital das nações: no próprio campo”(Marx,1979:931).

Lenin

Apesar da contribuição de Marx sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura, não é nos seus escritos que vamos encontrar a questão agrária formulada de forma explícita, mas sim em Lenin e Kautsky, notadamente em duas grandes obras: O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, escrito por Lenin, e a Questão Agrária, por Kautsky, ambas publicadas em 1899. Em seu trabalho, Lenin apresenta, de forma detalhada, o problema da desintegração do campesinato, ao analisar na Rússia o processo de formação do mercado interno na produção capitalista.

Para Lenin (1982) a decomposição dos pequenos agricultores em patrões e operários agrícolas constitui a base sobre a qual se forma este mercado, e para melhor entendê-lo é

preciso conhecer a heterogeneidade social existente no campo. Daí a ênfase que ele dá, não só neste trabalho, mas também em outros, à “diferenciação social do campesinato”. Para ele, o avanço do capitalismo na agricultura traz mudanças profundas no campo; no início, com o surgimento de três classes definidas: a burguesia rural, o camponês médio, e o proletariado, permanecendo depois apenas os extremos. Vejamos como ele analisa esse processo:

A desintegração do campesinato provoca o desenvolvimento dos grupos extremos, em detrimento do campesinato médio. O primeiro é a burguesia rural ou o campesinato rico. Este associa a agricultura comercial, as empresas industriais e comerciais. Geralmente as dimensões destas explorações estão acima das possibilidades da força de trabalho apenas da família, o que leva à demanda de um contingente de operários agrícolas e diaristas, condição indispensável ao campesinato rico. Outro tipo é o proletariado rural, a classe dos operários assalariados, que envolve o campesinato pobre, o seu representante típico é o assalariado agrícola, o diarista, o peão, e suas características são:

“Possui estabelecimento de extensões ínfimas e em total decadência, não pode viver sem vender sua força de trabalho, seu nível de vida é extremamente baixo. Ao proletariado rural pertence não menos que a metade dos estabelecimentos camponeses, ou seja, todos os camponeses sem cavalos, e a maior parte dos que só tem um”(Lenin, 1982:116).

O elo intermediário é o campesinato médio. Na economia mercantil é o grupo menos desenvolvido e que mais contrai dívidas. A cada ano neles aumentam as fileiras dos proletariados, confirmando a tendência que a “burguesia rural promove a avicção não apenas do grupo inferior, mas também do grupo médio do campesinato. Assim, ocorre um fenômeno especificadamente próprio da economia capitalista: a eliminação dos camponeses médios e a intensificação dos extremos, a descamponização”(Lenin, 1982:116).

Para analisar a economia agrícola russa e confirmar suas teorias, Lenin utiliza os dados dos censos estatísticos dos *zemstvos*¹, de algumas províncias russas, tendo como base a área semeada e o número de animais de tração dos agricultores.

A “segunda parte” por assim dizer do trabalho de Lenin sobre a questão agrária, está em outra grande obra “Capitalismo e Agricultura no Estados Unidos”, publicada em 1917. Ele atribui nesta obra novos dados sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Enquanto no trabalho anterior ele centra sua análise na diferenciação das classes sociais no campo como processo de desenvolvimento do capitalismo, na segunda ele procura mostrar o caráter capitalista da agricultura através do uso, em larga, escala do trabalho assalariado no campo, e a intensidade do uso de capital por unidade de terra, ambos como fatores que levam paulatinamente à eliminação da pequena produção camponesa. Por estar mais ligada à nossa linha de pesquisa, dispensaremos maior atenção a essa obra.

Lenin toma a economia dos Estados Unidos como fulcro de sua análise, não por acaso, pois naquela época o país oferecia o exemplo mais adequado para este tipo de estudo, encontrava-se na “vanguarda do capitalismo moderno”, afora os censos agrícolas de 1900 e 1910 lá realizados, que constituíam a “última palavra em estatística social nesta esfera da economia”.

Devido à extensão e diversidade da agricultura americana, Lenin divide o país em três regiões para estudo, optando pelo que já haviam feito os estatísticos americanos, em 1910, ou seja, o sul, norte e oeste. Cada uma delas apresenta condições e estruturas diferentes de desenvolvimento, contudo o capital se apossa de todas elas a sua maneira, subordinando-as cada uma de forma diferente.

O processo de ocupação de terras na América ocorreu praticamente pela formação de homestead² e farms³, diferenciando em vários aspectos de acordo com a região. No norte, por exemplo, região industrial e de certa densidade populacional, as farms são de tamanho reduzido, se comparadas com o sul e oeste, intensivas portanto em capital. No oeste, em processo de colonização, predominam os homesteads, a agricultura é extensiva e pouco capitalizada. No sul, predominam ainda grandes latifúndios escravistas em processo de desintegração, predominando a cultura de poucos produtos, embora em grandes quantidades (Lenin, 1980:05-13). Não vamos aqui entrar em detalhes sobre o desenvolvimento de cada

uma destas regiões. Faremos uma análise do processo econômico em curso, verificando de que maneira o capital tem-se expandido de uma forma geral em todas as regiões.

Para Lenin, o caráter capitalista da agricultura de cada uma dessas regiões dependia das diferenças na quantidade de capital investido naquele setor, o que significava diferenças nas modificações técnicas e no emprego de mão-de-obra assalariada. Quanto à agricultura americana como um todo, três pontos básicos podem ser destacados: modificações nas dimensões médias das farms, utilização de trabalho assalariado, e a intensidade de capital utilizada.

De início pode-se notar que, em todas as regiões, houve, de certa forma, uma redução no tamanho das farms. Porém, no sul, caracterizou-se um gigantesco processo de desmembramento de seus grandes domínios. Proprietários de imensos latifúndios começam, gradativamente, à medida que cresce a população e a demanda de algodão, a vender estas terras aos negros, ou a distribuí-las, em pequenas parcelas, em troca da metade da colheita.

“Desta forma verifica-se a passagem de latifúndios escravistas incultos em nove décimos, à pequena agricultura mercantil, não a agricultura fundada no trabalho familiar, como gostam de afirmar os economistas burgueses (...) esta expressão é um termo ôco, uma frase declamatória sem qualquer conteúdo, que contribui para confundir as mais diversas formas sociais da economia”(Lenin,1980:18).

Quanto à utilização de mão-de-obra assalariada, característica fundamental da agricultura capitalista, as estatísticas americanas mostram com abundante documentação o uso desta. Os recenseamentos de 1900 e 1910 demonstraram que o emprego de mão-de-obra assalariada na agricultura moderna, e, em particular, nas pequenas explorações agrícolas, é bem mais importante do que geralmente se crê. Das três regiões pesquisadas, é no norte que a agricultura acusa o caráter mais capitalista, com 55% das farms recorrendo ao trabalho assalariado, sendo seguida pelo oeste e sul, onde esta característica é menos marcante. Para Lenin o número de farms que não contratam operários, ou se submetem a

uma ou outra forma de servidão, é o mínimo, quanto muito um quinto ou um quarto do total, e a tendência é de reduzir ainda mais. Aqui, a famosa pequena agricultura não capitalista, fundada no trabalho familiar é apenas um mito, e os cálculos estatísticos não deixam dúvidas quanto a isto, o incremento do emprego de trabalho assalariado supera o aumento da população rural e do número de farms (Lenin, 1980:20-25).

Lenin procura também mostrar que a agricultura intensiva em capital e trabalho, portanto agricultura capitalista de fato, que predomina em algumas regiões americanas, tende a ser o modelo de agricultura para toda a economia capitalista.

“Nota-se aqui que uma enorme redução na quantidade de terra por farms está vinculada a um enorme crescimento das despesas com adubos artificiais, de tal modo que a pequena produção (se se prossegue com o hábito de considerá-la pequena em relação à sua superfície) revela-se grande pelo montante de capital investido na terra. Tais casos não são únicos, mas típicos de todo país onde a agricultura intensiva adianta-se em relação à extensiva, ... e o desconhecimento desta particularidade típica engendra os erros correntes por parte dos admiradores da pequena agricultura, para os quais o único critério é a superfície da exploração”(Lenin,1980:33).

A definição de grande ou pequena exploração com base na sua superfície tornou-se um problema para os estudiosos da questão agrária, segundo Lenin. O autor faz um esforço para chamar a atenção de alguns cientistas sociais, que confundem e misturam grande exploração com grande propriedade. Nem Lenin, nem Marx, ao falar de pequena ou grande exploração, prende-se à pequena propriedade, eles reafirmam, mais de uma vez, que a linha principal de desenvolvimento da agricultura capitalista é a utilização de métodos intensivos, não pelo aumento da superfície cultivada, mas sim pela melhoria da qualidade do cultivo do solo e aumento da quantidade de capital aplicada numa mesma superfície, “... a pequena exploração, permanecendo pequena pela extensão de terra, transforma-se em grande exploração pelo volume de produção, desenvolvimento da pecuária, maquinaria adubos etc” (Lenin,1980:63). Uma vez esclarecida a questão quanto à pequena e grande exploração, fica

demonstrado para o conjunto da agricultura americana, segundo Lenin, um fato paradoxal e contudo incontestável:

“De uma maneira geral, não processa uma eliminação da pequena produção pela grande, mas que esta se reveste na eliminação das farms maiores quanto a superfície, mas menos produtivas, pelas farms menores, quanto a superfície, mas produtivas, mais intensivas e mais capitalistas”(Lenin,1980:71).

Para Lenin, a tendência fundamental e principal do capitalismo, tanto na indústria como na agricultura, é a eliminação da pequena produção pela grande. Todos os dados pesquisados até aqui apontam para esta realidade, porém esse processo não ocorre de forma imediata, pode assumir a forma de um longo processo de ruína e deterioração dos pequenos agricultores, capaz de se estender por anos e até por décadas. Isso se justifica pelas péssimas condições de vida, trabalho excessivo e má alimentação dos camponeses, aliados ao endividamento e à falta de progresso técnico (Lenin, 1980:64).

Kautsky

Para kautsky (1980), à medida que o capital se apropria também da agricultura, num processo lento mas irreversível, verifica-se uma revolução no campo. Primeiro, a dissolução da pequena indústria camponesa pela indústria essencialmente urbana e o comércio, depois a proletarianização do camponês e, conseqüentemente, a eliminação da pequena exploração. Vejamos, de forma sucinta, como kautsky analisa esse processo.

Verifica-se, de início a quebra das relações feudais de produção, entrave do desenvolvimento agrícola, a livre propriedade da terra numa economia mercantil era tudo de que o capital precisava para apoderar-se da agricultura. O camponês agora, para saldar seus compromissos, precisa de dinheiro, e tem de recorrer ao mercado, situação antes inexistente, pois a sua indústria doméstica e suas plantações garantiam sua sobrevivência. Ele torna-se

progressivamente dependente da indústria urbana e seus produtos, e também da legislação e seus impostos. Com isso o camponês perde paulatinamente sua autonomia sobre o que, como e quando produzir na sua propriedade. Os produtos da sua indústria doméstica são substituídos pela indústria urbana, ele passa a produzir apenas aquilo que o mercado exige. “O camponês caíra agora sob a dependência do mercado, que era para ele mais caprichoso e mais incerto que a temperatura” (Kautsky, 1980:32).

Para Kautsky, as dificuldades a serem enfrentadas pela pequena produção camponesa, a fim de garantir sua sobrevivência na sociedade capitalista, são difíceis de serem superadas, a começar pela forma de sua existência, tendo que concorrer no mercado com a grande exploração e todas as vantagens que desta advém.

“Isto cessou quando a servidão feudal desapareceu o senhor territorial se tomou livre proprietário de seu domínio, que procurou dilatar o mais possível e cultivar à sua maneira, com os seus próprios instrumentos, os seus próprios animais e os seus próprios operários assalariados. Então a grande exploração diferenciou-se inteiramente da pequena. Era agora esta que passava a desperdiçar trabalho” (Kautsky, 1980:112).

As vantagens da grande exploração, para Kautsky, começam com sua superioridade técnica, nos gastos com materiais e equipamentos na propriedade. Estes, na sua maioria, só são economicamente viáveis em grandes extensões de terras. Outra vantagem é a utilização de mão-de-obra assalariada em maior número, o que permite uma divisão técnica do trabalho entre operários manuais e intelectuais, resultando numa melhor organização da produção. Temos também o caso das construções, onde só se obtém êxito se empreendidas em larga proporção, caso de irrigação e drenagens. Adiciona-se também a tudo isso as grandes vantagens relativas ao crédito e comércio (Kautsky, 1980:118-121).

Um ponto extremamente negativo, segundo o autor, para a pequena exploração é o excesso de trabalho e insuficiência de consumo a que se submete. A resistência da pequena produção para não desaparecer acaba por ter um “custo alto” para o camponês, que sacrifica a si e a sua família numa luta sem fim. O trabalho forçado a que se submete continuamente

desgasta a todos, inclusive as crianças, que estão sempre sujeitas a exploração. “Só mesmo um partidário fanático da pequena propriedade territorial poderá ver alguma vantagem nesta dependência a que condena os trabalhadores, transformando-os em bestas de carga” (Kautsky,1980:128).

Esse processo de exaustão continua do operário tem início quando o produto do seu trabalho, no lugar de sustentar a si e a sua família, é conduzido ao mercado. Ali, sob efeito da concorrência, inclusive da grande exploração moderna, ele é obrigado, a fim de vender seus produtos, a aumentar a duração do seu trabalho, na mesma proporção dos processos técnicos de exploração que pratica. Essa diferença aumenta, cada vez mais, à medida que o camponês não tem condições de acompanhar os progressos na agricultura. Com isso a intensidade do seu trabalho o obriga a lançar mão do trabalho das crianças, cada vez mais cedo, restringindo a instrução que lhes é ministrada. Desta forma: “A intensificação da atividade do pequeno proprietário e de sua família, independentemente de qualquer consideração moral ou outra parecida, mesmo do ponto de vista econômico, não pode ser apresentada como vantagem da pequena exploração”(Kautsky,1980:129).

Outro empecilho que a pequena produção enfrenta, refere-se à constituição de sociedades cooperativas. Com raras exceções, caso das cooperativas de crédito, onde, através de hipoteca, ainda se conseguem algumas vantagens, a grande exploração sempre sai na frente. As desigualdades das mercadorias produzidas por um grande número de pequenos camponeses isolados são mais intensas que as de poucas grandes explorações. Porém as experiências têm demonstrado segundo o autor, que o trabalho agrícola não repele absolutamente a forma associativa para produção conjunta. A resistência dos camponeses de passarem da produção individual para a produção por associação explica-se, pelo que se chama “fanatismo da propriedade”. Eles estão mais presos à sua parcela de terra que o artesão à sua tenda. Não podem os camponeses imaginar as vantagens da reunião de um conjunto contínuo de terras, produzindo de forma organizada e racional, numa grande exploração agrícola (Kautsky,1980:140-145).

Para Kautsky, a forma cooperativa de produção é a salvação do camponês; contudo, é impressionante que ele não perceba isso. Quanto mais a população aumenta e se disputa o solo, tanto mais obstinadamente ele se apega a seu pedaço de terra, e se submete a toda crueldade que essa exploração lhe exige.

“Compreendendo que só poderá salvar-se por intermédio da produção agrícola cooperativa, o camponês compreenderá também que uma produção deste gênero só se realizará onde e quando o proprietário tenha a força de modificar a forma da sociedade, no sentido dos seus interesses”(Kautsky,1980:149).

Segundo o autor, o resultado da ineficiência da pequena exploração é o lastimável fato de ela não ser capaz nem mesmo de nutrir seu dono e sua família, tendo estes que apelar para um trabalho acessório. Esta proletarização do camponês deixa claro, de uma vez por todas, para os defensores da pequena exploração, o quanto ela não passa de um mito. Ao invés de concorrer com as grandes, as pequenas propriedades as favorecem, fornecendo assalariados e comprando seus produtos. Boa parte da população rural não aparece mais no mercado como vendedora de gêneros alimentícios, mas, sim, de força de trabalho. Tendo que dedicar boa parte de seu tempo ao trabalho acessório, a pequena exploração camponesa torna-se cada vez mais irracional e pouco a pouco excessiva para seu dono, que acaba por restringi-la. Dessa forma a terra torna-se mais procurada, não mais como meio de produção para venda, mas como condição de lar. “A cultura destas propriedades minúsculas, que não são mais que acessória da casa, se assemelha ao lar proletário, no qual os resultados mais pobres são obtidos a custa do maior gasto de trabalho e do esgotamento mais completo da mulher” (Kautsky,1980:191).

De início o camponês se assalaria nas grandes explorações agrícolas, até que a indústria a domicílio chega ao campo, sem poupar nenhum membro da família, ela os faz trabalhar o máximo pelo menor salário possível “... É o sistema mais infame de exploração capitalista , a forma mais degradante da proletarização dos camponeses” (Kautsky,1980:204). Contudo, as

indústrias a domicílio só constitui uma fase preliminar da grande indústria; elas só duram até que as máquinas da grande indústria cheguem ao campo, piorando ainda mais a situação do camponês. O resultado de todo esse processo para o autor é que, se antes a pequena exploração era sustentáculo para a grande, pois fornecia alimentos e mão-de-obra, agora, incapaz de produzir para seu próprio sustento, tem que comprar até mesmo alimentos, além de oferecer mão-de-obra a salários cada vez mais baixos, pois há muitos braços desocupados no campo. Agora é a grande propriedade que sustenta a pequena, sua existência está condicionada a existência da grande.

Portanto, quando Kautsky analisa o desaparecimento da pequena exploração, está se referindo a esta como produtora de mercadorias, que vende seus gêneros alimentícios ao mercado e que concorre com a grande exploração. A pequena propriedade camponesa, fornecedora de mão-de-obra barata, que subsiste, com o mínimo necessário, à custa da auto exploração dos membros da família, esta continuará a existir para atender grande indústria no campo, pelo menos até quando lhe for conveniente. Lógico é também que o pequeno produtor independente só permanecerá no campo enquanto puder auferir ganhos acessórios, nas indústrias ou grandes empresas agrícolas, que garantam sua sobrevivência.

1.2 - A LÓGICA NÃO CAPITALISTA DA PRODUÇÃO CAMPONESA

Para Abramovay (1992), é dentro da economia não marxista que sai uma das primeiras sistematizações conceituais e analíticas da pequena produção em sua expressividade na agricultura moderna. Trata-se de Alexander Chayanov, expoente maior da “Escola da Organização da Produção”⁴.

Para Chayanov, o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional, transitória, condenada ao desaparecimento, mas sim, um sistema econômico, em cuja existência é possível encontrar as leis da reprodução e desenvolvimento. Diferentemente do trabalhador assalariado, o camponês cria sua própria existência. A lei básica da existência camponesa é

resumida na expressão “balanço entre trabalho e consumo”, não podendo ser comparada com uma empresa. O uso do trabalho camponês é limitado pelo objetivo de atender às necessidades familiares. Uma vez assegurado este consumo, atribui-se um valor cada vez menor a unidade adicional de trabalho. Nesse sentido “... o volume da atividade familiar depende do número de consumidores, e de maneira alguma do número de trabalhadores” (Chayanov apud Abramovay,1992:59).

À medida que aumenta o tamanho da família, cresce a intensidade do trabalho. Porém, tanto a satisfação das necessidades de consumo, como o julgamento sobre a penosidade do trabalho de atingi-la são de natureza estritamente subjetivas. O valor que a família atribui a seu esforço e que explica o volume da atividade econômica depende da estimativa que é feita do trabalho, relativamente às satisfações ou não das necessidades de consumo. (Abramovay,1992:61). Quanto à renda familiar camponesa, ela é um todo indivisível, que depende de um organismo econômico único. Por isso é equivocada a tentativa de conceber o camponês como um capitalista, que é seu próprio operário. Na unidade de produção camponesa, a família “... como resultado do seu ano de trabalho, recebe uma renda do trabalho única, e pondera seus esforços relativamente aos resultados materiais obtidos” (Chayanov apud Abramovay,1992:61). Desta forma o que determina o comportamento do camponês não é o interesse de cada um dos membros da família, mas sim as necessidades decorrentes da reprodução do conjunto familiar.

O Camponês e a Agroindústria

Chayanov começa a ter dificuldades para explicar sua teoria quando admite que, embora o camponês seja independente, ele não é isolado, participa do mercado, consome bens industriais, e até se integra com a agroindústria, isto tudo sem perder o equilíbrio interno entre trabalho e consumo.

Presenciando o processo de integração, que ocorria a passos largos na União Soviética e também em outros países, de várias indústrias com a agricultura, notadamente com a produção camponesa, ele procura analisar este processo como algo natural. Para ele os mecanismos de ramificações da indústria de fato penetram nas unidades de produção camponesa, dominando em todos os níveis, porém as deixam livres quanto à produção, estas ramificações extrapolam o âmbito nacional, e, numa relação puramente capitalista, vinculam-se a outros países, nas suas relações comerciais financeiras etc. (Chayanov, 1976:310-311).

“A máquina comercial, interessada em estabelecer uma qualidade unificada para os produtos que centraliza, também começa a interferir diretamente na organização da produção. Ela dita as condições técnicas, fornece as sementes e fertilizantes, determina o sistema de rotação e converte seus fornecedores em executores técnicos de seus objetivos e de seus planos econômicos. Um exemplo característico é a plantação de beterrabas para fabricação de açúcar nas terras do camponês, sob contrato com a indústria (...) Assim apesar do caráter independente dos pequenos produtores de alimentos, a agricultura se transforma num sistema econômico concentrado nas mãos de poucas porém grandes empresas”(Chayanov, 1976:312).

O que podemos notar na citação acima é que Chayanov implicitamente reconhece nas contradições dos seus argumentos a subordinação do camponês a agroindústria. Primeiro ele diz que o vínculo do camponês com a indústria os deixa livres no que se refere à produção, mas depois ele admite que a máquina comercial interfere diretamente na organização da produção. Desta forma o balanço trabalho-consumo não mais depende de critérios subjetivos, mas é predeterminado pelos novos custos de produção impostos pela indústria.

Em outra obra, publicada em 1925, Chayanov volta a defender a integração do campesinato com a agroindústria, sem no entanto perder sua integridade. Nesta obra, segundo Abramovay, Chayanov procura mostrar que, pelo fato de o camponês ter uma dinâmica fundamentalmente interna a família, não significa que este se isole socialmente, produzindo para a subsistência sem passar pelo mercado. Não há também, por parte dele, qualquer aversão ao progresso técnico, apenas registra que o uso dos meios de produção de

origem industrial submete-se a imperativos determinados pela lógica da produção camponesa.

Para Abramovay, a contradição de Chayanov começa quando este, ao fazer a afirmação acima, também reconhece a impossibilidade, no contexto de um progresso técnico acelerado, conforme propunha o estado soviético com o NEP⁵, de o campesinato conservar as características constitutivas de sua substância social. O campesinato, ao se manter no quadro de modernização da agricultura, tenderia fatalmente a perder seus atributos essenciais, e, assim a negar-se como categoria social específica. Porém, a forma mais importante de penetração do capitalismo na agricultura, de acordo com o NEP, seria via integração vertical, com uma infinidade de estabelecimentos funcionando sob o comando centralizado da agroindústria. Chayanov via neste processo algumas vantagens, pois, para ele, por mais que os agricultores fossem explorados, o capital atribuía uma importante virtude, que era de ampliar o universo social no qual a vida camponesa se localiza. Para ele:

“Estes laços comerciais que convertem a unidade familiar natural, isolada, em uma pequena produtora de mercadorias, são sempre o primeiro caminho para a penetração das relações capitalistas no interior do país. Através destas conexões, cada pequeno empreendimento camponês torna-se parte orgânica da economia mundial, experimenta os efeitos da vida econômica geral do mundo, dirige-se poderosamente, em sua organização, pela demanda do mundo econômico capitalista e, por sua vez, junto com milhares de unidades semelhantes, afeta o conjunto do sistema da economia mundial”(Chayanov apud Abramovay, 1992:69).

De fato, a indústria e o capital financeiro estariam inserindo a agricultura familiar na divisão social do trabalho em níveis internacionais, mas também subvertendo seus traços essenciais. Outro ponto interessante de se analisar é que esta integração só se tornaria possível se a organização econômica do estabelecimento camponês deixasse de corresponder fundamentalmente às forças internas que Chayanov analisou. A integração significa que o camponês não é mais “o sujeito criador de sua própria existência”, expressão

tão cara a Chayanov, este sujeito agora, não se situa internamente no estabelecimento camponês, mas no mercado. (Abramovay, 1992:69).

A Questão do Salário

Para Chayanov (1976), a questão do assalariamento é fundamental para a caracterização da economia camponesa. Se, por um lado, Lenin (1976) estabelece a importância do trabalho assalariado no seio do campesinato russo, como critério chave para o desenvolvimento da exploração agrícola capitalista, por outro lado Chayanov, partindo de um ponto de vista oposto, procura afirmar que a inexistência deste fenômeno foi o fator principal que assinalou a predominância da economia camponesa com sua dinâmica especificadamente não capitalista, uma unidade econômica diferente, porque, em não contratando assalariados, a família determina os limites máximos e mínimos do volume de suas atividades econômicas.

“A força de trabalho da unidade de exploração camponesa está totalmente determinada pela disponibilidade de membros capacitados da família, um limite mais elevado para o volume da atividade depende do montante de trabalho que pode proporcionar esta força, utilizada com máxima intensidade”(Chayanov 1976:47).

Apesar de deixar claro sua posição quanto ao conceito do campesinato, no que se refere ao assalariamento, Chayanov, ao analisar as unidades econômicas campesinas na Alemanha, onde admite o predomínio da força de trabalho assalariada, as descreve como semi-capitalistas.

Para Wilknsen (1986), este tipo de análise evidencia que, a despeito de defender uma posição empírica oposta a de Lenin, atribui o mesmo significado quanto ao trabalho contratado pela unidade camponesa. É também por essa razão que ele limita a aplicabilidade

de sua teoria aqueles países onde o trabalho contratado não é uma característica da unidade de exploração familiar.

“Esta polarização radical que Chayanov estabelece deriva de que a unidade familiar dependente de trabalho contratado terá custos unitários fixos, incompatíveis com a flexibilidade do trabalho requerida para estabelecer o equilíbrio consumo-trabalho, uma vez que se contrata trabalho uma lógica capitalista penetra na unidade familiar, que deve agora basear-se em retornos compatíveis com estes custos unitários fixos”(Wilkinson,1986:49).

Jerzy Tepicht

Para Abramovay (1992), depois de Chayanov, um dos trabalhos mais interessantes sobre a questão camponesa, é sem dúvida de Tepicht. Ele procura unificar num só corpo teórico as teses marxistas com as de Chayanov, porém, diferente deste último, ele acredita que a sobrevivência do camponês com as forças internas que determinam seu comportamento depende, antes de tudo, do ambiente social no qual a exploração agrícola está inserida. Desta forma, trata-se de um modo de produção que cedo ou tarde o capitalismo tende a destruir.

Para Tepicht, muitas são as características que podemos identificar no campesinato, contudo a mais importante é a de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos da grande empresa. A base desta diferença é que o camponês não exige para manter-se na atividade, a obtenção de taxa média de lucro. O essencial é a obtenção de uma renda que permita a reprodução da própria família (Abramovay, 1992:72-73).

Diante das circunstâncias, podemos então nos perguntar: por que então o camponês não deixa a atividade e se assalaria? Para Tepicht, existe uma forte razão econômica que vai além da solidariedade intrafamiliar defendida por Chayanov. É que as famílias camponesas possuem em seu interior “forças marginais ou não transferíveis”.

“Na maior parte das unidades camponesas da Europa, o essencial dos trabalhos da lavoura é assegurado pelo chefe da família e pelos membros da família que se encontram em plena força. Já os serviços de estábulos, dos chiqueiros e o que se refere aos pequenos animais é garantido sobretudo pelo trabalho em tempo parcial das mulheres, crianças e velhos, além das margens de tempo disponíveis pelo chefe da família, em suma pelas forças marginais ou não transferíveis, já que se esta família deixar sua exploração agrícola, não poderá mais recorrer a estas forças para assegurar sua subsistência. Mas enquanto, por uma razão ou outra, a família camponesa não tem alternativa, é obrigada a aceitar por seu trabalho uma renda marginal que completa seu mínimo de existência”(Tepicht apud Abramovay,1992:74).

Por esta razão, em boa parte dos países europeus a produção familiar se especializa na oferta de produtos de origem animal, ou outros intensivos em mão-de-obra, deixando as lavouras de cereais para os estabelecimentos baseados na mão-de-obra assalariada. Desta forma longe de representar uma conquista, ou opção, a produção camponesa exprime inferioridade.

Ao valorizar o trabalho camponês, Tepicht deve também reconhecer que a virtude da economia camponesa do ponto de vista social, está na sua debilidade e capacidade de submissão, traços que, se de um lado se apóiam na organização interna, por outro não podem ser entendidos fora do ambiente econômico no qual estas famílias vivem. Ademais, não devemos esquecer que o desenvolvimento de equipamentos modernos para a agricultura nos seus vários ramos (ordenha mecânica na pecuária de leite entre outros) venha a reduzir cada vez mais o que Tepicht classifica como “forças marginais ou não transferíveis”. Desta forma, os estabelecimentos familiares camponeses que se apóiam fundamentalmente nestas “forças” tendem a desaparecer. O interessante é que essa eliminação, se, por um lado, corresponde ao veredicto marxista, nega-o, porém, por outro lado, já que não dá lugar a uma estrutura social classista e polarizada. (Abramovay,1992:75-76).

1.3 - A PEQUENA PRODUÇÃO FAMILIAR HOJE

É fácil demonstrar que as previsões de Lenin e Kautsky, na maior parte dos casos, não se realizaram. O primeiro recenseamento agrícola, posterior àquele em que Lenin (1917) apoiou seu importante trabalho sobre a agricultura norte-americana, já demonstrava tendência declinante no proletariado agrícola. Também fica difícil mostrar que a sobrevivência da produção familiar no capitalismo contemporâneo seja explicável pela miséria do produtor, conforme afirmam Lenin e Kautsky. Mais que isso: a incompatibilidade entre progresso técnico e produção familiar, tão decisiva nos argumentos de Kautsky, mostra-se hoje completamente abolida, se é que alguma vez existiu (Abramovay, 1992:47).

Estas são apenas algumas de tantas outras previsões feitas por esses autores, abolindo a produção familiar no capitalismo, e que, como podemos ver, não se realizaram. Faremos a seguir alguns comentários, com exemplos que possam melhor visualizar o comportamento desta forma de produção em alguns países capitalistas.

Ao analisar a agricultura na sua estrutura produtiva, não resta dúvida segundo Abramovay, que a maior parte dos estabelecimentos agrícolas nos países capitalistas avançados, e em alguns países capitalistas do terceiro mundo, seja de natureza familiar. Porém, um fato pode ser trazido à tona: é totalmente infundado a associação tão frequente, entre agricultura familiar, nos moldes que hoje apresenta, com “pequena produção” ou “produção camponesa”. Vários estudos têm mostrado, independentemente das previsões contidas em cada um, o dinamismo técnico, a capacidade de inovação, e a completa integração ao mercado desta forma contemporânea da agricultura familiar (Abramovay, 1992:160).

Para Veiga (1991), a sociedade americana, por exemplo, vê na agricultura familiar uma espécie de garantia de muitos de seus importantes valores e aspirações. No final da década de 70, essa verdadeira veneração pela agricultura familiar combinou com uma clara rejeição da agricultura patronal.⁶ A ideia de alguns autores ainda hoje de que a agricultura familiar é

um “mito”, e que se trata de uma relíquia, é totalmente infundado. A agricultura familiar que realizou a modernização americana, durante a fase de crescimento acelerado (1945-1968), nada tinha de relíquia; ao contrário, tudo leva a crer que se trata de um fenômeno, que se foi afirmando cada vez mais nas economias capitalistas mais desenvolvidas durante a primeira metade do século XX, e que amadureceu após a segunda guerra mundial. Além disso, se este tipo de produção não cumprisse funções necessárias à dinâmica econômica capitalista, é de supor que teria dado lugar a outra forma de produção, ao invés de ganhar fôlego, como ocorreu nas economias do primeiro mundo.

Ademais, a agricultura familiar parece ter sido a forma mais adequada para o fornecimento de alimentos a preços constantes ou decrescentes, pois não criava dificuldades a intensificação da produção, incorporando assim todas as invenções tecnológicas, além de manter em funcionamento o processo “treadmill”⁷, indispensável para seu desenvolvimento (Veiga, 1991:111-116).

Para Abramovay (1992), muitos são os trabalhos que demonstram a predominância quase que exclusiva da agricultura familiar na Europa Continental. Porém, uma pesquisa realizada em 1987, sobre a situação socioeconômica dos camponeses europeus, em 24 áreas da Europa Ocidental, abrangendo 6.000 explorações agrícolas, seja um bom exemplo para demonstrar a importância desta forma de produção no continente, dado sua abrangência e riqueza nas informações. Vejamos alguns dados dessa pesquisa.

Verificou-se que somente em 7% das unidades pesquisadas a família entra com 25%, ou menos, do conjunto do trabalho utilizado. Em 59%, o trabalho familiar corresponde a 75% ou mais do total da atividade, e em 30% dos estabelecimentos que contribuem com a maior parte do valor da produção, o peso da exploração baseada no trabalho assalariado é mínimo. Em apenas 8% das unidades produtivas deste grupo de estabelecimentos maiores, o trabalho familiar entra com menos de 25% das atividades totais, e em 46% deles a família contribue com mais de três quartos do trabalho total. (Mackinnon et al, apud Abramovay, 1992:175).

Outro fato interessante a destacar é o grande número de propriedades de tamanho reduzido. A pesquisa demonstra que 72% dos casos levantados possui negócios cuja renda líquida anual não ultrapassa 10.300 ECUS (pouco mais de US\$ 7mil), quase metade correspondente a um salário mínimo da França. Unidades produtivas ínfimas, que não chegam sequer a 2.550 ECUS (pouco mais de US\$ 1.700) de renda líquida anual, correspondem a um terço dos estabelecimentos agropecuários na Europa Ocidental, e são mesmo dominantes em diversas áreas (Mackinnon et al apud Abramovay, 1992:176-177).

Apesar dessa estrutura, não se pode concluir que a agricultura do continente seja ultrapassada e conservadora; pelo contrário, é impressionante a rapidez com que os europeus se recuperaram da destruição da Segunda Guerra Mundial, transformando o continente numa potência agrícola. Não devemos também supor que os baixos rendimentos das propriedades acima citadas resultem em condições de vida precária dos agricultores; o fato é que estes praticam a agricultura apenas em tempo parcial, obtendo outros rendimentos fora da propriedade. Voltaremos a esse ponto mais adiante.

Nos países capitalistas do leste asiático, apesar de apresentarem particularidades que os diferenciam da Europa e América, a agricultura familiar desempenhou também um papel crucial no desenvolvimento da agricultura. Poucos países tiveram mudanças tão radicais no processo de produção agrícola, num período de tempo tão curto quanto o Japão. A reforma agrária japonesa constituiu-se essencialmente na desapropriação de mais de um terço da área agrícola, transferindo mais de 90% desse total para os arrendatários, tudo isso num período de 21 meses (abril de 1947 a dezembro de 1948). A categoria dos arrendatários foi reduzida a 9% de início, e depois a 5%, em 1965. A partir de então o processo de modernização da agricultura japonesa passou a ser muito semelhante ao europeu e americano. Em menos de dez anos, o Japão passou de uma situação de insuficiência de oferta, para uma etapa na qual os problemas seriam iguais àqueles enfrentados pelos países desenvolvidos, isto é, a dinâmica do treadmill. O que ocorreu no Japão, da mesma forma que em Taiwan e na Coreia foi evitar que os proprietários fundiários continuassem a desviar parte substancial da renda

nacional, atrofiando a agricultura familiar e gerando desabastecimento e carestia de gêneros alimentícios (Veiga 1991:139-140).

O que é nítido nesse processo, de uma forma geral, segundo Veiga, é a mudança de comportamento dos governos dos países capitalistas, que, até 1920, hesitavam quanto ao apoio à agricultura familiar existente, que em grande parte, era camponesa. Passa desde então a montar uma imensa estrutura de apoio a este tipo de produção,

“...com objetivo estratégico de transformar as unidades camponesas em estabelecimentos familiares, não só viáveis, mas altamente eficientes em termos de resposta a uma das exigências básicas do processo de industrialização: alimentação farta para as crescentes populações urbanas”(Veiga,1991:189).

Como podemos observar, não é possível falar do desenvolvimento da agricultura familiar hoje, sem mencionar o papel do Estado, e sua importância. Nos Estados Unidos, somente o complexo militar recebe atenção governamental tão relevante quanto a agricultura. Na Europa não é diferente, o Estado interfere diretamente na organização dos mercados, no patamar tecnológico em que os produtores operam, e também na evolução da estrutura fundiária dos países. Da mesma forma que nestes países, na Holanda e Canadá tão importante quanto dispor de terras é possuir uma cota controlada pelo governo que lhe permita produzir (Abramovay,1991:180).

Produzir, cada vez mais, com menos gente no campo, tem sido o caminho percorrido pela agricultura nos últimos anos nos países capitalistas avançados. A Comunidade Econômica Européia, com 6,5% da população mundial, responde hoje por 9% da oferta de cereais, 17% da de carne e 23% da produção de leite em todo mundo. Apesar de uma base fundiária pouco favorável, em virtude da parcelização do solo, a mecanização agrícola avançou bastante. Da mesma forma que nos Estados Unidos, foi a utilização em larga escala das inovações de natureza química (fertilizantes, pesticidas, etc), e biológicas (sementes de alta potencialidades), que a maior produtividade do trabalho pode traduzir-se no aumento significativo dos rendimentos da terra, notadamente no pós guerra. Porém o uso de

máquinas e insumos supunha uma escala produtiva cuja base fundiária deveria ser cada vez maior. Para resolver este problema os agricultores utilizaram formas comunitárias de partilhas ou aluguel de máquinas, como um importante meio de tornar viável a mecanização dos trabalhos agrícolas, ali onde seria impossível ao produtor isoladamente adquirir este equipamento. Longe de congelar a estrutura fundiária existente, todos estes mecanismos contribuíram para posterior concentração (Abramovay,1992:181-186).

Como podemos notar, apesar de possuir uma base fundiária pouco avantajada, a agricultura europeia conseguiu um patamar técnico compatível com os países de colonização recente, como os Estados Unidos, com grandes extensões territoriais. Isto se deve a uma crescente produtividade tanto do solo como do trabalho, o que permitiu um êxodo intenso. Esse êxodo crescente na agricultura tem levado à prática cada vez maior da chamada agricultura de tempo parcial. É generalizado, na Europa Continental, assim como na Inglaterra e Estados Unidos, o número de agricultores que se dedicam paralelamente a outras atividades. “Na França em 1983, somente 56% dos 1,2 milhões de estabelecimentos então recenseados no país tiveram da agricultura a maioria dos seus ganhos, sem dedicar-se prioritariamente a outras atividades” (Coulomb apud Abramovay,1992:189). O número de esposas de agricultores que exercem atividades profissionais fora da unidade produtiva aumenta a cada ano. Esse tipo de agricultura exprime muitas vezes a opção de ampliar o círculo social no qual tradicionalmente se fecha a agricultura familiar. No final dos anos 80, 65% dos agricultores franceses eram diplomados em curso superior, convivendo muito tempo num ambiente no qual os valores tradicionalmente rurais pesam cada vez menos (Abramovay,1992:189-190).

Este quadro tem levado a dificuldades na sucessão hereditária, principalmente na Europa, se antes a família com todos os seus membros se dedicavam à agricultura, hoje está a cargo apenas dos casais, e muitas vezes apenas de um membro da família. O envelhecimento demográfico agrava ainda mais este quadro, pois é frequentemente denunciado como uma degeneração da agricultura dos países desenvolvidos. A sucessão se tornou hoje um problema para a maioria dos agricultores franceses, agravado pelo celibato

masculino crescente. Apenas um quinto das explorações tem garantia de ter um sucessor, e a França é, dos países avançados, o que vive mais agudamente o problema da sucessão na agricultura, é como se o desaparecimento inevitável de uma parte das explorações fosse o preço a se pagar pela modernização de alguns poucos (Lamarche, 1993:111-112).

1.4 CONCLUSÃO

A análise feita até aqui sobre agricultura, capitalismo e campesinato leva-nos a três linhas básicas: A primeira, encontrada nos textos dos clássicos, trata da existência camponesa como uma transição; a segunda, vê no campesinato algo externo ao capitalismo, um modo de produção distinto, que interage com o capitalismo, determinando transformações mútuas; a terceira, tende a considerar o campesinato como fruto das contradições do próprio capitalismo na agricultura que, embora apresentando determinadas peculiaridades, não pode ser analisado como algo estranho ao capitalismo, ou simplesmente transitório. O que podemos notar hoje quanto a agricultura, é que a pequena produção familiar, diferente do que propunham os clássicos, continua a existir, não nos moldes do século passado, nem da forma preconizada por Chayanov, mas de forma modificada. Se, por um lado, não desaparece, por outro perde sua autonomia, sua identidade. O “novo”camponês se moderniza, se integra ao mercado, vive em função e a serviço do capital num processo de “simbiose”. Desta forma, cabe a ele, ou se subordinar ao capital comercial, ou industrial, notadamente à agroindústria.

Outro ponto a se notar quanto à agricultura no findar deste século são as mudanças profundas que estão se verificando, notadamente pelo uso intensivo de tecnologia por parte dos países adiantados. Torna-se cada vez mais difícil estabelecer uma fronteira entre a agricultura e a indústria. Ademais a própria expressão “agricultura familiar” deve ser usada hoje com prudência, pois como vimos, é cada vez menor o número de membros da família que continuam no campo, situação em alguns casos agravadas pela falta de sucessor que possa continuar na exploração.

NOTAS

- 1- Os zemstvos eram formas de auto-administração local sob a égide da nobreza nas províncias centrais da Rússia czarista, e foram criadas em 1864. A sua competência limitava-se às questões puramente locais (Lenin, 1980:35).
- 2- Terras doadas ou vendidas a preços simbólicos pelo governo norte-americano a colonos, no oeste do país (Lenin, 1980:04).
- 3- Um trato de terras destinado à produção agrícola, sob uma só direção. (Lenin, 1980:05).
- 4- Grupo de economistas agrícolas e engenheiros agrônomos, que tinham como meta a permanente tentativa de contribuir para que os camponeses pudessem melhor gerir os recursos por eles disponíveis (Abramovay, 1992:53).
- 5- Nova Política Econômica: é a política implantada pelo governo soviético desde o fim da guerra civil (1922) até 1928, onde se estimulava algo próximo ao que conhecemos como mista (isto é com forte peso da iniciativa privada) (Abramovay, 1992:54).
- 6- Fazendas organizadas como sociedades capitalistas de produção, com peso considerável em alguns estados americanos, geralmente estão ligados a ramos de atividades bem específicos. Sua participação no valor global da produção americana entre 1969 a 1974, foi de 14,2% para 18,2%, um crescimento até então nunca verificado (Veiga, 1991:120).
- 7- Processo pelo qual o uso de uma nova tecnologia por parte de uma firma confere a esta um lucro extra, mas que praticamente não chega a influenciar o mercado. Contudo a busca também por parte das outras firmas do setor, deste lucro, leva a uma difusão desta tecnologia e a um aumento geral na produção. Tratando-se de uma economia de mercado, os preços tendem a cair, voltando as firmas a terem lucros normais, isto até o surgimento de nova tecnologia que possa repetir o processo (Veiga, 1991:105-106).

CAPÍTULO 2

A DISCUSSÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO NO BRASIL, E SUA INTEGRAÇÃO COM A AGROINDÚSTRIA.

INTRODUÇÃO

Infelizmente, o interesse pelas ciências agrária no Brasil, sempre foi diminuto, tanto a nível de governo, quanto na esfera acadêmica. Porém, para que possamos entender os problemas crônicos que apresenta a agricultura brasileira, tanto as questões agrárias quanto as agrícolas, e de alguma forma tentar removê-los, é preciso que voltemos a suas raízes, e analisemos a estrutura fundiária e as relações de trabalho que aqui se instalaram desde a colônia.

Entendemos que as dificuldades que sempre envolveram estas discussões de forma mais ampla estão na força das oligarquias rurais que sempre detiveram o poder político do país, inibindo qualquer tipo de reforma agrária que pudesse mudar de forma mais profunda a estrutura fundiária do campo brasileiro.

O presente capítulo começa com essa discussão, ou seja: o grande debate ocorrido nas décadas de 50/60, em que um grupo de estudiosos da agricultura expõe suas idéias, discute, e propõe soluções para o desenvolvimento da agricultura brasileira. A modernização desta agricultura e o papel da pequena produção, incluindo a participação do Estado constitui a segunda parte deste capítulo, que, por sua vez leva, em muitos pontos, as idéias propostas no debate de 50/60, notadamente as teses dos autores neoclássicos, que resultam em parte, as políticas agrícolas do governo que vão orientar o processo de modernização. Na terceira parte, analisaremos o processo de subordinação da agricultura á indústria, mais especificadamente da integração da pequena produção à agroindústria, resultado da tecnificação a que é obrigada a se submeter, e dos novos tipos de relação entre capital e

trabalho no campo, à medida que a agricultura se moderniza. Na quarta e última parte procuraremos definir o conceito de pequena produção na versão de alguns autores, pois com base nestes é que apresentaremos a definição que usaremos no nosso estudo de caso.

2.1 - TESES EM DEBATES ATÉ MEADOS DA DÉCADA DE 60

Dois aspectos importantes da agricultura que têm gerado grandes discussões entre os estudiosos têm sido a questão agrária e a questão agrícola. Conciliar estas, de forma coerente e equilibrada, visando ao desenvolvimento da agricultura e ao bem-estar da sociedade em geral, tem sido uma tarefa difícil, notadamente no Brasil, onde até hoje o aspecto econômico tem prevalecido acentuadamente sobre o social no campo.

A questão agrícola, relacionada ao aspecto econômico, tem, nas suas funções, as condições indispensáveis para o desenvolvimento de qualquer país, projetando no setor urbano a sua própria imagem. Porém, ao lado desta, emerge a questão agrária, que enfatiza o aspecto social da agricultura. Esta, relaciona-se com as formas de organização do trabalho e da produção, com a distribuição de renda, e com a estrutura de posse de terras, determinantes do subemprego e da pobreza no meio rural. Nota-se aí que a questão agrária não se dissocia da questão agrícola, e que a interdependência da agricultura com o resto da economia indica que políticas agrícolas centradas na melhoria do nível de vida do homem do campo elevariam simultaneamente o bem-estar de toda a sociedade (Souza, 1988:05).

Apesar de sempre ter sido objeto de constantes discussões e controvérsias, com o objetivo de melhor entender, e encontrar soluções viáveis para a agricultura, nos seus vários segmentos, é sem dúvida no grande debate ocorrido nas décadas de 50 e 60 sobre a agricultura brasileira que vamos ter de fato um estudo mais profundo e rico sobre ela. Não é objetivo nosso aqui aprofundar nesta discussão, apenas levantar os pontos principais que nortearam esse debate, segundo Santos (1986).

Três das teses que se destacaram no debate tinham em comum, de uma forma ou de outra, a consideração da extrema concentração da posse da terra no Brasil nas mãos de uma minoria, e essa era a base principal da questão agrária brasileira. Neste quadro, a modernização só seria possível com uma mudança na estrutura agrária. Vejamos o que propunham essas teses:

Para Guimarães (1981), defensor da tese feudal, o fato de no Brasil a terra constituir o principal meio da produção agrícola, e do trabalhador não poder vender livremente sua força de trabalho como assalariado ao capitalista, caracterizaria a propriedade agrária brasileira como feudal. Ele via nas relações entre os latifúndios e seus moradores as mesmas relações feudais que vigoravam na Europa, atribuindo assim um aspecto legal de subordinação dos agregados aos latifúndios, o que na verdade não chegou a existir, à exceção dos escravos (Santos, 1986:42).

A principal crítica à tese feudal é feita por Prado Júnior (1981), e consiste principalmente quanto a existência ou não de um regime feudal no Brasil. Ao contrário de Guimarães, Prado Júnior defendia que as relações de produção na agricultura brasileira desde o início foram capitalistas. Para ele, o traço essencial da questão agrária no Brasil era a relação de causa e efeito entre a miséria da população rural e o tipo de estrutura agrária do país, dada a concentração da propriedade fundiária. A estrutura agrária existente reflete o tipo de exploração que aqui se desenvolveu desde a colônia, ou seja, a exploração agromercantil voltada para os gêneros demandados pelo mercado externo, de grande valor comercial, deixando em segundo plano a produção de alimentos de primeira necessidade.

Quanto às relações de trabalho na agricultura, segundo Prado Júnior, se elas não se realizam de forma puramente monetárias, não é por nenhuma restrição jurídica ou constitucional, mas por conveniências práticas e circunstanciais, o que revela o aspecto mercantil dessas relações de trabalho, ao contrário das relações feudais onde intervém o estatuto pessoal das partes. A parceria aqui, diferente da encontrada na Itália e França, com

características feudais, constitui apenas mais uma forma de assalariamento, forma capitalista de relações de trabalho.

Considerando a forma de ocupação do Brasil pela grande exploração agromercantil, e a existência de relações de trabalho, cujo elemento essencial é a prestação de serviço, Prado Júnior conclui pela não existência de uma economia camponesa no Brasil. Para ele:

“O trabalhador livre de hoje se encontra, tanto quanto seu antecessor escravo, inteiramente submetido na sua atividade produtiva à direção do proprietário, que é o verdadeiro e único ocupante propriamente da terra e empresário da produção, na qual o trabalhador não figura senão como força de trabalho a serviço do proprietário, e não se liga a ela senão por esse esforço que ceda seu empregador”(Prado Júnior apud Santos, 1986:45).

Tal situação para Prado Júnior faz concluir que a luta do trabalhador deva ser principalmente pela melhoria quantitativa e qualitativa do seus recebimentos, que percebe a título de empregado, não se orientando ele diretamente para a ocupação e posse da terra. A reivindicação de terras ocorre apenas em certas áreas intermediárias entre a zona da mata e o agreste do Nordeste. Assim, a reivindicação principal para a maioria da população rural trabalhadora é a obtenção de melhores condições de trabalho e emprego (Santos, 1986:45).

Para os defensores da tese estruturalista, os esquemas de análises dependiam de uma forma ou de outra da concepção dualista, segundo a qual todo o país que tivera um passado colonial apresentaria uma dualidade na estrutura: um setor aberto e moderno (as estruturas urbanas), e um setor fechado e arcaico (as estruturas do campo). A estrutura da propriedade existente (latifúndio de caráter feudal, auto suficiente e isolados entre si), torna o agricultor insensível a qualquer estímulo econômico, inclusive aqueles que os levariam a absorver novas tecnologias. Para remover estas deficiências, o caminho seria uma reforma agrária.

Para Furtado (1982), esse tipo de agricultura é insuficiente para atender à demanda crescente por alimentos e matéria-prima, indispensáveis para o desenvolvimento do país. Para ele, essa deficiência tem suas raízes nas formas de exploração que aqui se implantaram,

concordando com Prado Júnior (1981), ele também aponta a grande empresa agromercantil como responsável por esta estrutura, sua sobrevivência é assegurada graças à articulação do controle da propriedade da terra com a prática da agricultura etinerante. Para o autor, enquanto a empresa agromercantil for a fonte de emprego da grande massa de trabalhadores rurais no país, com baixos salários, dificilmente se consolidará outra forma de organização agrícola, e, "...dificilmente desenvolvimento significará no Brasil mais do que modernização de uma fachada, à margem da qual permanece a grande massa da população do país" (Furtado apud Santos, 1986:47).

Para os autores neoclássicos, defensores de uma aceleração no processo de modernização da agricultura brasileira, qualquer programa de desenvolvimento do setor agrícola deve ter na agricultura o cumprimento de suas funções principais, ou seja: produzir alimentos a baixo custo para as cidades, liberar mão-de-obra para o setor industrial, fornecer recursos para a formação de capital, gerar divisas através de suas exportações, e constituir-se num mercado para o setor industrial. Eles reconhecem que existem dificuldades para que ela cumpra todas estas funções, mas que elas poderão ser removidas sem necessidade de uma reforma estrutural. Isto, definindo as empresas agrícolas como uma empresa capitalista, com uma política que possa mudar positivamente as taxas de remuneração dos capitais investidos.

"Tratou-se inicialmente de assegurar a difusão do estoque de conhecimentos existentes nas instituições de pesquisa, nas mãos dos agricultores mais progressistas, e, em certos casos, dos países mais adiantados. Os instrumentos foram as políticas de preços mínimos, crédito rural e assistência técnica. Ao lado disto, assegurou-se também a expansão e aperfeiçoamento das instituições de pesquisas e ensino, inclusive de pós-graduação, a fim de criar condições para o aumento do estoque de conhecimentos"(Alves e Pastore apud Santos, 1986:48).

Nota-se que os defensores da tese da modernização, da mesma forma que os estruturalistas concordam que o problema para o desenvolvimento da agricultura está na sua

base técnica, a modernização da agricultura deve realizar-se através de reformas tecnológicas e não de reformas de estruturas, centrando suas discussões nas razões técnicas que expliquem a baixa produtividade desta agricultura.

Para Inácio Rangel (1979), que parte de posições diferentes, mas com sugestões de políticas semelhantes as dos neoclássicos, a crise agrária está no desequilíbrio entre a oferta de mão-de-obra pelo complexo rural ou autarcia familiar, e a integração desta no quadro da economia social. Esse quadro se agrava quando há um descompasso desses setores, levando a uma super-abundância ou escassez dos produtos agrícolas ou da mão-de-obra. Para ele, a solução para este problema, não está necessariamente em ter que mudar a estrutura agrária, mas mudanças apenas de fundo, passíveis, pois, de solução imediata, mas o suficiente para alterar as condições em que se desenvolve toda a crise agrária, facilitando, assim, o lado moderno da agricultura. (Santos, 1986:50).

Esse debate foi praticamente encerrado com o regime do governo militar, em 1964, porém os defensores da modernização da agricultura brasileira, através da aplicação da teoria da modernização agrícola, viram predominar os pontos por eles defendidos nas políticas agrícolas que passaram a orientar os rumos da agricultura no Brasil, o que veremos no próximo item.

2.2 - PEQUENA PRODUÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA BRASILEIRA

Para Alves e Contini, in Brandão (1988), o desenvolvimento da agricultura brasileira pode ser dividido em dois períodos: um tradicional, que vai até 1950, e o outro moderno, até 1986.

No primeiro, o interesse pelas ciências agrárias era diminuto, a agricultura expandia via fronteira agrícola, a maior parte da população residia no campo, e a agricultura que produzia

renda era voltada para o exterior. No geral esse período foi relativamente pobre quanto a mudanças.

Já no período moderno, 1950/86, verificou-se uma aceleração da industrialização, a população deslocou-se do campo para a cidade, sendo que, na década de 70, a população rural decresceu em números absolutos. Enquanto que na década de 50/60 assistiu-se a uma verdadeira discriminação contra a agricultura brasileira, a fim de captarem recursos para financiar a industrialização, com o aumento da produção pela expansão da fronteira agrícola, na década de 70, o desenvolvimento da produtividade da terra era o alvo mais importante da política econômica. Modernizar a agricultura brasileira no menor espaço de tempo possível era a meta do governo (Alves e Contini, in Brandão 1988:68).

Foi com a chamada “Revolução Verde”, que o Brasil iniciou o processo de modernização acelerada a que propunha o governo. Designada pelo conjunto de inovações tecnológicas, em mecanização, adubação e sementes melhoradas, também denominados como insumos modernos, visando o aumento da produtividade agrícola. Desenvolvida nos Estados Unidos, foi estendida pelo mundo na segunda metade do século XX, a princípio nos países centrais, depois nos periféricos.

No Brasil, não diferente dos outros países, o impacto desse pacote foi sem dúvida surpreendente. Concebido na década de 60, teve seu auge na década de 70. Diferente do que aspirava o povo, a modernização via pacote tecnológico veio de forma excludente e desigual, e os seus frutos não foram para todos, mas para uma minoria selecionada.

Junto com a modernização, surgiu a industrialização no campo, e o principal instrumento utilizado foi o crédito agrícola subsidiado. A concessão deste, vinculada à utilização de insumos e práticas predeterminadas, induziu um padrão de modernização compulsória, capaz de obter resultados significativos em pouquíssimo tempo.

“A distribuição social, setorial e espacial dos incentivos provocou uma divisão de trabalho crescente: maiores propriedades em terras melhores, tiveram acesso a crédito, subsídios, pesquisa, tecnologia e assistência técnica, a fim de produzir para o mercado

externo ou para a agroindústria. Enquanto isso, os produtores que não tiveram acesso a tecnologia e menos capitalizados, foram relegados a produzir em terras menos férteis, utilizando práticas tradicionais e mão-de-obra familiar para subsistir ou produzir um pequeno excedente comercializado nos mercados urbanos, onde o baixo poder de compra das massas garantia preços também baixos” (Martini, 1990:06).

Modernização Desigual e o Papel do Estado

Para Aguiar (1986), a modernização, tal como foi implantada no Brasil, induzida pelo Estado com objetivo de inserir a economia brasileira no jogo de divisão internacional de trabalho, e tendo como metas principais: criar superávit comercial via aumento da produção de culturas de exportação, produção de matéria-prima para agroindústria, e um mercado mais ativo para demandar máquinas e equipamentos da indústria para agricultura, mostra claramente que os resultados obtidos não podiam ser diferentes, tratando-se de uma política agrícola excludente e seletiva, levando a uma concentração da modernização.

As desigualdades na modernização e no desenvolvimento da agricultura brasileira, ocorrem de duas formas: uma nas modificações técnicas de produção no uso de máquinas e insumos, e a outra no aprofundamento das relações sociais capitalistas com o aumento da importância do assalariado rural temporário.

O índice de tratorização reflete bem a forma variável e desigual como ocorre esta produção, quer por tipo de cultura, ou seja, de consumo popular e de exportação, quer por extratos dos estabelecimentos rurais, o que significa, como já mencionado, a transnacionalização da agricultura brasileira e sua inserção no jogo de divisão internacional do trabalho.

A tratorização e o uso de adubos mostram, segundo Aguiar (1986), esta diferenciação. Em 1980, apenas 7% dos estabelecimentos rurais possuíam tratores, e que 51,3% destes concentravam-se em apenas 2,6% dos estabelecimentos, justamente os com áreas superiores a 1.000 ha. Em termos regionais, no sul e centro sul, 14,36 e 13,82, respectivamente, dos

estabelecimentos possuíam tratores; no sudeste 14,45; e no norte e nordeste 1,06% e 1,05%. Nota-se ainda que o uso desigual desses equipamentos não ocorre apenas entre as regiões, mas dentro de uma mesma região, como, por exemplo, no Rio Grande do Sul, em que 39,72% dos tratores, em 1980, estavam em apenas 31 municípios, num total de 231 (Aguiar, 1986:101-102).

O mesmo exemplo do uso de tratores se aplica também para os arados de tração animal.

“De qualquer modo, ambos os dados levam a inferir que, deduzidos os estabelecimentos que dispõem de arados de tração animal e mecânica, na grande maioria das unidades produtivas brasileiras (3.600.000 em 1975 e 3.700.000 em 1980); isto é, mais de 3/4 dos estabelecimentos rurais do país, os meios de produção utilizados são manuais, ou seja, a enxada, o facão, o machado, a foice” (Aguiar, 1986:103).

O uso de adubação química segue o mesmo caminho que a tratorização neste período. Na região sul, 54,86% dos estabelecimentos usavam adubação química, enquanto no sudeste 54,01%. Portanto, é interessante notar que este conjunto de estabelecimentos na região sul e sudeste corresponde a 70,36% de todos os estabelecimentos que utilizavam adubação química no país, mas, que se faz somente 18,35% do total das unidades rurais do país. É importante, aqui, não só mostrar o uso desigual da adubação, mas também a que cultura ela se destina. No norte e nordeste, por exemplo, a cana-de-açúcar ocupava 16,18% da área de lavoura e consumia 85% do adubo químico regional; no sudeste e centro-oeste, o café, cana, soja e algodão absorviam 75%, com área de lavoura de 27,24%; o sul se destaca com a soja e trigo, consumindo 90% do fertilizante usado em 60% da área de lavoura da região. Nota-se aí uma predominância no uso de fertilizantes nas culturas de exportação, e provenientes das grandes propriedades. Poderíamos mostrar mais dados estatísticos sobre esse aspecto, porém acreditamos que os apontados até aqui são suficientes para mostrar, de forma clara, o quadro desigual desta modernização (Aguiar, 1986:106-107).

Quanto às relações de trabalho, a modernização provocou um assalariamento parcial e precário com transformação dos antigos parceiros e colonos em trabalhadores “volantes”¹, impôs a monocultura e exigiu a supressão das culturas de subsistência, necessárias ao consumo do trabalhador e sua família, além de favorecer a concentração fundiária e aumentar a minifundização.

A modernização tal como ocorreu no Brasil, segundo Aguiar (1986), não se deu de forma dinâmica e auto-sustentada, mas como um processo induzido. Ela somente se torna possível mediante a intervenção do Estado. Os objetivos dessa intervenção são perceptíveis nos planos oficiais dos governos que se seguiram à fase de estabilização (1964-1967), quando os governos militares decidiram estimular a expansão do capitalismo no campo.

A intervenção do governo com o PED (Programa Estratégico de Desenvolvimento - 1968/70), foi para colocar o país no jogo da divisão internacional do trabalho. Na agricultura o objetivo era aumentar a produção e produtividade com uso de insumos modernos. Para isso foi tomada uma série de medidas, “ações integradas”², que, na verdade, visavam em primeiro lugar a socorrer as indústrias produtoras de máquinas, equipamentos, e demais insumos, que operavam com capacidade ociosa. “Coincidentemente” essas indústrias, que tinham o papel de agente mediador do sistema produtivo rural com o setor industrial, eram amplamente dominadas pelas empresas multinacionais.

No programa Metas e Bases Para Ação do Governo (1970/71), o governo ampliava a proposta de modernização para o setor, e criava uma nova política para crédito com baixas taxas de juros, que foi abundante e abusivamente distribuído ao longo de período de vigência do plano.

No I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento 1972/74), as metas não divergiram muito do Metas e Bases, só que a participação do governo foi mais ativa que nos outros planos. Essa intervenção se dava em dois movimentos: uma política de ampla franquia ao ingresso de capital estrangeiro, e de outra “uma política de produção para o exterior”, exclusivamente destinada a este mercado, não se tratando assim de escoamento de

excedentes não absorvidos pelo mercado interno. Para esse objetivo serviram as políticas de crédito subsidiado.

Esses planos, além de outros instrumentos, mostram como o governo conduziu, segundo sua conveniência, o processo de modernização da agricultura brasileira (Agiar, 1986:79-97).

A Modernização e a Pequena Produção

Do exposto anteriormente, fica claro que o papel da pequena produção no processo de modernização da agricultura brasileira foi secundário, principalmente aquelas que se dedicam a produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade, que foram relegados como depositários de força de trabalho e fornecedores de alimentos básicos para as populações urbanas, principalmente ao proletariado, que precisava de alimentos a preços baixos dado seus baixos salários, condição indispensável para acumulação do capital. Diferente de outros países, a modernização aqui, induzida pelo Estado, beneficiou apenas alguns segmentos do setor agrícola, deixando a grande maioria a margem do processo.

Para Silva (1982), é nos instrumentos da política de modernização utilizada pelo governo que fica clara a importância da grande propriedade fundiária no acesso aos benefícios, destacando-se aí o crédito rural subsidiado, que beneficiou largamente os proprietários de terras, pois pôde dá-las como garantia dos empréstimos, além de outras vantagens que os bancos lhes proporcionavam. Um outro mecanismo também utilizado que afetou a grande e a pequena produção, embora de forma oposta, foi a fixação e tabelamentos de produtos agrícolas através de órgãos de governo, produtos como café, cana de açúcar etc, são privilegiados, assegurando sua produção com boa margem de lucro, enquanto os preços dos principais alimentos básicos podiam ser tabelados num nível bem inferior, pois sabe-se que o abastecimento seria assegurado pela pequena produção. Esta situação nos leva a crer que as políticas que visam ao desenvolvimento do capitalismo no

campo têm servido até aqui, na maioria das vezes, na manutenção de um sistema latifundiário, em que a terra assume o papel principal como geradora de rendas, deixando o capital num papel secundário.

“O que se pode ver no campo brasileiro é uma modernização conservadora que privilegia apenas algumas culturas e regiões, assim como alguns tipos específicos de unidade produtiva (médio e grandes propriedades). Nunca uma transformação dinâmica, auto-sustentada; pelo contrário, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado”(Silva, 1982:40).

Da mesma forma que Silva (1982), Santos (1988) também concorda sobre a forma em que foi conduzida a modernização no Brasil. Para ele, o que foi feito foi moldar o processo de modernização à estrutura agrária já existente, buscando acelerar a utilização de técnicas modernas na agricultura via subsídios, beneficiando, em especial, grandes e médios produtores rurais. “Os instrumentos de política utilizados, crédito rural, preços mínimos e extensão rural, moldaram-se muito bem aos objetivos pretendidos, beneficiando os grandes e médios agricultores” (Santos, 1988:399).

A partir de 1979, verifica-se uma elevação nas taxas de juros do programa de crédito rural, em função de uma aceleração dos aumentos dos preços no país. A concessão desse tipo de empréstimo, passa a ser feita em função do tamanho do tomador, exigindo maior participação de recursos próprios, para empréstimos maiores. Passou-se a observar, então, uma grande diversificação de taxas, favorecendo o pequeno produtor em relação ao grande, as regiões Norte e Nordeste em relação às demais, e o crédito de custeio em relação ao de investimento. O objetivo foi amenizar duas distorções freqüentemente apontadas no programa de crédito rural brasileiro: concentração de crédito entre os maiores produtores e nas regiões mais desenvolvidas.

Os resultados dessas mudanças, porém, foram difíceis de serem analisados, já que as medidas se defrontaram com os problemas estruturais existentes no meio rural e não devidamente abordados pelas políticas agrícolas (Santos, 1988:402).

Para Wilkinson (1986), o crédito subsidiado que veio beneficiar a pequena produção através de vários programas de governo nem sempre resolveu o problema do agricultor; ao contrário, às vezes até piorava sua situação. Isso ocorre pelo fato de o crédito está quase sempre vinculado a determinadas culturas específicas.

“Assim, o principal impacto qualitativo de recurso ao crédito é que a família, ao lançar mão dele, sofre um processo de especialização produtiva, qualquer que seja o produto promovido. A mudança de cinco ou seis culturas alimentares para uma ou duas não é uma simples redução quantitativa, na medida em que destrói a base da produção familiar de subsistência e, com isso, transforma os produtos remanescentes em culturas comerciais, eliminando assim a distinção entre produção comercial e a de culturas alimentares” (Wilkinson, 1986:150).

2.3 - A INTEGRAÇÃO DA PEQUENA PRODUÇÃO À AGROINDÚSTRIA

A reunificação da agricultura à agroindústria levou paulatinamente à perda de sua autonomia, à medida que estreitam suas relações com a indústria, o comércio e o capital financeiro. Estreitam também suas relações com o Estado, que intensifica sua intervenção no sentido de regular o funcionamento e rentabilidade do setor face às necessidades conjunturais da economia.

Para Amin e Vergapolos (1977), duas são as condições básicas para a subordinação da agricultura: a primeira é a intervenção do capital dominante no processo produtivo da agricultura, não o capital utilizado sob forma de equipamentos na exploração agrícola, mas sim, o complexo industrial e comercial alimentar, situado como avalista dos produtores. Este impõe ao produtor um programa de trabalho preciso, com padronização de produtos e concentração das redes de coletas e comercialização, o agricultor não é mais um produtor mercante livre, está reduzido a condição semelhante ao proletário a domicílio. Ademais, o capital tem todo o interesse de subordinar o campesinato a si; ele encontra aí, não apenas uma melhor taxa de lucro global, mas também uma melhor gestão política da sociedade, os

camponeses, apesar de continuarem proprietários formais dos meios de produção, fazem de si uma imagem ideológica que os separa totalmente dos proletários, o que é uma pura ilusão (Amin e Vergapolos, 1977:31-32).

A segunda condição de subordinação é de natureza política, pois o capital não pode renunciar à aliança de classe com a propriedade fundiária, a não ser que substitua a integração social-democrata da classe operária por outros tipos de aliança.

“O primeiro caso, é sem dúvida o da Europa do Norte e dos Estados Unidos, o mesmo já não ocorreu na Europa do Sul, onde a classe operária jamais esteve verdadeiramente associada ao poder político porque esta associação ameaçava o capital, como o demonstraram a cada vez as breves experiências de frente popular. O desenvolvimento do capitalismo desenvolveu então no quadro dos regimes autoritários de direita (Gaullismo, Franquismo, Facismo Italiano etc), que se apoiaram nos camponeses, pequenos comerciantes, grandes proprietários, especuladores urbanos etc, segundo cada caso”(Amin e Vergapolos,1977:32-33).

Para Lacerda (1985), esta subordinação no Brasil encontra-se em duas etapas: a primeira, em que sua expansão vincula a mercados externos sob o comando do capital comercial, havendo uma divisão internacional do trabalho que regulamenta os fluxos comerciais entre o centro e periferia. A segunda etapa ocorre com a deflagração de uma efetiva industrialização do campo; nesta etapa, a vinculação da agricultura brasileira com o circuito externo não se processa apenas com a intermediação do capital comercial, mas também industrial e financeiro.

No plano interno há uma reaproximação da agricultura a determinados setores industriais, formando grandes complexos agroindustriais; a partir daí, a reprodução capitalista tem no capital industrial e depois no financeiro seu eixo principal de sustentação. Ocorre também que a agricultura passa a se reestruturar vinculada a um complexo agroindustrial que se expande tanto a jusante, com a presença de um sistema oligopsonista, como a sua montante, perante um sistema oligopolista de vendas de insumos (Lacerda, 1985:52-55).

Desta forma a agricultura torna-se cada vez mais presa e dependente desse sistema. A agroindústria passa a comandar o processo de produção agrícola, e as relações sociais na agricultura passam a se organizar em função de sua integração. O camponês agora está submetido a uma nova estrutura, e tem que subordinar-se a ela como forma de manter sua sobrevivência.

Para Silva (1982) restaram apenas duas alternativas para este “novo camponês” na agricultura: a primeira foi a sua subordinação ao capital comercial e ao proprietário fundiário: Aqui a extração do excedente pode ser assim resumida:

“Pagamento da renda fundiária pelo parceiro e pelo rendeiro, obrigatoriedade do parceiro ou arrendatário ou membro de sua família de trabalharem em certos serviços na propriedade por salário inferior ao regional, capacidade de financiamento bancário controlada pelo comerciante ou proprietário, que repassa o crédito ao produtor a juros mais altos que o sistema financeiro normal, fornecimento de produtos sobrevalorizados aos pequenos produtores, compra antecipada da produção a preços inferiores ao do mercado; etc” (Silva,1982:129).

Outra forma de subordinação do “novo camponês” apontada por Silva é com as agroindústrias e as cooperativas capitalistas.

“Neste caso a apropriação do excedente dá-se através do financiamento dos insumos e da assistência técnica, que cria uma dependência do pequeno proprietário e o força a adotar um novo padrão técnico; e através da venda num mercado monopsônico da matéria-prima industrial por ele produzida. Nesta forma de articulação da agricultura com a indústria, a propriedade da terra detida pelo pequeno produtor e mesmo o caráter independente da sua produção ficam bastante descaracterizados”(Silva,1982:129).

A primeira forma é comum em regiões de fronteiras, onde os posseiros estão subordinados às mais variadas formas do capital comercial; aqui as principais contradições entre os produtores diretos e os proprietários e comerciantes passam pela questão do controle da terra, financiamento e comercialização dos produtos. Quanto à segunda, está mais associada à produção de matérias-primas, exigindo também intensa força de trabalho e

situando especialmente na região centro-sul do Brasil (hortifrutigranjeiros, frutas de mesa, fumo, vinhos, suínos etc.). As principais contradições verificadas estão nas negociações em torno do preço da matéria-prima a ser pago ao produtor agrícola.

Além destas formas, a pequena produção se subordina também através da venda direta da força de trabalho em determinados períodos do ano. Vários estudos têm demonstrado as precárias condições do camponês, que se vê obrigado a assalariar-se parte do ano em grandes propriedades, a fim de manter sua subsistência. Sendo, assim, a pequena produção continua em situação de inércia, pois as forças que a cercam e controlam impedem que possa desenvolver-se livremente, tornando-a dessa forma uma eterna escrava do capital.

Para Silva.

“... esse novo camponês não se apropria necessariamente do lucro, nem da renda da terra, como condição da produção, da mesma forma que acontecia com o antigo camponês. O grande capital retira-lhe esse excedente, permitindo que ele se aproprie apenas do necessário a sua reprodução como pequeno produtor. Esse ponto é importante e deve ser ressaltado: não é a reprodução do camponês enquanto força de trabalho, mas sua reprodução enquanto pequeno produtor que tem de ser assegurada”(Silva, 1982:139).

Em todos os casos citados, o importante a perceber, segundo Silva, é que o campesinato a que se refere o estudo não é absolutamente independente como outrora, ou desconectado do circuito global do capital. Ele se apresenta extremamente atrelado a esse circuito sob as mais variadas formas. Porém, é importante que tomemos cuidado; primeiro, para não caracterizar este modo de produção como camponesa, pois isso esvaziaria seu conteúdo explicativo e o seu significado teórico mais geral; e em segundo lugar, tampouco entender esta pequena produção como resquícios de modo de produção atrasada e tradicional.

“Essas abordagens, em nosso entender ficam comprometidas com uma tendência inexorável da eliminação da produção camponesa à medida que o sistema capitalista se desenvolve na agricultura. Ao contrário, para nós, a pequena produção está inserida no capitalismo como parte dele mesmo, como uma forma adequada (em determinada

circunstância e momento concreto) ao movimento da acumulação. Em outras palavras, a reprodução camponesa não se prende a nenhuma lógica própria, nem a nenhuma superioridade técnica que lhe seja intrínseca, senão ao movimento do próprio capital, que a recria de acordo com seus interesses” (Silva, 1982:131).

Diante das circunstâncias, como bem frisou Silva, a pequena produção está entre a “cruz e a espada”; ou ela se subordina ao capital comercial e fundiário, ou então se integra à agroindústria. Por ser objeto de nosso estudo, dispensaremos maior atenção à segunda opção.

Formas de Integração

Para Coradine e Frederic (1981), as duas formas principais de integração utilizadas pelo capital industrial, notadamente o transnacional na agricultura, foram a integração vertical (com a produção direta da matéria-prima) ou a quase integração (em que a produção agrícola a ser processada é comprada de produtores em estabelecimentos próprios). O uso de uma ou outra forma vai depender de vários fatores, como, tipo de cultura, imposições estatais, etc.

Na quase integração mediante agricultura de contrato³, a agroindústria assegura aos produtores, via contrato, o fornecimento de insumos necessários e a posterior compra de toda a produção. Um caso típico é a produção de fumo no Brasil, notadamente no Rio Grande do Sul.

“No caso do fumo, as empresas processadoras fornecem os insumos necessários, controlam as sementes, fazem pesquisas das variedades que mais lhes interessam, dão assistência técnica sistemática, garantem crédito, enfim, dão todas as condições de produção ao camponês, menos terra e mão-de-obra. No final da safra o camponês é obrigado a entregar para a empresa toda a sua produção aos preços fixados pela indústria” (Bueno, in Movimento, nº 212 apud Coradine e Frederic, 1981:97).

O produtor nesse caso ainda proprietário das suas terras, perde de fato toda a sua autonomia decisória e transforma-se num simples elo da corrente agroindustrial dirigida pela empresa de transformação. Existem é claro alguns produtos em que as exigências são menores, mas, mesmo assim, existe um domínio evidente da grande empresa industrial, que conseguem apropriar-se de uma parte importante do sobreproduto gerado na produção agrícola, submetendo os produtores aos seus interesses econômicos.

O recurso à quase integração pode ainda ser induzido pelo Estado, neste caso ele assume de maneira direta as relações entre agricultores e agroindústria, controlando cada passo da produção para posterior transformação industrial. É o caso, por exemplo, da Codevasf no vale do São Francisco.

Poderíamos comentar ainda, vários outros tipos de integração de pequenos produtores com a agroindústria, a exemplo da suinocultura, extrato de tomate, sucos de frutas etc, porém não haveria grandes diferenças no processo. Destacaremos mais dois tipos, por apresentarem particularidades que fogem, de certa forma, às integrações em geral, que são o setor avícola e o setor leiteiro. Porém levantaremos apenas alguns pontos relevantes que os diferenciam dos demais.

O Setor Avícola

Diferente de outros produtos agropecuários, a avicultura, dado seu alto grau de controle do processo biológico, pois esse é realizado em condições quase que artificiais, tem um grau muito pequeno de dependência das condições naturais (solo, clima, etc). Além disso, a avicultura moderna atingiu um grau muito alto de produtividade, frente à qual dificilmente pode conviver uma avicultura comercial que não se adapte aos padrões técnicos atingidos, deixando a avicultura tradicional marginalizada. No Brasil esse processo acelerado de desenvolvimento ocorreu fundamentalmente na década de 70, transformando a carne de frango num produto de crescente importância na dieta do brasileiro (Sorj, 1982:13-14).

O processo de integração neste setor tem levado o pequeno produtor a ser praticamente um assalariado na agroindústria, com a desapropriação quase que total dos conhecimentos tradicionais, pois nas condições de produção tecnificada, o processo produtivo passa a ser determinado pelas prescrições externas das empresas industriais, que estruturam os ritmos e as tarefas da atividade produtiva, são eles que determinam como alimentar, a preparação da alimentação, quando e como distribuir, o tratamento do frango, o que fazer em caso de doenças etc. Os porquês das prescrições técnicas permanecem desconhecidos para o trabalhador rural, que apenas seguem as orientações dos técnicos, sob pena de não alcançar resultados econômicos satisfatórios. Quanto ao ritmo de trabalho, embora não imposto pelo ritmo da maquinaria, não deixa margem de autonomia, sob pena de não cumprir os níveis de produtividade que são as condições de sobrevivência econômica. Há também de se notar que, pelo fato desse produtor estar impossibilitado de contratar um número suficiente de trabalhadores assalariados, ele tem que assumir tarefas que vão muito além de uma jornada normal de oito horas de trabalho.

O que convém sublinhar aqui é que a avicultura é um setor onde foi praticamente eliminada a ociosidade do capital fixo, mas ainda continua sendo um setor onde a produção familiar, se não dominante, é ainda viável. Quanto a Empresa integradora, entre outras vantagens, tem um operário a seu serviço, isento de quaisquer obrigações sociais. Também há de se lembrar que ao contrário da Empresa integradora, o pequeno produtor avícola tem contra si um fator que lhe impõe a imobilidade para sair do esquema contratual: é a dependência que lhe criam as instalações agrícolas, impedindo por um lado de sair da atividade avícola, e, por outro, o grau de endividamento junto aos frigoríficos e ao banco que financiou suas instalações, que não lhe permite qualquer esforço para mudar de atividade (Sorj, 1981:62-64).

Ao concluir o primeiro capítulo, questionamos sobre as dificuldades de delimitarmos as atividades agrícolas das industriais, em alguns setores. O setor avícola é um exemplo, pois a produção de aves está deixando paulatinamente de ser uma atividade eminentemente rural,

passando a ser industrial, deixando assim para o campo, a produção de milho e outros alimentos que compõem a ração, que por sua vez, segue também um alto controle de qualidade.

“As tendências presentes na avicultura confirmam que a agropecuária avançada apresenta claras tendências à concentração da produção sem levar necessariamente o meio rural a eliminação das empresas familiares. Seja como for, não deixa de ser importante assinalar que existem indícios de que os níveis de automação e os ganhos de escalas tomam cada vez mais viável a granja avícola em moldes de grandes empresas capitalistas”(Sorj,1981:68).

O Setor Leiteiro

Para Coradini e Fredericq (1981), a fim de reduzir o custo da reprodução da força de trabalho industrial urbana, levando assim à acumulação industrial, alguns produtos agrícolas de primeira necessidade tiveram os seus preços controlados pelo Estado. O leite, por exemplo, é um dos principais produtos a que se aplica essa política. O preço do leite geralmente é mantido artificialmente baixo, e não consegue acompanhar os custos de produção, que sobem com muito mais rapidez. Isto ocorre entre outros motivos pelo fato de o setor de insumos e equipamentos, estar praticamente nas mãos de empresas oligopolistas, que dominam o mercado e impõem seus preços. Sem falar nos constantes aumentos de preços de terras notadamente próximas às bacias leiteiras.

O governo controla o preço do leite em cada etapa da produção e comercialização, cada um desses agentes tem seu lucro reduzido, para garantir que o leite chegue ao mercado consumidor com o preço o mais acessível possível. Essa política acaba por permitir uma importante transferência de excedente para posterior industrialização. As transformadoras captam os excedentes a preços baixos, e fixam livremente os preços dos produtos que colocam no mercado. Essas empresas muitas vezes em posições de monopólio⁴ ou quase monopólio auferem taxas de lucro superiores às médias do mercado. Por outro lado, as

pasteurizadoras com o preço controlado tem que repassar o excedente para a esfera do capital em geral (Coradini e Fredericq, 1981:100-103).

O preço do leite acaba sendo um preço político, que vai depender da conveniência do Estado e de suas relações de força com a economia em geral e com o setor de laticínio em particular. Desta forma:

“Dentro da cadeia agroindustrial, o subsetor de produção de leite cru é o mais fracionado. Os produtores de leite são ligados, de um lado, ao subsetor de insumos, muito concentrado e liderado por oligopólios estrangeiros. De outro lado vendem seu produto para empresas de transformação pertencentes ao setor de derivados, ou de pasteurização, nas mãos de indústrias nacionais privadas ou cooperativas. O subsetor de produção de leite cru aparece, pois, como o elo mais fraco desta corrente, controlado pelo Estado e confrontado com indústrias de grande poder econômico e financeiro”(Coradini e Fredericq,1981:105).

Para a agroindústria, o setor leiteiro, pelas razões já mencionadas, é um dos que mais se adaptam ao processo de integração com pequenos produtores. Estes, por sua vez, não têm muitas alternativas para venderem seus produtos, pois o mercado regional está quase sempre dominado por cooperativas e/ou agroindústrias, cujos preços para a venda praticamente são os mesmos.

Para a agroindústria, é um dos campos mais férteis para auferir lucros fáceis com menores riscos, não produzindo ela mesma a matéria-prima de que precisa, pois o leite muitas vezes apresenta uma produção irregular (excesso na época de chuvas e falta na entressafra). Outra razão é a compra de matéria-prima barata, quando reforçada por uma posição de monopólio, garantindo às empresas realização do excedente proveniente da agricultura.

Para reduzir os riscos de desabastecimento e fornecimento de matéria-prima de boa qualidade, além, é claro, dos tradicionais contratos de entrega do produto, que o produtor é obrigado a cumprir, sob pena de exclusão, as empresas desenvolveram mecanismos próprios de controle da produção, induzindo os produtores a utilizarem técnicas que mais as

beneficiam. Tiveram elas o cuidado de garantir o produto de que precisam sem necessariamente ter que pagar mais caro por isso, tendo por um lado que aumentar a produção e aproveitar a economia de escala da fábrica, e por outro lado, não poderia depender de aquisições elevadas de insumos modernos por parte dos produtores, pois isto elevaria seus custos. Em suma, o volume deveria crescer, mas seu preço deveria ser o mais baixo possível (Coradini e Fredericq, 1981:126-127).

Aqui, também, da mesma forma que a integração no setor avícola, é difícil para o produtor mudar de atividade, haja vista que o capital fixo empregado na produção do leite, principalmente quando a unidade é mais tecnificada, dificilmente poderá ser aproveitado em outras atividades agrícolas.

2.4 - DELIMITAÇÃO DO TERMO PEQUENA PRODUÇÃO

Nesta subseção, discutiremos os vários empregos da denominação do termo pequena produção no debate acadêmico brasileiro, de maneira a precisar o seu sentido para o estudo que faremos, ou seja, do processo de sua integração com a agroindústria.

Para Silva (1982) a pequena produção é uma forma histórica de produção agrícola no Brasil, e tem suas raízes nas formas de desenvolvimento do capitalismo que aqui ocorreu, e onde reafirmou, já de início, a grande propriedade como um de seus baluartes. Ou seja, a história revela uma sólida aliança entre a grande propriedade e o capital, não admitindo qualquer proposta no sentido de democratização da propriedade da terra. É essa forma de desenvolvimento que recria e perpetua as mesmas relações de produção de outrora, notadamente no interior das grandes propriedades, nas regiões de colonização mais recentes, e nas regiões de expansão da fronteira agrícola. Nestas, os “pioneiros” são pequenos arrendatários, passeiros e posseiros, que, após limpar as terras e cultivá-las por um ou dois anos, as entregam sob forma de pastagem a grandes empresas agropecuárias. Assim são empurrados para frente, incorporando seu trabalho a novos empreendimentos, cujo lucro se

reverte em benefício do grande proprietário e do grande capital. Ao lado destes, e em situação não muito melhor estão também as pequenas propriedades baseadas no trabalho familiar.

“Em seu conjunto, essas formas constitui o que se tem chamado de pequena produção: pequenas áreas com baixas rendas, onde a família do produtor direto constitui a unidade básica de produção e consumo, e onde sua reprodução se realiza sob precária condições. No Brasil estes tipos de produção é responsável pela grande parcela da produção de alimentos básicos e também das matérias-primas de transformação industrial” (Silva,1982:36-37).

Silva vê assim a pequena produção como uma multiplicidade de pequenos produtores ou camponeses, que dispõe de condições suficiente, embora precárias, para reproduzir sua unidade familiar, tendo no assalariamento temporário um elemento comum à grande maioria, sendo um meio de garantir a reprodução da unidade produtiva.

Para Silva, o desenvolvimento do capitalismo no campo levaram estes pequenos produtores a se subordinarem cada vez mais como forma de sobrevivência, ao capital, notadamente a três grupos distintos, qual seja: o capital fundiário, o capital comercial, as agroindústrias e cooperativas capitalistas. Esses vínculos, no entanto, tem levado a pequena produção a se modernizar, tecnificando, e muitas vezes especializando na produção de determinados produtos, para atender principalmente as agroindústrias. Porém, para o autor, o fato de a pequena produção estar se modificando para melhor adaptar as exigências do capital não significa que esteja sofrendo um processo de diferenciação, de modo a converter-se em pequenos capitalistas do tipo “farms,” pois a tecnificação ocorre geralmente por imposição do grande capital comprador, que exige uma padronização da produção, acompanhada de um verdadeiro pacote tecnológico (Silva,1982:137).

Para Wilkinson (1986) existe uma concepção errônea de pequeno produtor no Brasil, tanto a nível acadêmico como ao nível de planejamento estatal, ambas baseadas na suposta auto-suficiência do trabalho familiar no processo de trabalho da pequena produção. O Estado, por um lado, caracteriza o minifúndio como um setor produtivo, excluindo o papel

de reservatório de força de trabalho; já o debate acadêmico, deriva da falsa polarização existente no debate clássico leninista x populistas.

“Nem a tradição marxista nem a populista fornecem um esquema adequado para analisar a dinâmica peculiar da exploração familiar, e particularmente o papel estrutural do trabalho extrafamiliar, o qual desempenha uma função decisiva na evolução daquele tipo de exploração, quando submetida à modernização. Mais do que isso, a presença mais do que casual de tal tipo de trabalho é identificado explicitamente com a transição para uma exploração capitalista por todas estas correntes tradicionais, ainda que a partir de pontos de vista diferentes (Wilkinson, 1986:67-68).

Desta forma, Wilkinson discorda que a existência do trabalho extrafamiliar, do tipo de exploração modernizada seja um indicativo para a exploração capitalista. Para ele o ponto fundamental na discussão da pequena produção, é o exame da sua estrutura interna, em virtude da permanência do trabalho familiar, ponto este que nem a tradição marxista nem a populista fornecem instrumentos que permitam resolver.

Wilkinson também não concorda que a integração camponesa e seus graus de subordinação ao capital levem necessariamente à proletarização, pois as diferentes formas de trabalho extrafamiliar representam uma persistência do agricultor como um produtor direto, e não forma necessariamente a base para uma caracterização de diferenciação de classe.

Em síntese, Wilkinson não tem uma conceituação definida de pequeno produtor, seu entendimento passa necessariamente pelas críticas das conceituações oficiais e acadêmicas, com o objetivo de ressaltar, na pequena produção o trabalho familiar como forma de restaurar a compreensão do trabalho não familiar.

Para Carvalho apud Gomes (1992), O conceito de pequeno produtor pode ser assim definido:

“Todo pequeno produtor rural proprietário ou não; que trabalha direta e pessoalmente na terra com ajuda remunerada ou não de membros da família e que, ocasionalmente, pode utilizar uns poucos elementos estranhos à família, remunerando-os de maneira variada; geralmente praticam uma policultura, obtida em uma pequena área, e com técnicas

rudimentares, destinando-se parte para o consumo e parte para o mercado. Esses produtores, distinguem do empresário familiar, cujo objetivo econômico é o lucro, e do cultivador primitivo, cuja comercialização do produto se faz com grupos de sistema econômico semelhantes aos seus”(Carvalho apud Gomes, 1992:110).

Além dos aspectos conceituais de camponês, Carvalho procura também atrelar esse sentido ao tipo de agricultura praticada por este segmento, denominando-o de agricultura de subsistência, sendo aquela em que o baixo volume de produção dirige praticamente ao auto consumo com pequena parte para comercialização. Desta forma, pode-se ainda atribuir à agricultura camponesa no Brasil os seguintes indicadores: pequena participação no mercado; policultura; tecnologia rudimentar; mão de obra geralmente familiar; pequena área total da unidade; pequena área explorada, pequena utilização do capital; ausência de burocracia. Esse tipo de agricultura faz parte de um setor agrícola arcaico, mas que ainda perpetua em várias regiões. (Carvalho apud Gomes 1992:111).

Para Veiga (1991) a definição do termo pequena produção, tem no tamanho da unidade produtiva o motivo das maiores controvérsias entre os estudiosos do assunto. Porém, para ele, esta não é a questão mais relevante, o importante é que para qualquer unidade produtiva existe um patamar mínimo em termos de terras, equipamentos e mão de obra, no qual se torna praticamente impossível um sucesso sócio-econômico, e até mesmo a manutenção e reprodução da unidade familiar. Esses patamares costumam ser bastante diminutos em quase todos os sistemas de produção desenvolvidos. Hoje, por exemplo, praticamente o sistema de pastoreio extensivo exige áreas de terras gigante. Em contrapartida a hoticultura fornece mil exemplos de pequena produção que na realidade são enormes em termos de capital e força de trabalho. As inovações tecnológicas têm elevado constantemente este patamar mínimo em termos de meios de produção, reduzindo na maior parte dos casos a necessidade de mão de obra.

Veiga portanto, não vê motivos para tanta discussão acerca do termo pequena produção, como tem ocorrido no Brasil nos últimos vinte anos. O importante para ele é

diferenciar esta forma de produção que chamam de “pequena” através de critérios sócio-econômicos, que por sua vez tem pouco a ver com o tamanho (Veiga 1991:186-187).

Nota-se aqui que a preocupação de Veiga quanto a noção de pequena produção se limita apenas no seu tamanho, não fazendo qualquer alusão a outros elementos que necessariamente influenciam neste conceito. Ademais ele utiliza os mesmos argumentos que Lenin (1980)⁵, para explicar a pequena produção no que refere ao seu tamanho.

O que podemos notar até aqui, usando apenas alguns exemplos, é que a definição precisa do termo “pequena produção” é extremamente difícil, porém os critérios mais controvertidos utilizados nas definições, e geram diferentes enfoques, são geralmente: a área da superfície total, área cultivada, valor da produção e tipo da força de trabalho empregada. Vejamos nos argumentos de Gomes (1992) como é analisadas estas questões.

Quanto ao critério da superfície total, pode-se referir tanto a área total da propriedade (imóvel-INCRA), ou da área total da unidade produtiva (estabelecimento-IBGE), não há portanto uma identificação entre propriedade e unidade produtiva, porém se a pequena produção indica a existência de um processo produtivo, deveria portanto considerar adequado seu uso para referir-se a unidade produtiva, independente da condição da propriedade.

Para Gomes, já o critério do valor da produção abrange aspectos da pequena produção tanto qualitativo quanto quantitativo, pois põe em discussão o patamar necessário do valor da produção para reprodução das condições sociais da unidade produtiva. A pequena produção então constituiria uma unidade de produção cujo valor da produção seria igual ou abaixo do valor necessário para repor seus custos, não dispondo de excedentes para investimentos, o pequeno produtor seria obrigado em alguns casos a procurar outras alternativas para atingir o nível de sua produção e reprodução, geralmente se assalariando em outras unidades produtivas (Gomes,1992:122-124).

Uma questão polêmica que surge neste ponto, posta por Silva (1984,1987), sobre este patamar mínimo para reprodução da unidade produtiva, é que caso isso não seja obtido pelo

produtor, torna-se questionável essa denominação, constituindo-se essa unidade de produção um depositário de força de trabalho (Silva apud Gomes, 1992:124).

Aceitar estes argumentos, para Gomes, é ignorar o pequeno produtor como proprietário, mesmo que parcial, dos meios de produção, bem como o funcionamento de um processo produtivo no interior da unidade produtiva, não havendo assim grande justificativa para deixar de considerá-lo como produtor.

Outro tipo de critério que é utilizado para definir a pequena produção, é o tipo de força de trabalho utilizado na unidade produtiva, servindo para indicar o caráter capitalista ou não da unidade produtiva. Muitos autores concordam que a pequena produção baseia-se principalmente na força de trabalho familiar não remunerada, o aspecto polêmico porém, decorre da coexistência da força de trabalho familiar empregada na produção (em alta inversão) em máquinas, equipamentos, insumos modernos, que objetiva a valorização destes investimentos, acarretando discussões do caráter capitalista ou não desta unidade produtiva.

Além dos critérios discutidos acima, considerados os mais polêmicos na concepção de vários autores, outros também se fazem presentes para determinar a natureza da pequena produção, como: o uso de insumos, destino da produção, desenvolvimento tecnológico das máquinas, etc. Porém da mesma forma que nos demais, em nenhum destes, existe um consenso entre os estudiosos para definição do termo.

O emprego neste trabalho do termo “pequena produção” refere-se ao pequeno produtor rural integrado a agroindústria, do Município de Bocaiúva/MG, cuja principal atividade na propriedade é a produção de leite, que se constitui na única ou principal fonte de renda do produtor, suficiente apenas para a manutenção da família e da propriedade. O tamanho da propriedade pode ser classificado como grande, quanto extensão, se comparada a outras regiões do Estado. Porém suas terras são de baixa qualidade e conseqüentemente baixo valor comercial. Esse fato, dificulta portanto, a definição de pequeno produtor com base no tamanho da propriedade, pelo menos na região em estudo.

Quanto ao volume físico da produção, estando o produtor integrado à agroindústria, e sendo esta quem determina o preço do leite, um aumento na produção pode não significar um aumento na renda na mesma magnitude. Produzir mais não significa necessariamente lucrar mais.

Sendo assim, uma definição mais precisa do termo não leva em conta necessariamente o tamanho da propriedade, nem o volume físico da produção, mas na receita bruta de suas atividades na propriedade, basicamente da produção de leite, e que essa receita não exceda a cinco salários mínimos mensais. Constitui ainda característica do pequeno produtor, aqui definido, a utilização, na propriedade, de mão-de-obra tipicamente familiar, podendo ou não contratar mão-de-obra assalariada na época de safra. Ocorre também uma personificação entre o produtor imediato e o proprietário da terra.

2.5 - CONCLUSÃO

Fica fácil entender por que a pequena produção no Brasil sempre foi relegada a segundo plano, pois a divisão do país em capitanias hereditárias já no início da colonização deixava claro, qual seria a estrutura fundiária que iria estabelecer aqui. Passados porém quase 500 anos, a concentração fundiária continua a ser um dos maiores problemas da nossa agricultura. ↘ ↘

Já no debate nas décadas de 50/60, houve uma preocupação com a estrutura fundiária vigente, e de certa forma alguns defensores destas idéias só viam viabilidade no desenvolvimento da agricultura com uma mudança profunda nessa estrutura, isto não quer dizer que o caminho seria por exemplo a pequena produção, ou mesmo dispensar uma atenção maior a esta, a preocupação estava mais em modificar a legislação trabalhista, proporcionando melhores condições aos assalariados rurais, e transformando os latifúndios atrasados em empresas capitalistas. Ademais, o que vingou de prático dessa discussão foram

as teses de modernização acelerada propostas pelos autores neoclássicos; mas esta não propunham nenhuma mudança na estrutura fundiária, apenas na base técnica.

↙ A modernização implantada no país veio de forma excludente e induzida pelo Estado, através de fortes subsídios, beneficiando as grandes propriedades com culturas de exportação, e a indústria para a agricultura. A pequena produção, excluída dos benefícios da modernização, tinha como papel sustentar o proletariado urbano com alimentos baratos, favorecendo a acumulação do capital industrial, já que os salários pagos eram os mais baixos possíveis. O caminho para a pequena produção modernizar-se seria sua integração com a agroindústria; a tecnificação desta, porém, não significava necessariamente melhores condições de vida para o produtor, pois o excedente da produção era apropriado pela agroindústria, permanecendo na unidade de produção apenas o suficiente para a manutenção da família e do capital produtivo. ↘

O sistema de integração da pequena produção com a agroindústria tem se expandido, de forma surpreendente, nos seus vários segmentos, principalmente por empresas multinacionais. Entre os mais variados tipos de integração utilizados, existem alguns que proporcionam à agroindústria vantagens adicionais, se comparadas com as demais, pois, além de explorarem diretamente o integrado, recebem indiretamente por parte do governo algumas vantagens. Um caso específico é o setor leiteiro, onde o preço do produto é controlado pelo governo, mas os produtos industriais derivados destes, não. E o que veremos na segunda parte deste trabalho, onde mostraremos de forma empírica como funcionam, e como têm sido as relações entre os produtores de leite e a agroindústria na região em estudo, e quais têm sido as vantagens deste tipo de integração.

↙ Procuramos também neste capítulo definir o termo de pequena produção, e deparamo-nos com as dificuldades que isso envolve, pois não há um consenso entre os autores sobre a questão; na verdade, cada caso é um caso, e a definição do termo vai depender do tipo de estudo que se propõe a fazer, que, por sua vez, vai mudar dependendo da região, produtos, relações com o mercado, etc.

↘

NOTAS

- 1- Denominação dada a trabalhadores agrícolas que não têm emprego de caráter permanente, vive em condições muito precárias nas periferias de cidades pequenas ou médias, e trabalham por curtos períodos de tempo em várias fazendas, sendo contratados geralmente por intermediários (Sandroni,1994:30).
- 2- Faziam parte nas ações integradas do governo para o setor agrícola, as seguintes medidas: desenvolvimento da pesquisa agrícola, programa nacional de sementes, política de fertilizantes e corretivos, política nacional de mecanização, política nacional de irrigação programa de eletrificação rural (Aguilar,1986:84).
- 3- Em geral por contrato de integração é designado o relacionamento e dependência direta entre produção agropecuária e empresa integradora, que pode ser formulada explicitamente através de contratos escritos, cadastro ou oralmente (Sorj,1982:41).
- 4- Estrutura de mercado em que existe apenas um comprador de uma mercadoria (em geral, matéria-prima ou produto primário). Neste caso, mesmo quando vários produtores fortes oferecem o produto, os preços não são determinados pelos vendedores, mas pelo único comprador (Sadroni,1994:233).
- 5- Lenin (1980:63).

PARTE II

CAPÍTULO 3

UMA MULTINACIONAL NO SETOR LEITEIRO DO NORTE DE MINAS

INTRODUÇÃO

Na segunda parte deste trabalho serão abordados os três elementos fundamentais do estudo de caso, ou seja: a empresa, a região (área de estudo), e os produtores de leite.

No presente capítulo serão tratadas as duas primeiras questões, ficando o estudo com os produtores de leite para o terceiro. Para isso o capítulo será dividido em 4 itens, que serão apresentados da seguinte forma: no primeiro e segundo itens serão tratadas as questões referentes a empresa Nestlé. Procurar-se-á, de forma sucinta, traçar o perfil e o desenvolvimento desta empresa no Brasil e em Minas Gerais, Estado em que se concentra grande número de suas fábricas. Depois serão tratados de forma detalhada aspectos sobre a presença da empresa no Norte de Minas, e a instalação de uma de suas fábricas na cidade de Montes Claros, em 1983. Com isso ter-se-á idéia do tamanho e do poder que esta multinacional exerce no mercado brasileiro. Surgem também aí as primeiras interrogações sobre o porquê da instalação de sua fábrica no Norte de Minas, com características tão diferentes de onde estão instaladas as demais no país.

No terceiro item serão feitas algumas considerações sobre a pecuária leiteira no Brasil, e, de forma mais detalhada, sobre o mercado de leite na região. É importante que o leitor entenda como se desenvolveu e se estruturou o mercado de leite no Norte de Minas, e também o processo de transformação por que está passando, e que teve como ponto de partida a instalação da fábrica da Nestlé, em 1983. Porém, estas mudanças se apresentam de forma mais acentuada nos últimos 3 anos, com a entrada na região de empresas do sul de Minas e também de outros Estados, na oferta de leite longa vida. Aliado a estes novos

fornecedores, e também de forma marcante, verificou-se no mercado o surgimento e participação de várias pequenas beneficiadoras de leite e derivados.

No último item será feita a caracterização do município de Bocaiúva, área de estudo, localizada a 47 km de Montes Claros. Serão abordados os aspectos geo-físico, produção e histórico, além de sua inserção, participação e representatividade regional. Antes, porém, serão feitos alguns comentários sobre a região Norte Mineira, e sua inserção a nível estadual.

Quanto ao conceito do termo Norte de Minas, não existe uma definição específica e unânime a respeito. O que para a maioria é simplesmente Norte de Minas, para o BNB (Banco do Nordeste do Brasil), representa a área mineira do Polígono das Secas. Já para a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), é a área mineira da SUDENE. Para a Fundação João Pinheiro, e outros, é considerada como Região Mineira do Nordeste - RMN. Embora haja divergência quanto à representação, a delimitação geográfica em todas as definições citadas anteriormente são praticamente as mesmas. Visto que a maior fonte dos dados disponíveis sobre a região consta do Anuário Estatístico da Fundação João Pinheiro, será considerado para efeito deste trabalho o Norte de Minas como Região Mineira do Nordeste.

Assim como ocorre com outras pesquisas, sente-se na elaboração deste trabalho a falta de dados censitários mais recentes. Porém, procurou-se através de entrevistas, informativos, livros etc, amenizar este quadro.

3.1 - A NESTLÉ NO BRASIL - UM BREVE HISTÓRICO

Fundada em 1866 pelo químico Henri Nestlé, na cidade suíça de Vevey, a Nestlé representa hoje um dos maiores grupos alimentícios mundiais, operando fora de sua sede quase que a totalidade de seus negócios. Passados mais de 125 anos de sua criação, a Nestlé continua com suas ações concentradas no campo nutricional, promovendo seu crescimento a

partir da criação e lançamento de novos produtos, da ampliação de sua participação no mercado e, também, pela incorporação de marcas consagradas. A partir da década de 70 a empresa se diversificou, estendendo sua participação aos setores de produtos farmacêuticos, oftálmicos, cosméticos e alimentos para animais domésticos. Atualmente, a empresa emprega mais de 200.000 colaboradores¹, em cerca de suas 500 fábricas espalhadas por todos os continentes, movimentando US\$ 40 bilhões anuais (Fonte- Informativo Nestlé).

A Nestlé foi uma das primeiras grandes empresas estrangeiras ligadas à agricultura instalada no Brasil. O início de suas atividades datam de 1921, com a instalação, na cidade de Araras, estado de São Paulo, da fábrica de leite condensado Moça. Porém, antes da instalação desta fábrica, a empresa já atuava no mercado brasileiro oferecendo aos consumidores a Farinha Lácta Nestlé, importada de sua matriz. É bom lembrar também que a presença definitiva da Nestlé no Brasil marca o início de suas atividades no “Terceiro Mundo”.

Desde sua chegada ao Brasil, e por mais de 30 anos, a empresa dedicou-se quase que exclusivamente à industrialização do leite. Este foi o caminho percorrido por esta multinacional no país, a medida que foi introduzindo no mercado novas linhas de produtos:

1924 - A Farinha Lácta Nestlé, oferecida no mercado nacional via importação, começa a ser produzida no Brasil.

1928 - Tem início a fabricação do leite em pó, e diversas variedades de produtos dietéticos.

1932 - Lançamento do chocolate solúvel Nescau no mercado.

1937 - Inauguração da fábrica de Barra Mansa, Rio de Janeiro, com a fabricação de queijos Petit-Suisse e requeijão.

1946 - Inauguração da fábrica de Araraquara, São Paulo, com a fabricação de leite em pó, e doces.

1952 - Inauguração da fábrica de Porto Ferreira, São Paulo, com a fabricação de leite em pó e produtos dietéticos.

1953 - A partir deste ano, pode-se considerar um processo de verdadeira diversificação de seus produtos, com o aumento de variedades. É lançado no mercado, como pioneiro no Brasil, o café solúvel Nescafé.

1957 - A Nestlé entra no ramo de chocolates, com a aquisição de uma fábrica no Estado de São Paulo. Neste mesmo ano, também, a fábrica de Três Corações, em Minas Gerais, inicia suas atividades com a fabricação de leite em pó.

1962 - Introdução da linha de produtos Maggi, com a aquisição da fábrica de Calciolândia, Minas Gerais. Inicia também neste ano, suas atividade de foodservice.

1963 - Inauguração da fábrica de Araçatuba, São Paulo, com a fabricação de leite em pó.

1964 - Inauguração da fábrica de Ibiá, Minas Gerais, com a fabricação de leite em pó.

1967 - Inicia a fabricação de biscoitos, com aquisição da fábrica de biscoitos São Luiz, em São Paulo.

1971 - Inauguração da fábrica de Caçapava, São Paulo, com a fabricação de biscoitos e chocolates.

1972 - Inicia a fabricação de sorvete em São Paulo, sob a marca Yopa; ocorre também neste ano o lançamento da linha de super congelados Findus.

1973 - Lançamento dos produtos refrigerados Chambourcy, fabricados em Barra Mansa, Rio de Janeiro.

1974 - Inauguração da fábrica de São José do Rio Pardo, São Paulo, com a fabricação de supercongelados, farinhas e alimentos infantis.

1976 - Inauguração da fábrica de Ituiutaba, Minas Gerais, com a fabricação de leite em pó.

1980 - Inauguração da fábrica Companhia Produtora de Alimentos em Itabuna, Bahia, com a fabricação de leite em pó e semimanufaturados de cacau.

1982 - Entra no mercado de massas, com a aquisição do controle acionário da Reimassas S.A Produtos Alimentícios, em Uberlândia, Minas Gerais.

1983 - Aquisição do controle acionário da Indústria Alimentícia Itacolomy, em Montes Claros, Minas Gerais, com a fabricação inicial de leite em pó.

1985 - Inauguração da Usina de Pré-Condensação em Jataí, Goiás.

1986 - Inauguração da fábrica de Iogurtes em Araras, São Paulo.

1988 - Aquisição e controle acionário da Ailiram - Ind. e Com. Ltda., em Marília, São Paulo.

1993 - Aquisição da fábrica de leite em pó de Nova Venécia, Espírito Santo. Aquisição da fábrica de biscoitos Tostines/Kids, em São Paulo, SP.

1994 - Aquisição das fábricas de leite em pó de Rialma e Goiânia, no estado de Goiás. Aquisição total da INSOL Ind. de Sorvete Ltda, em São Paulo, SP. Controle operacional de uma unidade industrial, em Botucatu, São Paulo.

1995 - Inauguração da fábrica de leite em pó em Teófilo Otoni, Minas Gerais.

Nota-se que a estratégia da Nestlé no mercado para lançamento dos seus produtos ocorre, em grande parte, com a aquisição de unidades industriais já existentes, cujo mercado já existe, mesmo que reduzido, o que proporciona o retorno do investimento mais rápido (Fonte - Informativo Nestlé). Essa estratégia da empresa também a colocou na frente na produção de vários derivados de leite, principalmente o leite em pó. Da capacidade instalada para produção deste produto no Brasil, por empresas estrangeiras, a Nestlé detinha 80% em 1993, ficando o restante com a Glória e Parmalat (Zoccal, 1994:46).

A localização das fábricas de leite no Brasil pela Nestlé corresponde à evolução constatada em outros países da América Latina, onde ela atua. Primeiro próximas aos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte. Depois vai se afastando para o interior dos Estados.

Para Coradini e Fredericq (1981) esse deslocamento não foi provocado única e exclusivamente pelo regime de incentivos fiscais nas regiões, mas sim, pelo interesse em evitar a concorrência direta com outras empresas compradoras, e escapar também da acusação de ser responsável pela escassez de leite fluido no mercado. Desta forma, ela procura novas regiões, principalmente aquelas de gado de corte, onde se instala como única compradora, e começa a organizar novas bacias leiteiras.

Em regiões cuja produção de leite é reduzida, a instalação de uma fábrica de leite em pó é complicada, porém, para a Nestlé, que tem longa experiência nesse tipo de mercado, não é tão difícil assim. A estratégia utilizada pela empresa está no seu serviço de assistência técnica, que visita as fazendas e convence os produtores de leite a comercializar com a Nestlé, antes mesmo de a fábrica ser instalada. Os técnicos se encarregam de passar as informações necessárias para organizar e aperfeiçoar a produção, dentro dos padrões da empresa. Assim, o fornecimento de leite estará seguro quando a fábrica começar a funcionar (Coradini e Fredericq, 1981:127/128).

A Nestlé possui atualmente no Brasil 23 fábricas e, depois de São Paulo, Minas é o Estado que concentra o maior número de fábricas da empresa, no total de 06. A primeira cidade mineira a ter instalada uma de suas fábricas foi Três Corações, pequena cidade de certa importância no sul do estado, conhecido centro de comercialização de gado. Ali, em 1957, deu-se início à fabricação de leite em pó e produtos dietéticos (Fonte-Informativo Nestlé).

A participação da Assistência Nestlé aos Produtores de Leite (ANPL) foi de fundamental importância para o sucesso na produção desta nova bacia. A empresa investiu pesado na difusão de novas técnicas, melhoramento genético do rebanho, etc. Este esforço da empresa deu bons resultados, notadamente em dois dos 36 municípios de sua área de abrangência, que eram Três Corações, e seu posto de recebimento mais próximo, Lavras. Os dois, que apresentavam uma produtividade média em 1950, tornaram-se dois entre os quatro municípios com maior produtividade da região em 1970 (com 2,8 litros de leite por vaca/dia). Três Corações, mais particularmente, tornou-se o primeiro município produtor de leite do sul de Minas, com uma produção de 18.865 mil litros em 1970 (Coradini e Fredericq, 1981: 136).

Além da assistência técnica, que muito colaborou no processo de integração com seus fornecedores, a empresa integrou também, através de suas linhas de leite, não só os produtores diretamente, mas também as cooperativas da região, que, ao invés de atender ao

mercado com leite fluido, passaram a fornecer o produto também para a Nestlé. Em certos casos, a subordinação das cooperativas á empresa era quase que total, tornando-se quase que um departamento desta, fazendo serviços que mais nada tinham a ver com suas funções originais, muitas vezes servindo de departamento de contabilidade para a empresa, pois, esta dava um cheque global para a cooperativa, que se encarregava de distribuir os pagamentos a cada um dos produtores (Idem: 136/137).

Depois da fábrica em Três Corações, surgiram as seguintes fábricas em Minas: Calciolândia, em 1962 (leite em pó e leites líquidos); Ibiá, em 1964 (leite em pó); Ituiutaba, em 1976 (leite em pó); Uberlândia, em 1980, (massas); e, por último, Montes Claros, em 1983 (leite em pó) (Informativo Nestlé).

Como visto, a Nestlé é sem dúvida uma empresa multinacional com grande capacidade de expansão e desenvolvimento em países estrangeiros, justificando o gigantismo que é hoje. Serão apresentados, sucintamente, os métodos utilizados pela empresa na conquista de alguns mercados. Embora este não seja o objetivo central do presente trabalho, é interessante que o leitor conheça melhor a empresa em estudo.

As políticas agressivas adotadas pela Nestlé para expandir seu mercado e vender seus produtos, notadamente em países do terceiro mundo, sempre foram motivos de severas críticas, dado o seu caráter nem um pouco social. O comportamento da empresa na conquista do mercado internacional começa a mudar a partir da década de 50, quando se verifica uma queda constante na taxa de natalidade dos países desenvolvidos, até então o principal mercado de seus produtos na alimentação infantil. Com a redução da demanda e conseqüente queda dos lucros, a empresa se volta para os mercados de países da periferia. Nestes, ela instala suas fábricas, e, com um fortíssimo esquema de propaganda, muda os hábitos alimentares da população, notadamente na alimentação infantil, no que diz respeito à substituição do aleitamento materno pelo leite industrial, com graves prejuízos à saúde infantil.

O comportamento da empresa nestes mercados foi tão agressivo, que, em 1974, um estudo publicado na Inglaterra, sob o título “the baby killer” (o matador de bebês), mostrava as estratégias da empresa para vender seus produtos em alguns países africanos, asiáticos e centro americanos. Para isto, utilizava-se de enfermeiras como vendedoras, além de oferecer às mães com menos recursos o leite em pó modificado e mais barato. Tais fatos despertaram a opinião pública europeia e levaram a empresa à justiça. No julgamento pelas acusações, a Empresa foi aconselhada a mudar o estilo de sua propaganda, considerada como sendo imoral e não ética em sociedades subdesenvolvidas. Três anos depois, em 1977, foi lançada nos Estados Unidos uma campanha nacional de boicote aos produtos Nestlé, seguida, em 1978, de inquéritos no senado, sobre as atividades das empresas de leite em pó para crianças.

Tamanho é a força de persuasão da população, junto à maioria pouco esclarecida, com propaganda e outros instrumentos de marketing, que os programas para reverter esta situação têm obtido poucos resultados. No Brasil, um trabalho feito na favela de Santos, em 1974, revelou que 92,6% das crianças da favela, com menos de um ano, eram alimentadas artificialmente. Uma campanha da prefeitura conseguiu reduzir este índice para 45%, porém, tempos depois, a referente campanha foi suspensa, e, em 1977, esse índice já estava em 75% (Coradini e Fredericq, 1981:147-153).

3.2 - A FÁBRICA DA NESTLÉ EM MONTES CLAROS E AS RELAÇÕES DA EMPRESA COM FORNECEDORES DE LEITE NA REGIÃO.

Situada no Norte de Minas, Região Mineira do Nordeste, a 412 Km de Belo Horizonte e 685 km de Brasília, Montes Claros é a maior cidade da região, com 227.295 habitantes (1991). É também o maior centro comercial e industrial. Aqui estão instalados o escritório estadual da SUDENE e a Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE-AMAMS), que abrange hoje 50 municípios. Montes Claros, pela sua posição geográfica

estratégica, é considerado o segundo entroncamento rodoviário do país. Esta vantagem, aliada a presença da SUDENE na região a partir de 1959, favoreceu o desenvolvimento de um amplo distrito industrial, contando hoje com 32 indústrias de médio e grande portes.

A Nestlé começou a funcionar em Montes Claros, em 1983, com a compra do controle acionário da Indústria Alimentícia Itacolomy S.A, de propriedade do grupo Oscar Salgado, do Rio de Janeiro. A fábrica havia sido inaugurada em 1980 com a fabricação de leite em pó e manteiga.

Sob o controle da Nestlé foi suspensa a fabricação de manteiga, dedicando-se a empresa inicialmente apenas à produção de leite em pó, e, posteriormente, à fabricação também de outros produtos. Atualmente a fábrica da Nestlé em Montes Claros, com 12.700m² de área construída, três vezes maior que a área inicial, é a única fábrica de leite condensado Moça no país, responsável pelo abastecimento de 65% do mercado nacional desse produto. A fábrica produz 480 mil latas de leite condensado Moça por dia, o que corresponde a 150 mil toneladas de leite in natura por ano. Inteiramente automatizada, é capaz de envasar até 600 latas por minuto. Além de 62 mil toneladas de leite condensado por ano, essa fábrica pode produzir também, alternativamente, leite em pó industrial. Apesar desta produção, a fábrica trabalha hoje com capacidade ociosa de 40%, devido à restrição de mercado, devendo-se também esta ociosidade ao fato de a fábrica ter sido projetada para atender à demanda nacional do produto até o ano de 2002 (Fonte- Informativo Nestlé).

Segundo a revista “Balanço Anual 95/96”, da Gazeta Mercantil, entre os 40 maiores grupos estrangeiros atuando no Brasil, a Nestlé ocupa o 11º lugar, e sua fábrica em Montes Claros, no setor de laticínios, é a 8ª, entre as 10 maiores do país, com um lucro líquido no ano de 1994 de R\$ 14.507.000,00. (Rev. Gazeta Mercantil “Balanço Anual 95/96”, edição especial, Out/95: 148-204). Esses dados revelam que os negócios da Nestlé no Norte de Minas vão indo bem.

A exemplo de 8 outras fábricas da Nestlé instaladas no Brasil, a fábrica de Montes Claros também é abastecida por biomassa. A madeira vem da floresta que a empresa possui

no município de Mirabela, a 70 km de Montes Claros. Esse trabalho faz parte do programa desenvolvido pela empresa que visa a explorar fontes energéticas alternativas. Nesta unidade de produção, a estação de tratamento de afluentes processa 1.370m³ de água a cada 24 horas, atendendo a todas as exigências da Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM (Fonte- Informativo Nestlé).

A pergunta que se coloca diante deste quadro é a seguinte: por que a instalação de uma fábrica deste porte, cuja principal matéria-prima é o leite, numa região cuja bacia apresenta praticamente todas as condições contrárias ao desenvolvimento de uma boa produção leiteira?

Para o chefe de departamento da região leiteira da Nestlé no Norte de Minas, Sr. José Renato Toledo, dois foram entre outros, os motivos principais para a instalação da fábrica na região. Em primeiro lugar, como para todas as outras indústrias, os incentivos fiscais, pois, segundo Toledo, é quase impossível operar na região sem incentivos, principalmente no ramo leiteiro. Em segundo, e este sem dúvida teve maior peso, por uma posição estratégica de mercado, pois Montes Claros fica mais próximo dos mercados do Nordeste, grandes consumidores do produto, ao contrário do sul, onde a presença de outras marcas é mais forte, e, conseqüentemente, maior a concorrência. Ademais, fica também próximo ao sul de Minas e Goiás, principais fornecedores de leite para a indústria.

A participação do Norte de Minas na produção de leite consumido pela fábrica é pequena, hoje por volta de 26% do total industrializado. Esta situação ocorre por vários motivos; primeiro, pela baixa produtividade de leite, que por sua vez, está ligada às condições desfavoráveis do clima, e baixa fertilidade do solo para produção de leguminosas e melhores pastos.

Apesar das dificuldades, a Nestlé tem trabalhado fortemente no sentido de melhorar este quadro, que, por sinal, já esteve pior. Primeiro, criando uma boa infra-estrutura para coleta do leite. Para isso foram construídos nove postos de resfriamento² espalhados estrategicamente pelo Norte de Minas, interligados por dezenas de linhas de leite,

abrangendo quase que 90% dos municípios da região. Com isso a empresa dá oportunidade a todos aqueles que queiram trabalhar com ela no fornecimento de leite, não tendo que se deslocar em grandes distâncias para entregar o produto. Em segundo lugar, os fornecedores contam com a Assistência Nestlé aos Produtores de Leite. Criada em 1952, a ANPL possui um grupo de cerca de 200 profissionais, formado por agrônomos, veterinários, zootecnistas e técnicos agropecuários, que percorrem 7 milhões de quilômetros por ano para atender a cerca de 40 mil propriedades rurais no Brasil. A partir de visitas, reuniões, demonstrações de métodos e distribuições de boletins técnicos, os pecuaristas são orientados a adotar métodos mais modernos e econômicos de formação de pastagens, construção de silos, controle de doenças, conservação de solo e água, preservação do meio ambiente, etc. A Empresa entende que um bom relacionamento empresa-fornecedor é fundamental. A ANPL tem feito um ótimo trabalho na região, segundo Sr. Renato, a princípio reduzindo a relação safra-entressafra na produção de leite de 3 para 1, ou seja, para cada 3 litros de leite produzido no período de safra, apenas 1 litro era conseguido na entre safra, para a relação de 2 para 1. Isso proporciona ao fornecedor uma renda mais uniforme durante o ano.

Outro desafio dos técnicos é aumentar a produção de leite por vaca/dia. Aliás, este é um trabalho que vem sendo feito desde a implantação da fábrica, embora não tenha ainda apresentado ótimos resultados, devido a vários fatores. Levantamentos feitos pela fábrica mostram que, no período de 1990 a 1994, a produtividade média de leite por vaca em lactação na região foi de 2,9 lts/dia, e esta média, não foi melhorada em 1995, devido à escassez de chuvas. Essa média cai ainda mais se for considerada a média geral, ou seja, todas as vacas leiteiras em lactação ou não, obtendo-se 1,36 lts/dia. Isto ocorre devido ao baixo número de vacas em lactação no total do rebanho leiteiro, que na região é em média de 50 a 60%. Isso significa que enquanto esse percentual de vacas consome pasto e produz leite, os outros 40 a 50% apenas consomem pasto. Tal situação só pode ser melhorada com a introdução de técnicas modernas na produção, como inseminação artificial, touros de melhor qualidade genética, etc (Fonte- Informativo Nestlé).

A ANPL é prestada a todos os fornecedores da empresa que dela precisem, e é inteiramente gratuita. Além de prestar serviços em assistência técnica, também financia para o produtor máquinas e equipamentos em condições favoráveis. Um outro trabalho que a associação faz, segundo Sr. José Renato, e que vem dando bons resultados, é a recria de tourinhos de alta linhagem leiteira, aclimatados às condições locais, os quais são repassados aos produtores a preço de custo, e condições favoráveis. Para atender à demanda, a Empresa mantém 8 granjas no Norte de Minas, dotadas de alta tecnologia e pessoal especializado. Para a empresa, este trabalho é de fundamental importância, e todo esforço tem sido feito para introdução destes reprodutores no rebanho, do maior número possível de fornecedores. Só assim, se conseguirá uma melhoria na qualidade genética do gado, a um custo acessível ao produtor. Em outras palavras, o que a empresa está fazendo, é simplesmente mudando o perfil do rebanho de corte, para a pecuária de leite.

A Nestlé possui atualmente 3.070 fornecedores cadastrados, dos quais 2.600 entregam leite regularmente. A empresa não trabalha com nenhum tipo de contrato formal para entrega do produto. As negociações são feitas informalmente, e todo tipo de pagamento é feito em dinheiro, não sendo emitido um único cheque. Sendo assim, qualquer produtor pode trabalhar com a empresa, e entregar qualquer quantidade de leite. Basta cadastrar se como fornecedor. No próximo item, quando será estudado o mercado de leite na região, o leitor vai entender melhor o porquê de tanta “democracia”..

A estratégia inicial da Empresa para tornar o produtor um fornecedor regular de leite e se esforçar para aumentar a produção deste, está no que chamam de “preço-cota”, que funciona da seguinte forma: no período de entressafra, que na região geralmente vai de abril a setembro, verifica-se uma queda na produção de leite, devido à falta de chuvas. Nesse período, o fornecedor forma uma cota, que é a quantidade de leite que ele entrega na fábrica durante estes meses, pagando a empresa atualmente (04/96) US\$0,21 por litro. Este preço, segundo a empresa, já foi melhorado, pois antes era de US\$0,19 por litro, isto entregue no posto de captação, com o transporte por conta do fornecedor. Quando chega o período de

saíra, onde se registra um excedente de leite, a empresa paga ao fornecedor o mesmo preço anterior até a quantidade que este entregou mensalmente no período de entressaíra, a partir daí, ou seja, o excedente, a empresa paga US\$0,15 por litro. Desta forma ela leva o produtor a se esforçar para aumentar sua cota, reduzindo a venda do excedente no período de saíra a preços reduzidos.

Os fornecedores de leite da Nestlé na região, conforme dados da própria Empresa são na maioria pequenos produtores, e estão assim classificados:

pequenos	até 60 litros /dia	70,0%
médios	61 a 150 litros/dia	28,5%
grandes	acima de 150 litros /dia	1,5%

3.3 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A PECUÁRIA LEITEIRA NO BRASIL, E O MERCADO DE LEITE NO NORTE DE MINAS.

No Brasil, a produção de leite tem se desenvolvido bastante nos últimos 20 anos. Neste período, o efetivo bovino aumentou em 70%, e o número de vacas ordenhadas em 89%, levando o país a ocupar o 7º lugar, em 1990, na produção mundial, sendo os três primeiros, respectivamente, Estados Unidos, Índia e França; a maior produtividade é de Israel, com média de 8.398 kg por vaca/ano. Apesar desse crescimento no rebanho e na produção de leite, o Brasil possui uma produtividade muito baixa (769 kg/vaca/ano), e também um baixo consumo por habitante/ano (55 litros). Para se ter uma idéia, na Noruega o consumo é de 277 litros por habitante/ano (Zoccal, 1994:23-24).

O maior efetivo bovino do país está concentrado nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, entretanto, quanto ao número de vacas ordenhadas, há grande concentração na região Sudeste (41%) em comparação ao Centro-Oeste (17%). Isso demonstra a especialização na produção de leite no Sudeste e de carne no Centro-Oeste. Ainda assim, a região Centro-Oeste é exportadora líquida de leite. Isso ocorre em razão de sua densidade demográfica.

Enquanto a produção média per-capta no Brasil é de aproximadamente 98 litros/ano, na região Centro-Oeste é de 196 litros/ano. Em contra partida e no outro extremo está a região Nordeste, com apenas 51 litros/ano (Zoccal, 1994:46-47).

A nível estadual, Minas Gerais é, com larga vantagem, o principal produtor de leite do país. Possui 25% do número de vacas ordenhadas e produz 30% do leite nacional. Estão também instaladas no estado 50% das fábricas de laticínios do país. Entretanto, as maiores produtividades de leite estão nos estados da região Sul, respectivamente Rio Grande do Sul, Paraná, e Santa Catarina (Zocal, 1994:47).

A produção mineira de leite varia bastante. Entre as 12 mesorregiões do estado, as principais produtoras em ordem são: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (22%), Sul/Sudeste de Minas (18,9%), onde se registra também a maior produtividade do Estado, com 1.230 litros/vaca/ano, e Zona da Mata (12,2%). O Norte de Minas participa com 10% do efetivo bovino do estado, mas apenas com 4% da produção total de leite. Das mesorregiões mineiras, o Norte de Minas possui a menor produtividade média de leite por vaca/ano, 450 litros (Zoccal, 1994:103).

Quanto ao mercado de leite no Norte de Minas, podemos caracterizá-lo até pouco mais de 10 anos atrás, como uma situação de monopólio e monopsonio, respectivamente, sob o controle da Coopagro - Cooperativa Agropecuária Regional de Montes Claros. Esta situação só veio a se alterar, primeiro e de forma bem amena, com a entrada da Nestlé na região, na fabricação do leite em pó em 1983; em segundo, de forma profunda, no processo de concorrência acirrada que ocorre no mercado a partir de 1994.

A Coopagro foi criada em Montes Claros, em 1954, para atender à população, na oferta de leite pasteurizado e manteiga. Com a população ainda pequena e a falta de estradas que permitissem abrir novas linhas de leite para o interior, restringiu suas atividades de coleta praticamente ao município de Montes Claros, e outros poucos vizinhos. À medida que a população aumentava, a Coopagro não só aumentava a produção de leite beneficiado, mas também se diversificava na oferta de produtos e serviços aos seus cooperados, e, em 1973,

com a construção da fábrica de laticínios, lançou no mercado o leite pasteurizado em saquinhos, empacotado a vácuo, pois antes o leite era oferecido em carroças tipo pipas, a granel. A partir daí, a cooperativa não parou mais de crescer, diversificou seus produtos, ampliou sua coleta de leite para o interior com a instalação de postos de resfriamento em outros municípios, e modernizou sua produção. Além da usina de beneficiamento de leite, possui também posto de gasolina, beneficiadora de algodão de grande porte, patrulha mecanizada, financeira, grandes armazéns, e, mais recentemente, supermercado, entre outros, chegando, na década de 80 a ser considerada a terceira maior cooperativa do estado na sua estrutura geral. Por quase 30 anos a Coopagro foi praticamente a única compradora de leite cru, e também a única fornecedora de leite pasteurizado na região, além de participar maciçamente na oferta de derivados.

A primeira mudança neste mercado ocorre em 1983, com a compra pela Nestlé da fábrica de leite em pó ITASA, em Montes Claros. Porém, esta mudança ocorreu apenas quanto à demanda de leite cru, pois a Coopagro continuou com o monopólio de leite beneficiado. A entrada da Nestlé na região não alterou de início a demanda de leite da Coopagro, pois aquela empresa, nos primeiros anos, procurou desenvolver uma estrutura eficiente de coleta de leite, inclusive explorando outros municípios, não atendidos pela Coopagro.

Se a primeira mudança foi quanto à demanda de leite cru, a segunda vai ser na oferta de leite pasteurizado, quebrando, assim, a hegemonia da Coopagro no setor. Essa mudança ocorre de duas formas: primeiro com a entrada, no mercado, de pequenas e médias beneficiadoras de leite e derivados, que oferece o produto a preços mais baixos e com melhores condições de pagamento para os comerciantes do que a Coopagro. Isso se explica principalmente pelo baixo custo operacional dessas pequenas empresas, beneficiadas pelo desenvolvimento de equipamentos, capazes de beneficiar quantidades de leite cada vez menores por unidade de tempo. Para se ter uma idéia deste quadro, pode-se encontrar, atualmente no mercado pasteurizadores com capacidade de beneficiamento de até 150 litros

de leite por hora. Segundo o gerente de vendas da Mectronic Equipamentos Eletrônicos Ltda, grande empresa do ramo, com fábrica em São Paulo, um dos motivos da grande aceitação desse equipamento de capacidade reduzida, são, entre outros, a facilidade de manuseio e o baixo custo de aquisição. Atualmente (04/96), um Kit completo para beneficiamento de leite com capacidade para 150 l/hora, incluindo uma embaladeira automática com datador, custa US\$20.000,00, podendo, ainda, no caso da Mectronic, ser dividido em três vezes sem acréscimo, ou financiado em até 12 meses. Isso leva os grandes e até mesmo os médios produtores a montarem usinas beneficiadoras, e oferecerem o produto direto no mercado. A segunda forma é a entrada no mercado do leite longa vida em caixa, proveniente do sul de Minas e também de outros estados, como Espírito Santo e São Paulo, a partir de 1994, mas de forma decisiva a partir de 1995. Para o sub-gerente da usina de beneficiamento de leite da Coopagro, Sr. Edgar de Barros Santana, é impressionante a forma e a rapidez com que o produto está dominando o mercado e ganhando a preferência do consumidor. A Coopagro mais que ninguém vem “sentindo na pele” as mudanças nesse mercado. O consumo restrito do leite longa vida, anteriormente, explicava-se pelo fator preço do produto, e na confiança do consumidor, acostumado com o leite da Coopagro por mais de 40 anos. Porém, esses tipos de problemas não ocorrem mais, pois o leite longa vida está em média 15% mais caro que o leite em saquinho da Coopagro, e nas promoções periódicas ficam ainda mais baratos que este. Aliam-se também a isso as inúmeras vantagens que o longa vida oferece, entre elas a de poder ser armazenado por até três meses sem refrigeração, além da praticidade de não precisar ferver, etc. Para o gerente de três dos maiores supermercados da cidade e suas filiais, a venda de leite em saco é secundária, a prioridade é do leite longa vida, pela sua praticidade em vários sentidos, tanto para os consumidores quanto para o supermercado, além de os fabricantes oferecerem boas condições para comercialização do produto. Segundo esses gerentes, eles não trabalham mais com o leite da Coopagro, pois, além de ser mais caro que o dos concorrentes, é difícil de

negociar com a empresa, preferindo por tudo isso, comprar o produto de beneficiadoras menores.

Segundo Sr. Edgar, verificou-se, nos últimos anos, uma redução contínua nos produtos da Coopagro na região. A fábrica, que em 1987 chegou a beneficiar na média 35.000 litros de leite por dia, em 1994 passou para 28.000; em 1995, 20.000; e, atualmente (04/96), com uma média de 17.000 litros dia e uma capacidade ociosa de 42%, podendo chegar no pique da entressafra, a 62%. Devido ter excedente de leite não industrializado, por restrição do mercado, a Coopagro passou a ser fornecedora de leite para a Nestlé, além de consorciar-se com outras 13 cooperativas na aquisição de uma usina para fornecimento do leite longa vida, na cidade de Campo Belo, sul de Minas, o qual já pode ser encontrado no mercado local sob a marca CEMIL. Mesmo assim, o Sr. Edgar admite que estão entrando tarde no mercado, já dominado por várias outras marcas, inclusive a Molico, da Nestlé, envasado em Calciolândia, município de Arcos, sul de Minas. O leite coletado pela Coopagro hoje, segundo Sr. Edgar, tem a seguinte finalidade: 45%, Nestlé; 15%, Cemil; 40%, beneficiamento (pasteurização e outros).

A Coopagro, dividindo hoje o mercado com mais 6 outras beneficiadoras pequenas e médias, e atuando em apenas 9 municípios do Norte de Minas, estando sozinha no município de Montes Claros, pretende, não só continuar a repassar o leite para a Nestlé, mas também aumentar o máximo a cota de entrega, apesar do preço baixo pago pela empresa. É quase impossível competir no mercado, em igualdade de preços, com as novas beneficiadoras. Quanto ao leite longa vida, o objetivo maior é manter a marca Coopagro no mercado.

A princípio é de estranhar o comportamento da Coopagro no mercado, porém, se for analisado melhor o quadro que se formou com estas mudanças, ver-se-á que é a melhor alternativa. Ao longo desses anos, a fonte de riqueza da cooperativa, o que possibilitou ampliar suas atividades em vários outros setores, foi o beneficiamento do leite. Hoje esse setor se atrofia com a concorrência, mas os outros tipos de produtos e serviços que ela oferece, não. Ademais, os seus principais clientes são os fornecedores de leite. São eles, em

grande parte, os responsáveis em manter o resto da estrutura da cooperativa funcionando. Daí o interesse da Coopagro em manter a qualquer custo junto a si estes fornecedores, e não repassá-los para a Nestlé, preferindo ela mesma fazer o repasse do produto, pois, para a Coopagro, é mais vantajoso e prático descontar na quota de entrega de leite toda compra realizada pelos fornecedores

As mudanças que ocorrem no mercado do leite no Norte de Minas caminham para uma estrutura de quase-monopsônio por parte da Nestlé, embora ela não concorde. Segundo a empresa ela participa hoje com apenas 60% do mercado, a Coopagro com 30%, e 10% para os outros. Mas, se for levado em consideração que a Coopagro repassa praticamente metade do que coleta para a Nestlé, a participação desta sobe para 75%, isto por enquanto, porque, como foi visto, a meta da Coopagro é aumentar esta cota, já que o leite fluido, da forma que é ofertado hoje no mercado, tende a reduzir-se cada vez mais. Outro ponto interessante de se observar é que a Nestlé não trabalha com o município de Montes Claros, um dos maiores produtores de leite da região, nem participa de linhas de leites de outros municípios vizinhos que estejam muito próximos. Estes são restritos apenas à Coopagro, porque a Nestlé não recebe leite diretamente de fornecedores em sua fábrica. Toda essa operação é realizada em postos de captação em outros municípios, onde também são resolvidos os problemas relacionados com as coletas. Nota-se com isso que a Coopagro passa aos poucos a ser um simples entreposto da Nestlé na micro região. Outra grande vantagem para a Nestlé de ter a Coopagro ao seu lado como fornecedora, é que a ANPL prioriza seus trabalhos praticamente quanto ao melhoramento genético, higiene e alimentação do rebanho leiteiro, enquanto a Coopagro desenvolve uma ampla estrutura de oferta de produtos e serviços destinados aos produtores de leite.

Existem alguns pontos interessante de se observar no processo de ocupação da bacia leiteira no Norte de Minas, pela Nestlé, que muito se assemelha ao que foi feito em Três Corações, primeira fábrica da Empresa em Minas, em 1957. Lá, da mesma forma que no Norte de Minas, predominava a pecuária de corte, com produção e produtividade de leite

muito baixa, exigindo um trabalho muito intenso da assistência técnica para mudar este quadro. Em 1970, porém, 13 anos depois, a produtividade de leite por vaca/dia alcançou 2,8 lts, considerada um sucesso pela empresa (Coradini e Frederiqc, 1981: 137). No Norte de Minas, coincidentemente, fazendo 13 anos de atuação da Empresa em 1996, a média atual é de 2,9 litros de leite por vaca/dia, a diferença é que lá o clima e o solo são propícios para a produção de leite, e no Norte de Minas não (Fonte- Informativo Nestlé).

Outra “coincidência” verifica-se no quase-monopólio da compra de leite que ocorreu em Três Corações, onde paulatinamente as cooperativas passaram a ser simples entrepostos de coleta e de entrega do leite para a empresa. Na região em estudo, como já observado, o mercado poupou a Nestlé dese trabalho. Sem concorrentes no mercado, ela se torna aos poucos praticamente a única compradora de leite cru na região.

3.4 -CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Antes da caracterização do município de Bocaiúva, objeto de estudo, serão apresentados mais alguns dados sobre a região na qual o município está inserido. A mesorregião estadual do Norte de Minas.

A região mineira do Nordeste é formada por 50 municípios, ocupando uma área total de 120.701 Km², que corresponde a 20% do território estadual, com uma população de 1.338.659 habitantes. Montes Claros é a maior cidade da região com 227.295 habitantes, vindo em seguida Pirapora com 45.377. Dos 50 municípios que compõem a região, 23 possuem uma população inferior a 25.000 habitantes, e em 26, a população rural é maior que a urbana. A densidade demográfica da região é baixa, com a média de 11,9 habitantes por Km², porém existem municípios com até 1,9 hab/km², sendo a média do Estado de 27 hab/Km² (Sinopse do Censo Demográfico de MG-1991 /IBGE, in Anuário Estatístico da Região Mineira do Nordeste, 1994:29).

A industrialização na região ainda é pequena se comparada às outras regiões do estado, com distritos industriais pouco significativos em várias cidades, tendo como principal pólo, a cidade de Montes Claros. A pecuária de corte tem tradicionalmente grande peso na economia, com o desenvolvimento significativo nos últimos anos da pecuária de leite. A região se destaca na cultura de alguns produtos agrícolas no estado, apresentando, em 1991, a seguinte participação em relação à produção estadual: uva (59%), melão (95%), melancia (56%), mamona (85%), fava em grão (98%), alho (32%) e algodão herbáceo (caroço) com 57%. Nesta última cultura, o Norte de Minas sempre foi um grande produtor, porém vários problemas, como, estiagem, pragas, falta de incentivos etc, têm levado à sua estagnação. Na década de 80 registrou-se uma queda na produção de 12% e na produtividade de 24% (Produção Agrícola Municipal-1991/IBGE in Anuário Estatístico da Região Mineira do Nordeste, 1994:288-296).

O município de Bocaiúva é o 5^o maior da região, com uma área de 5.733 Km² e uma população de 46.966 habitantes³ (1991). Pertence à microrregião I da AMAMS (Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene), da qual também fazem parte os municípios de Montes Claros, Mirabela, Lagoa dos Patos, Juramento e Coração de Jesus. Situa-se a 42 Km de Montes Claros, 369 de Belo Horizonte e 707 de Brasília (DF), é cortada por 2 rodovias pavimentadas de asfalto (BR 135 e 415), sendo também servida pela RFFSA e por aeroporto com pista de cascalho. O clima assume a condição de principal elemento de caracterização tanto micro-regional quanto regionalmente. As temperaturas apresentam médias de 20 a 24 graus centígrados, com precipitações que variam de 750 a 1.200mm, concentrando em 4 meses do ano 70% do total anual. Constitui ainda característica marcante do clima regional a elevada ensolação e baixa umidade relativa do ar (Anuário Estatístico da RMN, 1994:170-181).

A história do município origina-se das andanças de bandeirantes paulistas e baianos à procura de pedras preciosas, e suas fixações em diversos locais do território. A ocupação de suas terras ocorre em função da criação de gado, nos moldes da pecuária extensiva em fins

do século XVII, no período denominado “ciclo do couro”, para servir de suporte alimentar às populações da região mineradora. Antônio Gonçalves Figueira, membro da bandeira de Fernão Dias Paes, ao sediar-se em uma fazenda de nome Água Boa, inicia o povoamento em Bocaiúva. A Freguesia do Senhor do Bonfim, como era chamada, é elevada à categoria de Vila, em 1873, com o nome de Vila do Jequitaiá, que por sua vez é elevada à categoria de município, em 1887. Em 14 de junho de 1890, o município passa a denominar-se Bocaiúva. Desenvolveram-se aí grandes fazendas dominadas pelos chamados “Coronéis”, só vindo a fragmentar-se após a abolição dos escravos.

A industrialização do município só tem início, de forma significativa, a partir de 1925 com a inauguração da estrada de ferro cortando o território bocaiuvense, ligando Rio/SP com o sertão norte-mineiro. Instala-se nesta época uma indústria de beneficiamento de cana para produção de açúcar (Revista “Perfil Geo-Socio-Econômico dos Municípios da Área Mineira da Sudene”, AMAMS, 1987:12-13).

A estrutura fundiária do município reflete a situação da região, com a presença de grandes latifúndios. Segundo o Censo Agropecuário de Minas Gerais de 1985, a pequena propriedade de 0 a 50 ha, representava 71% do número de propriedades do município, mas ocupava uma área de apenas 8% do território. Quanto à utilização das terras, 39% destina-se a pastagens e 11% para lavouras, sendo o restante distribuído entre florestas, matas, terras improdutivas e terras produtivas não utilizadas (Produção Agrícola Municipal-1991/IBGE in Anuário Estatístico da Região Mineira do Nordeste, 1994:181).

O principal produto agrícola do município é a cana de açúcar, sendo o maior produtor da região, destacando-se também na produção de milho. Juntamente com estes, a mandioca, arroz e feijão constituem os principais produtos cultivados no município.

A criação de gado se faz presente em grande parte das propriedades municipais, sendo que nas pequenas propriedades ela tem mais a função de reserva de valor, que puramente comercial. Essa cultura, típica do sertão, ainda é forte na região, ficando assim para os médios e grandes proprietários a criação e engorda para corte. Na década de 80 verificou-se

uma pequena mudança no perfil do rebanho municipal, com uma tendência para pecuária de leite, pois a participação de vacas ordenhadas no rebanho total passou de 11%, em 1980, para 18% em 1991, com um aumento na produção de leite, neste mesmo período, de 45%. O rebanho bovino como um todo teve aumento de 29% (Idem, pag. 383-394).

Nota-se também, na década de 80 no município, uma mudança na composição da população urbana e rural. Em 1980, 51% da população era rural, passando para 37% em 1991. Isso ocorreu principalmente com o surgimento de novas áreas de pastagens, e grandes áreas destinadas a reflorestamentos (eucalipto). Em 1985, Bocaiúva possuía a 7ª maior plantação de eucalipto da região. Para se ter uma idéia do avanço dessa cultura na região norte-mineira, em 1975 ela participava com 6% da produção estadual, já em 1985 era de 35%. Apesar de não se dispor de dados mais recentes é fácil verificar o aumento dessa cultura em toda a região, e isto ocorre principalmente pela abundância de terras e mão-de-obra barata, além de incentivos (Censo Agropecuário de Minas Gerais-1985 in Anuário Estatístico da Região Mineira do Nordeste, 1994:355-356).

3.5 - CONCLUSÃO

Como se pode observar, é impressionante o poder e o domínio que adquire no mercado uma empresa multinacional do porte da Nestlé, em países como o Brasil. Hoje é quase impossível tomar qualquer medida a nível de política de governo no setor pecuário, sem levar em consideração a participação da Nestlé no mercado, e a força que ela exerce.

Quanto à justificativa para o funcionamento da única fábrica de leite condensado da Empresa no país, e que responde pelo abastecimento de 65% do mercado nacional, ser instalada no Norte de Minas, por razões quase que meramente de estratégia geográfica de mercado, fica difícil de entender. Muitas são as “coincidências” que levam a questionar esta opção. Primeiro, não há no estado de Minas uma bacia leiteira com a extensão do Norte de Minas, praticamente sem concorrentes para compra de leite, e ainda pouco explorada.

Segundo, a política utilizada no sul de Minas para mudar o perfil da criação de gado de corte para gado de leite, quando da instalação da sua primeira fábrica em Três Corações, é semelhante à que está sendo utilizada no Norte de Minas, e estas mudanças, como foi visto, tanto lá como aqui são de longo prazo. Os incentivos fiscais, como afirma a própria empresa, foram também fundamentais para a escolha da região.

O presente capítulo também deixa claro que o mercado de leite na região sofre uma grande transformação, porém estas mudanças, pelo que tudo indica, não devem alterar a estrutura de mercado existente até então, típica de monopólio. O que está ocorrendo é uma mudança de poder, para o domínio do mercado, ou seja, passa das mãos de uma cooperativa capitalista fornecedora de leite fluido e derivados, para uma empresa multinacional, cujo objetivo é industrializar todo o leite disponível, na fabricação de leite condensado. É impressionante como o mercado tem favorecido esta nova situação, poupando a empresa de maiores esforços para aumentar sua participação na demanda de leite da região, que atualmente é de 75%.

A conclusão quanto à inserção e participação do município de Bocaiúva na região, é que este município segue as mesmas linhas dos demais. Isto se deve ao fato de a região ser muito homogênea em seus vários aspectos, tanto geo-físicos como econômicos, enfrenta também os mesmos problemas edafoclimáticos que os outros, e no caso mais específico da pecuária leiteira, esta no mesmo mercado, sujeito às leis que este determina, e a quem o domina. A preocupação neste capítulo de deixar claro a situação do mercado de leite na região, é que estas mudanças se refletem nos outros setores, principalmente na vida dos pequenos produtores e no processo de integração destes com a Nestlé, que será objeto de estudo do próximo capítulo.

O importante aqui, e reportando ao referencial teórico, é entender as formas peculiares que o capital encontra em cada situação para se apoderar, da melhor maneira possível, do sobre-trabalho. Só assim se pode entender o processo de avanço do capital no campo e suas consequências.

NOTAS

- 1- O termo “colaboradores” utilizado pela empresa, refere-se aos seus funcionários, e é uma forma, segundo ela, humanitária e de agradecimento pelo empenho e participação no desenvolvimento da empresa (Informativo Nestlé).
- 2- Dos 9 postos de captação e resfriamento de leite, 8 estão no que se denomina Norte de Minas, nos municípios de São Francisco, Salinas, Bocaiúva, Capitão Eneas, Coração de Jesus, Janaúba, Manga, e Porteirinha. O posto de Brasilândia, embora considerado pela Nestlé como Norte de Minas, fica mais a Noroeste do Estado, Portanto fora da RMN (Boletim Informativo Nestlé).
- 3- Também compõe o município além da sede, os seguintes distritos: Olhos D’Água, Terra Branca, Guaraciama, e Pires de Albuquerque, estando os dois últimos em processo de emancipação (Anuário Estatístico da Região Mineira do Nordeste, 1994:25).

CAPÍTULO 4

A INTEGRAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA COM A NESTLÉ, E SEUS RESULTADO

INTRODUÇÃO

Neste capítulo é abordado o objetivo fundamental do trabalho, as relações entre os pequenos produtores de leite e a Nestlé, no município de Bocaiúva.

O capítulo está dividido em duas seções. A primeira tem como objetivo traçar o perfil da pecuária bocaiuvense, e a atual situação do mercado local do leite. Na segunda, são feitos, de início, alguns comentários sobre a atuação da Nestlé no município e suas relações com seus fornecedores. A seguir, utilizando-se de quatro sub-itens, é tratado de forma específica o estudo dos produtores rurais integrados à Nestlé, onde são abordados o perfil do produtor, o perfil da propriedade e infra-estrutura produtiva, indicadores sociais, e integração produtores de leite-Nestlé.

Como fonte de dados para a construção deste capítulo, foram utilizados dois instrumentos de pesquisa: a entrevista e o questionário. As entrevistas foram utilizadas para colher informações junto à Nestlé, no posto de coleta e resfriamento em Bocaiúva, e também na fábrica da empresa em Montes Claros, no IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária), e a EMATER (Empresa Mineira de Assistência Técnica Rural). Quanto aos questionários, foram aplicados diretamente aos pequenos produtores de leite integrados a Nestlé, no campo.

Para um total de 94 produtores, foram aplicados 30 questionários, representando 32% do universo, distribuídos ao longo de aproximadamente 160 km de linha de leite, sua totalidade dentro do município de Bocaiúva.

4.1 - A PECUÁRIA BOCAIUVENSE E O MERCADO DO LEITE

Em Bocaiúva, como nos demais municípios do Norte de Minas, ainda predomina em larga escala a pecuária de corte, apesar dos avanços consideráveis da pecuária de leite, que muitas vezes constitui a única fonte de renda em propriedades médias e pequenas.

A conscientização dos pecuaristas que pretendem desenvolver a atividade leiteira de que a mudança do perfil genético do rebanho é fundamental para o aumento da produção de leite, está contribuindo para a introdução, no rebanho, de novas raças. Esse esforço não é apenas dos produtores, mas também das empresas que comercializam leite na região, e de órgãos oficiais de assistência técnica como o IMA (Instituto Mineiro de Agropecuária) e a EMATER (Empresa Mineira de Assistência Técnica Rural). A presença no rebanho, até então de gado Nelore, de raças como a Girolanda, resultado do cruzamento da raça Gir com a Holandesa, já é bastante acentuada em grande parte das propriedades, embora com participação ainda pequena no rebanho. Apesar da raça Girolanda não ser a excelência em produção de leite, os resultados obtidos são considerados muito bons, principalmente pela adaptabilidade ao clima regional. Outra tentativa de melhoramento genético do rebanho são os tourinhos de alta linhagem comercializados pela Néstlé junto aos seus fornecedores.

Segundo o IMA, o rebanho bovino no município é estimado atualmente (08/96) em 55.000 cabeças, distribuídos entre 900 pecuaristas, porém, do rebanho total, apenas 20% é constituído de gado leiteiro. Deve-se observar, também, que conforme média regional a ser confirmada neste trabalho, apenas 60% das vacas estão em lactação. Esses dados são interessantes para se ter uma idéia do potencial leiteiro que o município oferece, ainda muito pouco explorado. Apesar da pouca participação do gado leiteiro no total do rebanho e das dificuldades encontradas para aumentar a produção de leite, Bocaiúva é considerado o 4º maior produtor da região.

O mercado de leite do município é praticamente dominado pela Nestlé, que mantém junto a si 68% dos produtores, na forma de integração, e detém 60% da produção

comercializada. O restante do mercado é dividido da seguinte forma: 21,8% com dois laticínios, na fabricação de queijos e outros derivados, 9,1% com os queijeiros, e 9,1% são destinados aos pecuaristas que vendem o leite diretamente na cidade, sem beneficiamento, pois a preferência por esse tipo de leite ainda é muito grande, só começando a mudar recentemente com a venda do leite longa vida. A venda do leite pasteurizado em saquinho é insignificante. É bom notar que uma participação maior no mercado por parte da Nestlé só não ocorre por conveniência da Empresa, não por incapacidade. Responde por este mercado um total de 278 fornecedores, que representam 31% dos pecuaristas do município (Fonte: IMA).

4.2 - A NESTLÉ E SEUS FORNECEDORES EM BOCAIÚVA

Bocaiúva foi um dos primeiros municípios do Norte de Minas a possuir posto de resfriamento de leite. Inaugurado em 1979, ele pertencia a ITASA (Indústria Alimentícia Itacolomy S.A), antes desta ser comprada pela Nestlé, em 1983. De propriedade da Nestlé, o posto modernizou e ampliou suas instalações. Atualmente (08/96), o posto recolhe 300.000 litros de leite mensalmente dos seus fornecedores.

Para o gerente do posto de resfriamento, Sr. Belton Silva Leite, dos fornecedores de leite para a Nestlé no município, aproximadamente 50% são constituídos por pequenos produtores, que entregam até 60 litros de leite por dia. Para ele, as dificuldades encontradas para aumentar a produção está principalmente na baixa qualidade genética do rebanho, não apropriado para pecuária leiteira, apesar do bom trabalho que vem sendo desenvolvido pela ANPL (Assistência Nestlé aos Produtores de Leite) no melhoramento genético, higiene, alimentação e controle preventivo de doenças.

Apesar do esforço da ANPL, a quantidade de leite rejeitado diariamente no posto é considerada alta, e tem como principais motivos, acidez, sujeira e água. Isso ocorre devido

à persistência do produtor em continuar a fazer ordenha de forma tradicional, com o mínimo de higiene possível.

Para o Sr. Belton, a Nestlé tem feito o possível para melhorar a situação dos produtores, enquanto estes continuam acreditando que o maior problema está no preço do leite. O que os produtores não percebem é que o problema não está necessariamente no preço, mas sim, na sua produção, que é reduzida.

Outro grande benefício para o produtor, segundo a Nestlé, é a oportunidade de introduzir no rebanho tourinhos de alta linhagem desenvolvido pela empresa, com o objetivo de melhorar o perfil genético do rebanho regional. As condições para adquirir o animal são as melhores possíveis, podendo inclusive os mesmos serem pagos com determinada cota diária de leite. Atualmente (08/96), um tourinho custa ao produtor uma quota diária de 12 litros de leite, durante 18 meses. Tais condições acabam por beneficiar também o pequeno produtor.

Para a Nestlé, melhorar o perfil genético do rebanho, quer seja com seus tourinhos, ou raças de qualidade superior, não é suficiente para aumentar a produção de leite, é preciso também conscientizar o produtor de que a criação do gado leiteiro não pode ocorrer da mesma forma que a criação do gado de corte. É indispensável uma dieta alimentar melhorada, e tratamentos adequados, a fim de melhorar a produção.

Com o objetivo de amenizar este quadro de carência alimentar do rebanho, a Nestlé começa a tomar algumas providências. Além das tradicionais parcerias que a empresa faz com a prefeitura para melhoria de estradas, pontes, etc, mais recentemente ela tem firmado parceria com a EMATER, a fim de seus técnicos trabalharem em conjunto, em projetos que visem a melhorar as condições do pequeno produtor do município.

Para a Nestlé, não resta dúvida de que será um bom negócio, pois, dada a extensão do município, seus técnicos não conseguem atender de forma eficiente seus fornecedores. Quanto à EMATER, além de uma estrutura já montada e um amplo conhecimento da área rural, desenvolveu ao longo dos anos uma relação informal e, de certa forma, de confiança

com os produtores, o que facilita no convencimento destes a seguir determinadas orientações quanto ao tipo de cultura a ser desenvolvida. A Nestlé provavelmente não está interessada no desenvolvimento do plantio de arroz, feijão, ou outra cultura tradicional, mas, sim, de cana, sorgo, milho, capim etc, para a alimentação do gado, e principalmente no desenvolvimento de silagem para a alimentação na entressafra. Não resta dúvida de que qualquer projeto que vise a melhorar as condições de vida do pequeno produtor é válido.

Deve-se, porém, ter cuidado, para não se transformar toda a reduzida área agricultável das propriedades em alimentação para gado, eliminando a agricultura de subsistência, o que poderá trazer resultados negativos, ao invés de êxito.

Como o resultado desta parceria só será conhecida no futuro, procurar-se-á conhecer, então, a situação presente dos pequenos produtores, quem são, como vivem, e suas relações com a agroindústria.

4.2.1- Perfil do Produtor

Extratificando a amostra de pequenos pecuaristas de leite do município de Bocaiúva integrados à Nestlé, por faixa de idade, observa-se que quase metade, 46,66% (Tabela 01), possui menos de 50 anos. Embora a maior parte deles não possam ser considerados velhos cronologicamente, aparentam ter mais idade, provavelmente devido à longa exposição ao sol durante o ano, enquanto trabalham, e ao tipo de vida que levam.

Quanto ao grau de instrução dos produtores, verifica-se na tabela 02 que a maioria deles, praticamente 90%, possuem no máximo o primário completo. Esse quadro é um dos entraves ao desenvolvimento do produtor, que, por sua vez, colabora para manutenção de formas tradicionais de produção, e dificulta a introdução e difusão de técnicas mais modernas, já que a presença dos técnicos nas propriedades torna-se indispensável, pois as orientações através de revistas, boletins, informativos etc, surtem poucos resultados. Portanto, se levarmos em conta que boa parte dos produtores não são velhos, como vimos,

esta situação pode ser revertida, ou pelo menos amenizada, através de programas de alfabetização rural, a serem desenvolvido por exemplo, pela prefeitura.

Dos produtores entrevistados, todos moram no município, e a maioria, 83,34%, mora na propriedade (Tabela 03), sendo que apenas 16,66% possui residência na sede do município, e propriedade nos arredores. Este também é mais um fato que justifica o programa de alfabetização já mencionado.

Descendentes, por tradição, de famílias com grande número de pessoas, o pequeno produtor bocaiuvense alega não ser mais possível, nos dias de hoje, manter famílias numerosas, dado o alto custo de manutenção, caso queira garantir um futuro melhor para os filhos. Nota-se que entre os produtores pesquisados, a maior parte, 60% (Tabela 04), possui famílias com até 6 pessoas, consideradas pequenas para os padrões regionais (geralmente mais de 10).

Quanto à renda do produtor, ela apresenta uma instabilidade acentuada no decorrer do ano, devido ao tipo e forma como a produção é desenvolvida, pois o aumento na produção do leite está diretamente relacionado com as condições dos pastos, alimento básico do gado, que por sua vez, depende das condições favoráveis do tempo, de que resulta uma renda maior ou menor. A maior renda do produtor é auferida no período de safra, época das chuvas; a partir daí, vai decaindo, alcançando seu nível mais baixo no pique da entressafra, época das secas. Entre os produtores pesquisados ela apresentou os seguintes resultados: 40% possui uma renda de 1 a 3 salários mínimos, enquanto 60% possui uma renda de 3.1 a 5, excedendo-se esse teto raramente (Tabela 05).

Quanto ao trabalho fora da propriedade, não foi registrado nenhum caso em que o produtor tivesse outra atividade, já 70% declararam possuir membros da família que trabalham/moram fora da propriedade (Tabela 07). Segundo os produtores, o principal motivo são estudos/casamentos, com 57,14%. Nenhum dos produtores apontou como causa ajuda na renda familiar. Isto ocorre, segundo os produtores, porque os filhos que estudam fora continuam dependendo dos pais para a sua manutenção; quanto aos que se casam, estes

são obrigados a deixar a propriedade porque a renda não é suficiente para a manutenção de mais uma família (Tabela 08).

Esses dados, aliados à preocupação do produtor em manter famílias cada vez menos numerosas, mostram de certa forma um esvaziamento da propriedade, levando por consequência à manutenção de atividades poupadora de mão-de-obra.

4.2.2- Perfil da Propriedade e Infra-Estrutura Produtiva

O tamanho físico das propriedades na região, mesmo dos pequenos produtores, se comparadas às outras regiões, podem ser consideradas como grandes. Porém, para o município de Bocaiúva, ter grandes extensões de terras não significa ter grande patrimônio em termos monetários, já que as terras são, na maioria, de baixa qualidade, e, conseqüentemente de baixo valor comercial, o que justifica as grandes plantações de eucalipto, cultura não muito exigente quanto a qualidade do solo. Dos produtores pesquisados (Tabela 09), 60% das propriedades possuem áreas de 50 a 150ha, porém estas são pouco aproveitáveis, como mostram os dados a seguir.

Verifica-se, quanto à utilização das terras, que as áreas aproveitáveis das propriedades diminuem a medida que aumenta o seu tamanho (Tabela 10). Em propriedades de 10 a 50ha, as áreas destinadas a pastagens representam 56%, agricultura 20% e inaproveitáveis 24%, já as com mais de 200ha, apresentam respectivamente, 35%, 7%, 58%. Nota-se que as áreas das menores propriedades destinadas à agricultura, são de 20%, enquanto nas maiores ela chega a 7%, e as terras inaproveitáveis passam de 24% nas menores propriedades para 58% nas maiores. Isso confirma, pelo menos para o município de Bocaiúva, a impossibilidade de definir pequeno produtor pela extensão de suas terras.

Quanto a localização dos fornecedores da Nestlé no município, a sua maioria se encontra no interior, pois próximo à sede estão os fornecedores dos laticínios, e os que vendem o leite diretamente na cidade. Analisando a tabela 11, pode-se notar que mais da

metade das propriedades, 60%, está situada entre 20 e 60 km da sede do município, o que torna estes produtores ainda mais dependentes do carro do leite para a venda do produto.

Quanto a origem das propriedades, estas são na maioria compradas, 86,66% (Tabela 12). Isso ocorre pela falta de interesse em continuarem no campo, os herdeiros de grandes latifúndios desmembrados por herança, que acabam vendendo sua parte, procurando outras atividades. Já a administração da propriedade, quase toda ela é feita pelo próprio dono, 86,66%, não sendo registrado nenhum caso em que se contratasse administrador (Tabela 13). Isso confirma o perfil do produtor, (Tabela 06), que tem na propriedade sua única fonte de trabalho.

Na tabela 14, onde são apresentados por grupo o tamanho do rebanho, mostra que, em 86,66% dos produtores, ele não ultrapassa a 100 cabeças, sendo, portanto, considerado pequeno, dado a sua composição. Quanto ao perfil do rebanho, (Tabela 15), o número de vacas no total do rebanho não ultrapassa a 51%, e deste total, apenas 60% no máximo estão em lactação (Tabela 15), confirmando assim a média regional. Quanto à produtividade por lts/vaca/dia (Tabela 16), a média dos grupos apresentados mostra, respectivamente 2.71 lts/vaca/dia, no período de entressafra, e 4.68 no período de safra. Esse aumento na produtividade pode ser considerado muito bom, levando em conta a raça do rebanho, e também que ela ocorre basicamente com a melhoria do pasto.

No que diz respeito à mortalidade do rebanho, segundo os produtores, se comparada com a situação de 10 anos atrás, pode ser considerada inexistente, ocorrendo de forma esporádica, e por razões muito variadas. O motivo citado pelo maior número de produtores, 26,67% (Tabela 17), foi acidente. O motivo da queda da mortalidade bovina está, entre outras, na obrigatoriedade de vacinação por parte do governo do Estado, fiscalizado pelo IMA, e, principalmente, por ser condição primeira para poder fornecer leite à Nestlé. Outro motivo também plausível é que, com a mudança do perfil do rebanho, com tendência a pecuária de leite, a perda por exemplo, de uma vaca, significa redução na renda do produtor, exigindo, portanto, maiores cuidados, já que a venda do leite é sua principal fonte de renda.

A utilização de tecnologia no rebanho, como coleta mecânica, inseminação artificial e confinamento, não foi registrada em nenhuma propriedade, apenas o controle de febre aftosa é feita por 100,00% dos produtores (Tabela 18), por motivos já mencionados anteriormente.

Quanto a infra estrutura da propriedade (Tabela 19), 73,33% possui água encanada, e 76,66% energia elétrica, não sendo registrado nenhum caso de propriedades com telefone. As condições dos currais em todas as propriedades pesquisadas são de construção tradicional, feitas de madeira com piso de terra batida.

A água utilizada nas propriedades (Tabela 20) apresenta como principal origem, água de superfície, 63,64%. Nota-se também um dado interessante, 86,66% das propriedades são abastecidas por água de superfície ou cisterna, o que demonstra a perenidade da rede fluvial no município, a qual, mesmo em anos de estiagens prolongadas, em que ocorre uma redução no volume das águas, os rios não chega a secar, diferente de alguns municípios da região, que entram em estado de calamidade. Essa vantagem comparativa não tem sido aproveitada pelo produtor, pois o uso de irrigação e correção de solos praticamente não são utilizados, nem nas áreas de pastos, nem nas de agricultura.

Quanto à utilização de técnicas sugeridas pela ANPL, no que se refere à higiene na ordenha, 53,34% dos produtores dizem seguir (Tabela 21). Segundo os que não as utilizam, os custos para instalação de tubulação e lavatórios no curral ainda são altos, em comparação com sua renda. Para o IMA, poucos são de fato os produtores que seguem as orientações técnica. Apesar desse quadro, a rejeição de leite no posto de resfriamento é mínima, segundo os produtores, Os dados apresentados mostram que, durante o ano, apenas 30,00% dos produtores têm seu leite rejeitado de 1 a 3 vezes, (Tabela 22). Esses dados porém, contrariam o que diz o gerente do posto de resfriamento, pelo menos do ponto de vista dos pequenos produtores, segundo estes, que possuem uma cota reduzida, qualquer perda significa muito na renda, por isso tomam todo o cuidado para não haver rejeição.

No que refere à assistência técnica, feita pela EMATER, IMA e ANPL (Tabela 23), segundo os produtores, esta deixam muito a desejar, principalmente nas propriedades mais

distantes, aonde praticamente os técnicos não aparecem. Nota-se que apesar da “propaganda” da Nestlé, a presença de seus técnicos nas propriedades é pouco mais que 25%, enquanto a EMATER participa com 50%. Esses dados mostram que as respostas dos produtores às orientações técnicas são positivas, apesar da assistência ser deficiente; um exemplo disso é o baixo índice de rejeição de leite no posto de resfriamento.

O tipo de mão-de-obra utilizado na propriedade é quase que exclusivamente familiar; apenas 33,33% (Tabela 24), contrata mão-de-obra permanente, que geralmente é 1 vaqueiro. Quanto à mão-de-obra temporária, essa é utilizada pela quase totalidade dos produtores 93,34%. Essas contratações ocorrem praticamente no período de safra, para auxiliar na limpeza de pastos, plantio de pequenas lavouras, conserto de cercas, curral, etc.

Quanto à utilização e propriedade de equipamentos (Tabela 25), destaca-se a utilização do trator com grade em grande parte das propriedades, 90%, sendo que em todos os casos a propriedade do bem é de terceiros. Em seguida, utilizada em 83,34% das propriedades, sendo 80% próprios, tem-se o desintegrador ou enciladeira. Quanto aos equipamentos de tração animal (Tabela 26), o arado é o mais utilizado, 66,66%, sendo 63,33% próprio. O meio de transporte mais utilizado é o carroção, 83,33%, Não foi registrado em nenhuma propriedade o uso de carro de boi com roda de madeira. Todos esses meios de transportes são próprios. É importante observar, nestes dados, o quanto o produtor está atrasado no uso de máquinas e equipamentos, o que reflete um baixo nível de modernização, e a manutenção de técnicas tradicionais de produção. Esse comportamento portanto, faz parte do perfil do produtor, pois sendo, na sua maioria semi-analfabetos, acaba colaborando para esse quadro.

Apesar de o trator e grade serem utilizados em 93,33% das propriedades, sua utilização é muito pequena durante o ano, geralmente uma vez, prevalecendo o uso do arado de tração animal. Dos equipamentos utilizados, o desintegrador ou enciladeira merece maior atenção, dado a sua importância no desenvolvimento da pecuária de leite, pois, além de poupar mão de obra, é o ponto de partida para a modernização da produção, além de ser indispensável na formação de silagem para a alimentação do gado.

Dos equipamentos de terceiros utilizados, os contratados de particulares representam a maior parte, 48,28 (Tabela 27). Para os produtores, trabalhar com a associação e com a prefeitura é muito complicado, existem poucos equipamentos, e muitos produtores, e não há um critério democrático para distribuição.

Quanto a utilização de irrigação nas propriedades, é praticamente inexistente, apenas 6,66% utilizam, do tipo aspersão, em áreas bem reduzidas (Tabela 28). Esses dados refletem o baixo aproveitamento do potencial hídrico do município, como visto na tabela 20.

4.2.3- Indicadores Sociais

No que se refere às condições de moradia, as residências são, em geral, boas construções, de tamanhos variados, prevalecendo as residências de 8 a 10 cômodos presentes em 66,66% das propriedades, (Tabela 29). Para os produtores, as casas são pequenas, comparadas às de seus pais, isto porque o tamanho das famílias é menor, além disso, é mais fácil a manutenção, podendo receber mais benefícios, o que proporciona maior conforto, como, por exemplo, água encanada dentro de casa, presente em 83,33%, e banheiro dentro de casa, presente em 86,66% das residências (Tabela 30).

Quanto à assistência médico-odontológica dos produtores, ela é feita, em 50% dos casos, de forma particular (Tabela 31). Para os produtores, que não podem ficar fora da propriedade por muito tempo, pois a coleta de leite tem que ser feita todo dia, é preferível pagar particular, pois segundo eles há menos burocracia, e perdem menos tempo. O recolhimento para a previdência social praticamente não existe; apenas 6,66% diz pagar, e 30% são aposentados (Tabela 32), Todos os aposentados são pelo FUNRURAL (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural), e por idade.

A posse de bens, como eletro-eletrônicos e outros, estão presentes em boa parte das propriedades. Com exceção do rádio, presente em todas as propriedades, a geladeira 63,34% e a televisão 56,66 são os destaques (Tabela 33). Segundo os produtores, os bens

de valores mais elevados, como carro, televisão, antena parabólica e geladeira, foram comprados ao longo dos anos, com a venda de gado, e de forma esporádica, já que o rebanho é pequeno e constitui seu principal patrimônio. Os automóveis, na sua maioria, foram comprados há mais de 10 anos. Esse quadro, no entanto, reflete uma melhoria no nível de vida dos produtores.

Quanto à participação dos produtores em organizações associativas (Tabela 34), nota-se que mais da metade, 63,34%, está cadastrada em associações comunitárias; porém, segundo os produtores, dificilmente vão às reuniões, ou participam de qualquer atividade desenvolvida pela entidade. Esses dados refletem bem, o porquê dos equipamentos de terceiros utilizados pelos produtores serem na maior parte de particulares (Tabela 28). A falta de espírito associativista entre os produtores acaba sendo mais um entrave ao seu desenvolvimento.

A utilização de crédito agrícola pelos produtores é muito pouca, não mais que 16,66% utilizam; o destaque é para o Banco do Nordeste, com 10% (Tabela 35). Segundo os produtores, o principal motivo para não utilizarem o crédito, são juros elevados, 53,33%. A falta de crédito especial para a atividade agropecuária é um sério entrave à modernização dos pequenos produtores.

Quanto ao interesse dos produtores por meios de comunicação, a tabela 37 mostra que, diariamente, mais da metade 53,33%, utilizam, com destaque para o rádio 53,34%, e televisão 46,66% (Tabela 38). É importante notar que tanto o rádio como a televisão, pela sua audiência entre os produtores, tornam-se fortes aliados no combate à desinformação.

Os produtores não negam que desfrutam hoje de condições de vida melhores que as de seus pais, portanto, não atribuem isso à atividade leiteira em parceria com a Nestlé, mas sim à venda de parte de seu patrimônio, o que, por sua vez, os tornou mais pobres, já que o preço das suas terras tem desvalorizado muito nos últimos anos.

4.2.4- A Integração Produtor de Leite-Nestlé

O tempo de integração dos produtores de leite com a Nestlé são variados conforme tabela 39, porém, a maior parte, 66,66%, está integrada a mais de 5 anos, sendo que a forma como ocorreu a integração, em 70% dos casos, foi por iniciativa do produtor (Tabela 40). Nota-se que, apesar de estarem integrados a vários anos, o aumento da produção de leite ocorre de forma muito lenta, em parte pela resistência dos produtores em mudar o perfil do rebanho, o que colabora para uma baixa produtividade.

A quota diária de entrega de leite dos pequenos produtores é reduzida, (Tabela 41). Nota-se que mais de 50% dos produtores entregam até 40 litros, chegando até 20 litros no pique da entressafra, período considerado como crítico para os produtores.

O meio de transporte utilizado para a entrega do leite, por 90% dos produtores, é o carro do leite, de responsabilidade da Nestlé, apenas 10,00% entrega diretamente no posto de resfriamento com condução própria (Tabela 42). Os produtores que entregam diretamente, têm suas propriedades próximas à sede do município; quanto aos demais, não têm alternativa, tendo que pagar pelo serviço aproximadamente 9% do valor do leite.

Quanto ao aumento na produção de leite registrado no período de safra (Tabela 43), nota-se que em 90% dos produtores o aumento é de 76 a 100%. Esses dados revelam um ponto interessante a ser observado: a justificativa, tanto da Nestlé como dos produtores, de que a melhoria do perfil do rebanho é a principal condição para aumentar a produção de leite não é totalmente confirmada pelos números apresentados, pelo menos a curto prazo. Nota-se que 90% dos produtores registram um aumento de 75 a 100% na produção de leite, resultado de maior número de vacas em lactação no período, e maior produtividade por vaca, produtividade esta que se explica, principalmente, pela melhoria do pasto, o que pode ser confirmado pela tabela 16, onde, em média, registra-se um aumento de 70% na produtividade de leite. Aumento restrito, infelizmente, de 3 a 4 meses no ano, período em que o pasto permanece verde.

O leite produzido antes da integração com a Nestlé era utilizado por 80% dos produtores, na fabricação de queijos e outros derivados para venda (Tabela 44). Nota-se que o tipo de produção desenvolvida nas propriedades, exigia maior número de mão-de-obra, pois, segundo o produtor, além da coleta do leite, havia o trabalho da fabricação dos produtos, transporte e venda na cidade, além do desenvolvimento de outras atividades não diretamente ligadas à pecuária, como a criação de pequenos animais, agricultura, reparos etc. Esta mudança no perfil da produção, após a integração, levou a um “esvaziamento da propriedade”, quanto à absorção de mão-de-obra familiar, substituída, ocasionalmente, por mão-de-obra temporária.

Quanto ao motivo que levou os produtores a se integrarem com a Nestlé, para 70% (Tabela 45), é que não havia, e não há, principalmente para os produtores que moram mais distante da cidade, outra alternativa para a venda do produto; apenas 30,00% diz escolher a Nestlé porque paga em dias (Tabela 45). Esses, porém, possuem suas propriedades próximas a sede do município, tendo a alternativa de venderem para os laticínios; porém a diferença paga a mais é tão pequena, que não compensa o risco, além de os laticínios serem pequenos, podendo suspender a compra em situação de dificuldade.

No que se refere ao perfil da produção após a integração, os dados da tabela 46 mostram um aumento na produção de leite, para 50,00% dos produtores, o número de vacas em lactação aumentou para 53,34%, e o aumento na produtividade para 63,33%. Nota-se que para 56,66% dos produtores (Tabela 47), esta melhoria no perfil da produção, teve pouca influência da ANPL, resulta antes do esforço deles mesmos, da necessidade de melhorar a renda, já que a assistência técnica, como visto, deixa muito a desejar.

Para 100,00% dos produtores (Tabela 48), o aumento na produção de leite in-natura, para entrega, em nada colaborou para o aumento da mão-de-obra, já que eliminou outras atividades desenvolvidas anteriormente na propriedade; o que houve foi o contrário, reduziu o número de pessoas necessárias para a produção. A tendência portanto é reduzir ainda

mais, à medida que os produtores passarem a trabalhar com silos, na alimentação do gado, e com número maior de equipamentos.

Quanto à assistência técnica na propriedade, por técnicos da ANPL, como visto, registra-se pouco mais de 25%, e as visitas são esporádicas (Tabela 49), 66,66% dos produtores que solicitam a presença dos técnicos são atendidos, porém estes são os que possuem tourinhos da Nestlé na propriedade, ou são produtores maiores.

Apesar do esforço da Nestlé para introduzir no rebanho dos pecuaristas o tourinho desenvolvido por ela, os resultados ainda não são satisfatórios, pelo menos nas pequenas propriedades, como verificado. Apenas 23,33% dos produtores pesquisados possuem o animal (Tabela 50/51). Um dos problemas ainda é o preço, ou seja a quota de 12 lts/dia por 18 meses. Segundo os produtores, essa quantidade pode representar pouco para quem produz 100 litros ou mais, mas para quem produz 40 litros por exemplo, significa 30% da sua cota, o que o torna inviável. Outra reclamação é que os tourinhos, por terem sido desenvolvidos em condições especiais, exigem, uma vez na propriedade, tratamento especial se comparados aos outros; caso contrário, se transformam em um “saco de ossos”. Além desses motivos, os produtores aguardam os resultados deste cruzamento, quanto a produção de leite, o que ainda não foi verificado em nenhum dos produtores pesquisados.

A utilização das terras após a integração (Tabela 52), mostra uma tendência das propriedades para se estruturarem cada vez mais para atender à pecuária de leite, “engessando” a produção. A área destinada a pastagens aumentou em 73,34% das propriedades; quanto à área destinada a agricultura aumentou 13,33%. Nota-se ainda que quase 90% da área destinada à agricultura, ou foi reduzida, ou não se alterou, enquanto a área de pasto aumentou em 73%. Esses dados mostram uma situação preocupante, já que a participação de terras agricultáveis nas propriedades é reduzida (Tabela 10). A utilização cada vez maior de área para pasto pode comprometer à agricultura de subsistência, de extrema importância para o pequeno produtor.

Quanto a renda da propriedade após a integração (Tabela 52), em 56,64% dos produtores, não melhorou, isto porque, apesar de registrar um aumento na produção de leite, o baixo preço do produto impede o aumento da renda, exceto quando o aumento da produção é expressivo, a exemplo do curto período de safra. O que se verificou portanto, foi apenas um aumento físico na produção, não refletindo necessariamente um aumento monetário na mesma proporção.

A maior dificuldade para aumentar a produção de leite, para 53,33% dos produtores, está na raça do rebanho, que não é propícia a produção de leite (Tabela 53). Embora a alimentação do gado não constasse como opção de resposta no questionário, todos os produtores alegaram ser condição indispensável, faltando para tanto condições para realizá-la, principalmente investimento em cilagem.

Quanto ao aumento e valorização do patrimônio após a integração (Tabela 54), o destaque é para a melhoria na infra-estrutura produtiva, apontada por 30% dos produtores, sendo seguida pela melhoria na residência 20%. É importante observar que, exceto os tourinhos adquiridos da Nestlé, para 23,33% dos produtores, que são descontados diretamente na quota do leite, todos os outros bens, como, veículos, equipamentos, eletroeletrônicos etc, foram adquiridos ao longo de vários anos com a venda de gado, não com a renda do leite, suficiente apenas para a manutenção da família e da propriedade, não sobrando para investimentos.

Quanto ao motivo de trabalharem com a pecuária de leite em detrimento da agricultura (Tabela 55), os produtores apresentaram como principal argumento, 66,67%, o fato de o leite proporcionar menor risco e uma renda certa. Deve observar-se que quando o produtor compara o preço do leite aos produtos agrícolas, está se referindo basicamente ao arroz, feijão e milho, plantado ainda em condições tradicionais, sem melhoria de solo e irrigação. É bom também lembrar que outros municípios do Norte de Minas, em condições semelhantes ao de Bocaiúva, têm desenvolvido com relativo sucesso a produção de frutas para exportação.

O maior problema enfrentado pelos produtores quanto à integração, 93,34%, é o preço muito baixo do leite,(Tabela 56). Segundo os produtores, além de pagar pouco, a empresa ainda desconta o transporte, reduzindo ainda mais o preço.

Quanto ao futuro da integração com a Nestlé, os produtores são unânimes: pretendem não só continuar integrados, mas também estão dispostos a aumentar o máximo possível as suas cotas de entrega (Tabela 57). Segundo os produtores, não há linha de crédito ou qualquer outro incentivo para o desenvolvimento de outra atividade no município para o pequeno pecuarista, a transformação da propriedade eliminou a mão-de-obra existente, precisando, para desenvolver outra atividade qualquer de contratar mão-de-obra. Além disso, foram feitos investimentos em pastos plantados, equipamentos, e gado leiteiro, que, apesar de não serem muitos, eles não estão dispostos a perder. Nota-se ainda que o mercado para os produtos fabricados antes nas propriedades, e negociados diretamente pelos produtores, não existem mais, estão nas mãos dos pequenos laticínios.

Um fato novo que começa a surgir quanto à integração produtor de leite Nestlé, não só no município de Bocaiúva, mas também na região, e que merece destaque, é que a falta de alternativas para a venda do leite, tanto in-natura ou em derivados, antes restrito aos pequenos produtores, começa também a atingir os médios e os grandes produtores. O surgimento de pequenos laticínios em grande número, formados por grupos de pecuaristas maiores, não está sendo mais possível, dado a saturação do mercado, e a concorrência do leite longa vida vindo de outras regiões. A continuar esse processo, também os produtores maiores terão que se integrar à Nestlé, ou deixar a atividade leiteira, a menos que entrem novas grandes empresas no mercado, que possam absorver este excedente.

4.3 -CONCLUSÃO

Com um rebanho bovino estimado em 55.000 cabeças, o município de Bocaiúva possui condições necessárias para o desenvolvimento, com sucesso, da pecuária de leite. Com apenas 20% desse rebanho constituído de gado leiteiro e 12% de vacas em lactação, o município já é considerado o 4º maior produtor de leite da região.

A presença da Nestlé no município, a partir de 1983, marcou o início de profundas mudanças no mercado de leite local. A Empresa desenvolveu, ao longo dos anos, uma estrutura de mercado típica de quase-monopsônio. Sem concorrentes em potencial no mercado, ela mantém integrados a si praticamente 70% dos produtores de leite, sendo a metade pequenos produtores, e detém 60% da produção de leite. Cabe observar que uma participação maior no mercado não ocorre por restrição de concorrentes, mas provavelmente por conveniência da empresa.

As relações da Nestlé com seus fornecedores, em particular os pequenos, se desenvolvem num processo de dependência cada vez mais estreito. O pequeno produtor, que tem na produção de leite sua principal ou única fonte de renda para o sustento da família, praticamente não tem alternativa para vender seu produto, a fim de obter melhores lucros. A transformação do leite em derivados, e sua posterior venda, feita antes da integração pela maioria dos produtores, não é mais possível, por falta de mercado, atualmente dominado pelos laticínios. Desta forma, o pequeno produtor vê-se obrigado a concentrar suas atividades, exclusivamente na produção leite, para venda in-natura.

Com objetivo de forçar o produtor a mudar o perfil do rebanho e da propriedade, criando uma estrutura voltada apenas a produção do leite, a empresa mantém o produto a um preço baixo, o que, como consequência, reduz a renda do produtor; este, para recuperar a renda, tem que aumentar a produção, tendo que, para isto, alterar a base produtiva.

Embora a Nestlé aponte, estrategicamente, como principal responsável pela baixa produtividade do rebanho a qualidade genética, inviabilizando melhores lucros ao produtor,

os dados levantados mostram, pelo menos a curto prazo, uma outra realidade. O aumento da produção, com melhoria da renda do produtor, não só é viável, mas também possível a curto prazo, caso haja interesse da Empresa. Trata-se basicamente da melhoria da alimentação do rebanho, criando condições para que ela não só ocorra por circunstâncias naturais no período da safra, mas também ao longo da entressafra, com a formação de silagem, um investimento baixo, considerando os resultados.

Além da melhoria genética, a Nestlé tem também incentivado a melhoria na dieta alimentar do rebanho, inclusive financiando a compra de semente, formação de silos, equipamentos, etc, porém as condições ainda não são acessíveis ao pequeno produtor, que, para realizar tais benfeitorias, teria que abrir mão de parte de seu rebanho. Já para a venda de tourinhos, a Empresa não mede esforços, apesar do pequeno número de animais vendidos para os produtores menores.

Para a maior parte dos produtores, a integração com a Nestlé não tem resultado em melhoria na renda, o que mudou, portanto, foi o seu perfil, antes derivada de várias atividades desenvolvidas na propriedade, e atualmente na produção de um só produto. Se os produtores gozam de melhores condições sociais, não se deve isso à melhoria da renda, suficiente apenas para a manutenção da família e da propriedade, mas, pela venda esporádica de parte de seu patrimônio, o gado. Somam-se a isso os programas públicos de caráter social, como eletrificação rural a baixo custo, desenvolvida pela CEMIG, entre outros.

Apesar da resistência, ainda verificada entre os produtores, em transformar sua reserva de valor, na forma de gado de corte, em capital produtivo, na forma de vacas leiteiras, equipamentos e outros, é notório que, aos poucos, ele está sendo obrigado a ceder, a medida que a sua renda começa a comprometer sua manutenção e a manutenção da propriedade. Os dados levantados não deixam dúvidas quanto a essa realidade. Do rebanho total dos pequenos produtores pesquisados, metade já é composto de gado leiteiro, o que a Nestlé considera um avanço, se comparado a 10 anos atrás. As áreas de pastagens aumentaram em 73% das propriedades, enquanto que as áreas destinadas à agricultura

reduziram ou não se alteraram, em 90% dos casos. Soma-se ainda o uso de equipamentos, ainda que modesto, mas significativo, a exemplo do desintegrador/enciladeira, presente em 80% das propriedades.

A situação de dependência do pequeno produtor de leite se agrava, à medida que o município não oferece alternativas viáveis para o desenvolvimento de outras atividades, dependendo, para tal, da existência de linhas de crédito especiais, e incentivo por parte dos órgãos públicos, a exemplo do que já ocorre em alguns municípios da região com características semelhante ao de Bocaiúva, no desenvolvimento de hortifrutigrangeiros. Também colabora para manutenção desse quadro, o baixo nível de educação dos produtores, aliado à falta de espírito associativo para resolver problemas de interesse comum da classe.

Conclui-se, portanto, que as perspectivas quanto ao futuro da integração dos pequenos produtores de leite com a Nestlé, a menos que mude o quadro existente, caminha para uma situação de dependência cada vez mais profunda, e a evasão de mão-de-obra da propriedade deve continuar, não pela tecnificação da produção, ainda pouco significativa, mas principalmente pela insuficiência de renda, dado o baixo volume e valor da produção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fim da pequena produção, tão necessária e inevitável, como defenderam os autores clássicos, notadamente Marx, Lênin e Kautsky, não se confirmou, mas também não sobreviveu nos moldes preconizados por Chayanov. O desenvolvimento da pequena produção na forma como se apresenta hoje, tecnificada, levou à perda de sua autonomia e identidade; ela sobrevive, não mais em função e decisão dela mesma, mas do capital, para atender às suas necessidades. Quer seja o capital comercial ou industrial, notadamente a agroindústria.

No Brasil, a pequena produção sempre esteve em segundo plano. O processo de modernização agrícola verificado a partir da década de 60, não tinha como objetivo incluir os pequenos produtores, mas sim a agricultura de exportação e as indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas.

Sem condições de modernizar sua propriedade para atender às exigências do mercado, o pequeno produtor se vê obrigado, como forma de sobrevivência, a aliar-se à grande empresa, como fornecedor de matéria prima. Este tipo de parceria, tão interessante para o capital, é hoje utilizado por um grande número de agroindústria na produção dos mais variados tipos de produtos.

A indústria de laticínio, entre outras, foi uma das que mais se adaptou a este tipo de parceria, deixando a produção do leite a cargo dos produtores. Esse processo, no entanto, ocorre de formas variadas e em diferentes graus de dependência, levando, em última instância, o produtor a ser um simples operário do capital.

A Nestlé, uma das maiores empresas no ramo de laticínio do mundo é um exemplo típico desse tipo de parceria. Presente no Brasil desde de 1921, ela já conta com mais de 20 fábricas instaladas, e o desenvolvimento de várias bacias leiteiras, tendo como seus fornecedores os produtores de leite, na maioria pequenos.

A atuação da Nestlé no Norte de Minas data de 1983, com a compra de uma fábrica em Montes Claros, atualmente a única produtora de leite condensado da empresa no país. Uma vez instalada, ela começa a desenvolver uma bacia leiteira com características bem diferentes das demais. A análise de sua atuação na região se limitou ao município de Bocaiúva, objeto de nosso estudo.

O processo de ocupação e domínio da Nestlé no mercado do leite no município de Bocaiúva, mostra uma forma peculiar do avanço do capital no campo, através da integração com os pequenos produtores, levando-os paulatinamente a uma situação de dependência, a medida que o despoja de toda e qualquer reserva de capital, que não o produtivo, adaptando a produção às condições e formas determinadas pela indústria.

O domínio da Nestlé ocorre basicamente em duas etapas: primeiro, desenvolvendo uma estrutura de mercado de quase-monopólio, tirando dos produtores alternativas para venda do produto, que constitui sua principal fonte de renda. Essa etapa já está praticamente consumada. A segunda etapa deriva da primeira; trata-se da mudança na base técnica da propriedade. Para isso, a empresa mantém o preço do leite baixo, reduzindo a renda do produtor, obrigando-o a aumentar a produção. Para alcançar este objetivo, tornam-se indispensáveis mudanças na base técnica da propriedade, que consistem basicamente, na melhora do perfil do rebanho, formas de utilização das terras e uso de equipamentos, adaptando dessa forma a unidade produtiva exclusivamente à produção de leite.

Para a empresa, esta mudança na estrutura produtiva é indispensável, já que só o domínio do mercado não garante fidelidade do produtor, uma vez que a empresa só tem o domínio de um produto, não impedindo, caso venha a ser conveniente ao produtor, desenvolver outra atividade, a exemplo de hortifrutigranjeiros, já presentes com relativo sucesso em alguns municípios da região, com características semelhantes ao de Bocaiúva. Porém, para aqueles produtores que têm sua propriedade voltada tecnicamente para a produção de leite, dificilmente, pelo menos a curto prazo, terão condições de mudar sua base técnica e desenvolver outras atividades.

Nota-se que o processo de integração que se verifica no município difere dos tipos tradicionais; ele não ocorre por qualquer tipo de contrato formal entre a empresa e os produtores, mas por circunstância da estrutura de mercado. A integração não é a alternativa mais viável, mas a única para os pequenos produtores que vivem do leite.

A idéia proposta para este trabalho que as relações de produção entre os produtores e a Nestlé levariam estes, após a integração, a um processo de tecnificação da propriedade e posterior dependência, resume-se, no entanto, em integração e dependência simultaneamente, como forma de sobrevivência, derivando, a partir daí, o processo de tecnificação, e a dependência a um nível ainda mais elevado.

Quanto à eliminação de boa parte da mão-de-obra familiar da propriedade, permanecendo o mínimo necessário às atividades, pela tecnificação da produção, ainda não ocorre, pelo menos por enquanto e de forma acentuada. O processo de tecnificação da propriedade ainda é incipiente, embora significativo. A evasão tem como causa principal a insuficiência de renda, dado o baixo volume e valor da produção, necessário apenas a manutenção da família e da propriedade.

É importante observar que o aumento da produção e renda é possível a curto prazo, como ficou comprovado no trabalho, dependendo para isto, que a empresa crie condições aos produtores para realizá-las, com medidas simples, como a melhoria na alimentação do gado na entressafra, através da silagem, um investimento considerado pelos técnicos como baixo, comparado aos bons resultados. Porém, um aumento na produção e renda nestas bases não parece interessar à Empresa. O importante como já foi notado, é que a produção derive de forma consistente e regular, sobre bases técnicas mais sólidas da propriedade, pois o investimento com silagem, por exemplo, pode atender tanto à pecuária de leite como à de corte, uma vez que o rebanho é constituído por esses dois tipos de gado. Já a compra de uma vaca leiteira não tem outro objetivo, senão produzir leite. Isto não quer dizer que a Nestlé não apóie e até financie a formação de silagem, o que ela de fato faz, embora ainda não esteja ao alcance do pequeno produtor. Mas o que ela espera de fato e tem trabalhado

para isto é que o produtor busque os recursos necessários à melhoria da produção no próprio pasto, no seu gado de corte, reserva de valor que ele resiste em abrir mão, pois está ciente de que a transformação deste, em capital produtivo, significa sua dependência definitiva à agroindústria. Porém, pelo que tudo indica, essa resistência não deve durar muito, pois a renda, cada vez menor, começa a comprometer sua própria manutenção.

Outro ponto interessante a se notar, levantado pela pesquisa, é que a influência da Nestlé, não se limita aos produtores integrados, mas também a órgãos públicos, como a prefeitura municipal e até a EMATER, trabalhando em conjunto com o “objetivo comum” de melhorar as condições de vida do pequeno produtor rural.

Conclui-se, então, que o desenvolvimento do pequeno produtor, sua produção e renda, não dependem mais dele próprio, mas da agroindústria, que fornece ou não condições para que ela ocorra.

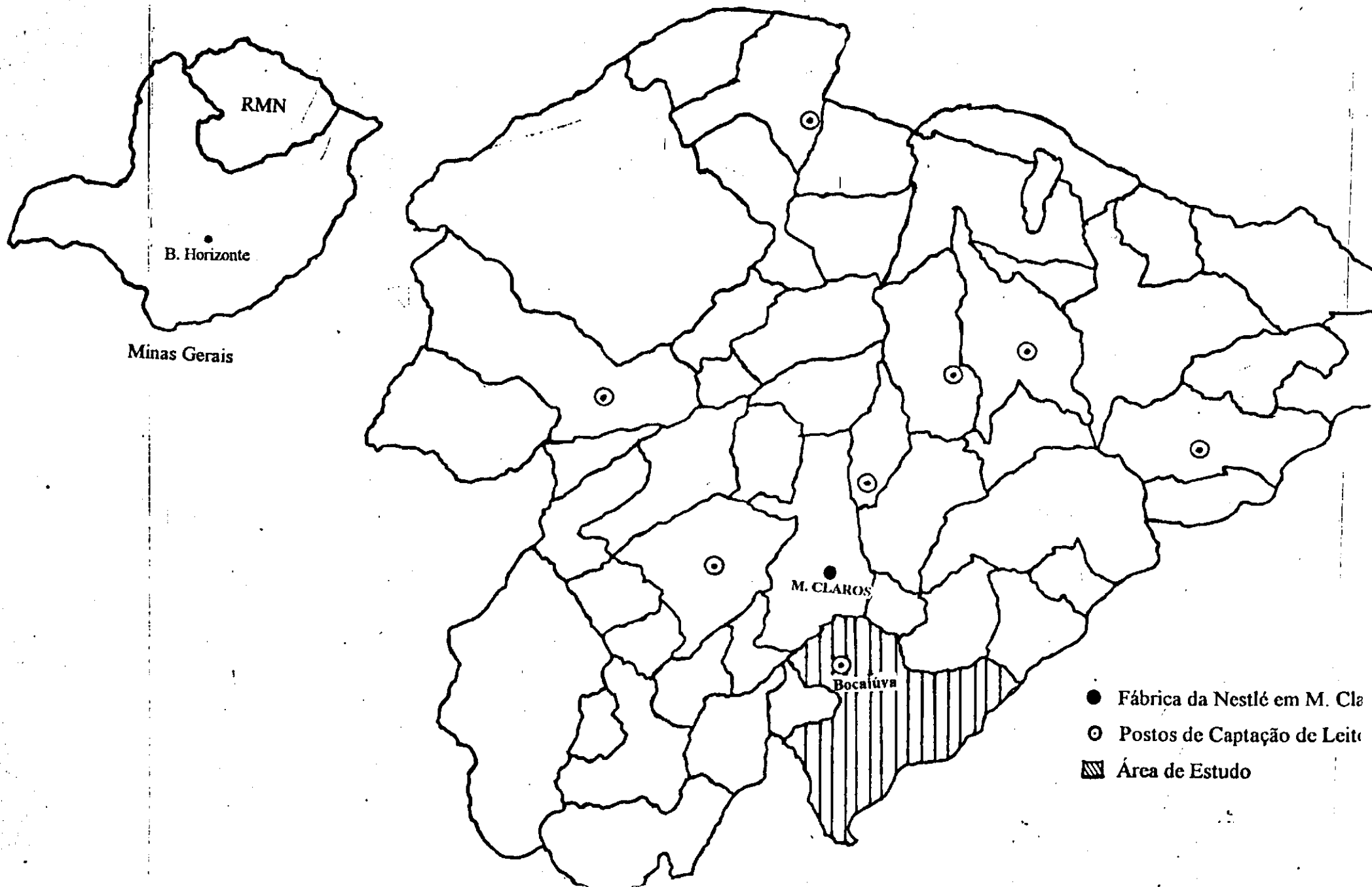
A sua propriedade, e tudo que dela emana, tem um objetivo único: produzir para a agroindústria, constituindo-se portanto, uma extensão de seus “braços”. O pequeno produtor, portanto, é um trabalhador para o capital. De que forma e em que circunstâncias isso ocorre não tem importância, constitui apenas mais uma estratégia do capital dentro do seu objetivo principal: extrair o sobre-trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão, Hucitec, ANPOCS, UNICAMP, 1992.
- AIDAR, A. C. K, e PEROSA Jr., RM. A Empresa Capitalista na Agricultura, Revista de Economia Política, vol. 01, nº 03, 1981.
- AMIN, Samir, e VERGAPOLOS, Costas. A Questão Agrária e o Capitalismo. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- AGUIAR, R. C. Estado e Pesquisa Agropecuária no Brasil, São Paulo, Polis, 1986.
- Anuário Estatístico da Região Mineira do Nordeste, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1994.
- BRANDÃO, A. S. P. Os Principais Problemas da Agricultura Brasileira; Análise e Sugestões, Rio de Janeiro, IPE/INPES, 1988.
- CHAYANOV, La Organización de La Unidad Económica Campesina, Buenos Aires, 1976.
- CORADINE E FREDERICQ. Agricultura, Cooperativas e Multinacionais, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1981.
- GUIMARÃES, A. P. A Crise Agrária, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979
- GOMES, J. M. A. Produção e Reprodução do Atraso da Agricultura Piauiense: A Pequena Produção Agrícola - Dissertação de Mestrado, Campina Grande-Paraíba, 1992.
- HOMEM de MELO, F. A Política Econômica e a Pequena Produção Agrícola, in Economia Agrícola Ensaios, São Paulo IPE, 1982.
- Informativo Nestlé - "Nós Somos a Nestlé do Brasil". São Paulo, 1995.
- Informativo Nestlé - Dez Anos de Conquista, São Paulo, 1993.
- KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária, São Paulo, Proposta Editorial, 1980.
- LACERDA, G. N. Capitalismo e Produção Familiar na Agricultura Brasileira, São Paulo, IPE/USP, 1985.
- LAMARCHE, Hughes, Coord. A Agricultura Familiar, Comparação Internacional, Campinas/SP, UNICAMP, 1993.
- LÊNIN, V. I. Capitalismo e Agricultura nos Estados Unidos, São Paulo, Editora Brasil Debates, 1980.
- LÊNIN, V. I. O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, São Paulo, Abril Cultural, 1983
- LOUREIRO, M. R. G. Parceria e Capitalismo, São Paulo, Editora Zahar, 1977
- MARX, Karl. O Capital, Livro III, Vol VI, Rio de Janeiro, Civilizações Brasileira, 1979

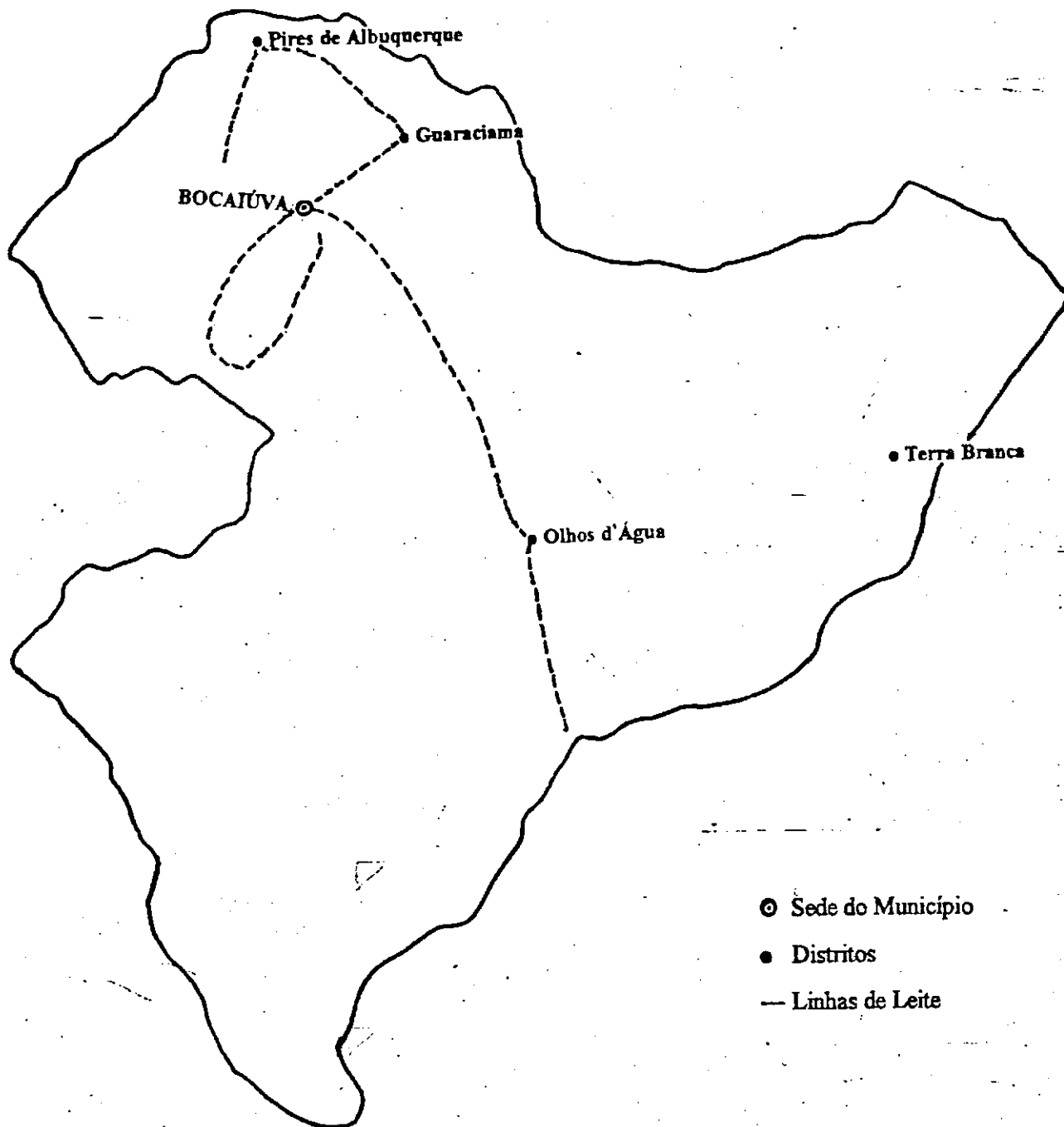
- MARTINE, G. Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira, Planejamento e Políticas Públicas. Brasília, IPEA, 1990.
- MULLER, Geraldo. Agricultura e Industrialização do Campo Brasileiro, São Paulo, Revista de Economia Política, Vol. 2/2, nº 06, Abril-Junho/1992.
- MULLER, Geraldo. Complexo Agro-industrial e Modernização Agrária, São Paulo, Hucitec, 1989
- PRADO JÚNIOR, Caio. A Revolução Brasileira, São Paulo, Editora Brasiliense, 1966.
- REYOON, Bastian P. Algumas Considerações Sobre o Debate Kautsky e Lênin Com os Populistas, Sobre a Pequena Produção. in Econ-Ens, Urbelândia, 4(2) e 5(1), 1988.
- REVISTA GAZETA MERCANTIL, Balanço Anual 1995/96 - Edição Especial, Out/95
- REVISTA PERFIL GEO-SÓCIO-ECONÔMICO DOS MUNICÍPIOS DA ÁREA MINEIRA DA SUDENE. Microrregião I, Montes Claros, AMAMS, 1987.
- SILVA, José Graziano da. A Modernização Dolorosa, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1982.
- SANDRONI, Paulo. Dicionário de Economia, São Paulo, Editora Best Seller, 1994.
- SANTOS, R. F. dos. Presença de Viéses de Mudança Técnica na Agricultura Brasileira, São Paulo, USP/IPE, 1986.
- SANTOS, R. F. dos. O Crédito Rural na Modernização da Agricultura Brasileira. in Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, 26(4): 393 - 404, out./dez. 1988.
- SORJ, Bernardo. Camponeses e Agroindústria, Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1982.
- SOUZA, Nali de Jesus. A Questão Agrária Brasileira: Fatos, Fontes Teóricas e Posições, Porto Alegre, IEPE/UFRGS, 1988.
- SHANIN, Teodor. A Definição de Camponês: Conceituações e Desconceituações. in: Trabalho e Dominação, São Paulo, Estudos CEBRAP, nº 26, Editora Vozes, 1980.
- WILKINSON, John. O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção, Hucitec, CEPAL/BA, São Paulo, 1986.
- VEIGA, J. E. da. O Desenvolvimento Agrícola, Uma Visão Histórica, São Paulo, USP, Hucitec, 1991.
- ZOCAL, R. Leite em Números, Coronel Pacheco-MG, EMBRAPA/CNPGL, 1994.

ANEXO I



- Fábrica da Nestlé em M. Cla
- ⊙ Postos de Captação de Leite
- ▨ Área de Estudo

MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA - LINHAS DE LEITE DA NESTLÉ



TABELAS

2.1-Perfil do Produtor

Tabela-01. Idade do Produtor

Idade	%
40 a 50 anos	46.66
51 a 60 anos	23.34
61 a 70 anos	23.34
Mais de 70 anos	6.66
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-02 Grau de Instrução do Produtor

Grau de Instrução	%
Analfabetos	13.34
Lê e escreve	6.66
Primário incompleto	36.66
Primário completo	33.34
Secundário incompleto	-
Secundário completo	6.66
Superior incompleto	-
Superio completo	3.34
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-03 Residência do Produtor

Local da Residência	%
No imóvel	83.34
Na sede do município	16.66
Fora do município	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-04 Tamanho da Família

Tamanho	%
Até 3 pessoas	10.00
De 4 a 6 pessoas	50.00
De 7 a 9 pessoas	26.66
De 10 ou mais pessoas	13.34
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-05 Renda Familiar (em salário mínimo)

Renda	%
De 1 a 3 SM	40.00
De 3.1 a 5 SM	60.00
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-06 Trabalho do Produtor Fora da Propriedade

Discriminação	%
Sim	-
Não	100.00
TOTAL	100.00

Fonte Pesquisa direta Set/96

Tabela-07 Membros da Família Que Trabalham/Moram Fora da Propriedade

Discriminação	%
Sim	70.00
Não	30.00
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-08 Motivos Para Trabalhar/Morar Fora da Propriedade

Motivos	%
Falta de oportunidade de trabalho no imóvel	33.34
Ajudar na renda familiar	-
Profissão urbana	9.52
Estudos/casamentos	57.14
Outros	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

2.2-Perfil da Propriedade e Infra-estrutura Produtiva**Tabela-09** Tamanho da Propriedade

Tamanho	%
Até 10 ha	-
De 11 a 50	16.66
De 51 a 100	36.66
De 101 a 150	23.34
De 151 a 200	6.67
Mais de 200 ha	16.67
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-10 Distribuição (%) da Utilização das Terras Por Grupo de Área (em ha)

Classificação	Área				
	De 10 a 50	De 51 a 100	De 101 a 150	De 151 a 200	Mais de 200
Pasto plantado	36.00	39.09	34.28	22.50	22.00
Pasto nativo	20.00	19.09	18.58	22.50	13.00
Agricultura	20.00	12.28	9.28	10.00	7.00
Inaproveitáveis/outras	24.00	29.54	37.86	45.00	58.00
TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-11 Distância da Propriedade à Sede do Município

Distância	%
Até 20 km	36.66
De 21 a 40 km	43.34
De 41 a 60 km	16.66
Mais de 60 km	3.34
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-12 Origem da Propriedade

Origem	%
Comprada	76.66
Herdada	23.33
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-13 Administração da Propriedade

Discriminação	%
Proprietário	86.66
Membros da família	13.34
Administrador	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-14 Tamanho do Rebanho Bovino

Rebanho	%
Até 50 cab.	46.66
De 51 a 100 cab.	40.00
De 101 a 150 cab.	13.34
De 151 a 200 cab.	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-15 Perfil do Rebanho Leiteiro

Discriminação	Participação (%) por grupo		
	Até 50 cab.	De 51 a 100 cab.	De 101 a 150 cab.
Vacas no Total do rebanho	50.35	47.08	40.00
Vacas em lactação no total das vacas	59.28	56.25	53.75

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-16 Produtividade do Rebanho Leiteiro (lts/vaca/dia)

Discriminação	Produtividade média por grupo		
	Até 50 cab.	De 51 a 100 cab.	De 101 a 150 cab.
Entressafrá	2.75	2.90	2.50
Safrá	4.90	4.90	4.25

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-17 Mortalidade no Rebanho

Causa	%
Raiva	16.66
Desnutrição	10.00
Diarreia	16.67
Acidentes	26.67
Doenças	30.00
Causa desconhecida	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-18 Utilização de Tecnologia e Controle de Aftosa

Discriminação	Sim	Não
Coleta mecanizada	-	100.00
Inseminação artificial	-	100.00
Confinamento	-	100.00
Controle de aftosa	100.00	-

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-19 Infra -Estrutura da Propriedade

Discriminação	Sim	Não
Água encanada	73.34	26.66
Energia elétrica	76.67	23.33
Telefone	-	100.00
Curral encimentado	-	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-20 Origem da Água Utilizada na Propriedade

Origem	%
Cisterna	23.34
Poço tubular próprio	6.66
Poço tubular comunitário	6.66
Água de superfície	63.34
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-21 Orientações da Assistência Técnica na Ordenha

Discriminação	%
Segue	53.34
Não segue	46.66
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-22 Rejeição do Leite no Posto de Resfriamento

Frequência /ano	%
1 a 3 vezes	30.00
Mais de 3 vezes	3.34
Não ocorre	66.66
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-23 Assistência Técnica na Propriedade

Discriminação	%
EMATER	50.00
COOPERBOC	-
ANPL	26.66
IMA	23.34
Particular	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-24 Trabalho Contratado na Propriedade - Trabalhador/Ano

Discriminação	1 Trabalhador	2 Trabalhadores	3 Trabalhadores	4 Não tem
Permanentes	33.33	-	-	66.67
Temporários	30.00	43.34	20.00	6.66

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-25 Utilização de Equipamentos Mecânicos e Propriedade - (Dist.%)

Equipamentos	Próprios	De terceiros	Não usa
Trator	-	90.00	10.00
Grade	-	90.00	10.00
Arado mecânico	-	3.33	96.66
Desintegrador/enciladeira	80.00	3.34	16.66
Semeadeira	-	-	100.00
Cultivador	-	-	100.00
Patrol	-	-	100.00
Batedeira de grãos	-	-	100.00
Pulverizador	-	-	100.00
Roçadeira	-	-	100.00
Desnatadeira	-	-	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-26 Utilização de Equipamentos de Tração Animal e Propriedade

Equipamentos	Próprio	De terceiros	Não usa
Arado	63.33	3.33	33.34
Plantadeira c/ adubadeira	26.67	6.67	66.66
Carpideira	13.34	-	86.66
Cultivador	3.34	-	96.66
Carroção	83.34	-	16.66
Carroça	50.00	-	50.00
Charrete	20.00	-	80.00
Carro de boi	-	-	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-27 Origem dos Equipamentos de Terceiros Utilizados

Origem	%
Particular	48.28
Associação	31.04
Patrulha mecanizada da prefeitura	20.68
Cooperativa	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela- 28 Utilização de Irrigação

Tipo de irrigação	%
Aspersão	6.66
Inundação	-
Gravidade	-
Gotejamento	-
Não usa	93.34
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

2.3-Indicadores Sociais**Tabela-29** Tamanho da Residência (n° de cômodos)

N° de Cômodos	%
De 8 a 10	66.66
De 5 a 7	33.34
Mais de 10	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-30 Condições da residência

Discriminação	%	
	Sim	Não
Água encanada dentro de casa	83.33	16.67
Banheiro dentro de casa	86.66	13.34

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-31 Assistência Médico-odontológica

Discriminação	%
Particular	50.00
Posto de saúde municipal	33.33
SUS	13.33
Convênios	3.34
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-32 Contribuição Para Fins de Aposentadoria/Aposentados

Discriminação	%
Sim	6.66
Não	63.34
Aposentados	30.00
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-33 Condições de Vida/Posse de Bens (dist.%)

Discriminação	Sim	Não
Automóvel	36.66	63.34
Geladeira	63.34	36.66
Televisão	56.66	43.34
Rádio	100.00	-
Aparelho de som	20.00	80.00
Vídeo cassete	3.34	96.66
Freezer	-	100.00
Máquina de costura elétrica	-	100.00
Chuveiro elétrico	36.66	63.34
Fogão a gás	76.66	23.34
Bicicleta	26.66	73.34
Ventilador	13.34	86.66
Antena Parabólica	43.34	56.66

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-34 Participação em Organização Associativa

Discriminação	%
Sindicato rural	10.00
Sociedade rural	-
Associação comunitária	63.34
Cooperboc	20.00
Outros	6.66
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-35 Utilização de Crédito Agrícola e Agente Financiador

Discriminação	%
B. do Brasil	6.66
B. do Nordeste	10.00
BEMGE	-
Credinor	-
Outros	-
Não usa	83.34
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-36 Motivos Para Não Utilização de Crédito

Discriminação	%
Juros elevados	53.34
Custo do projeto	10.00
Burocracia no processo	6.66
Ausência de linha de crédito	20.00
Outros	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-37 Frequência em Que Lê/Assiste Meios de Comunicação

Discriminação	%
Diariamente	53.33
Semanalmente	13.34
As vezes	33.33
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-38 Meios de Comunicações de Massa Mais Utilizados

Discriminação	%
Televisão	46.66
Rádio	53.34
Jornal	-
Revistas técnica	-
Outras revistas	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

2.4-A Integração Nestlé - Pequenos Produtores**Tabela-39** Tempo de Fornecimento de Leite

Discriminação	%
Até 1 ano	-
De 1.1 a 3 anos	23.34
De 3.1 a 5 anos	10.00
Mais de 5 anos	66.66
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-40 Forma em Que Ocorreu a Integração

Discriminação	%
Por iniciativa do produtor	70.00
Por iniciativa da Nestlé	30.00
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela 41 Quota diária de Entrega de Leite (lts)

Discriminação	%
De 20 a 40 lts	56.66
De 41 a 50 lts	23.34
De 51 a 60 lts	20.00
Mais de 60 lts	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-42 Meios de Transportes Utilizado Para Entrega do Leite

Discriminação	%
Carro do leite	90.00
Transporte próprio	10.00
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-43 Aumento (%) da Produção de Leite no Período de Safra

Discriminação	%
Até 50%	3.34
De 51 a 75%	6.66
De 76 a 100%	90.00
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-44 Destino do Leite Antes da Integração

Discriminação	%
Coopagro	13.34
Venda direta na sede do município	6.66
Fabricação de queijos e derivados para venda	80.00
Não coletavam	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-45 Motivo de Integrar-se a Nestlé

Discriminação	%
Não há outro comprador	70.00
Paga melhor preço	-
Possui boa assistência técnica	-
Paga em dias	30.00
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-46 Situação da Produção Após a Integração (dist.%)

Discriminação	Sim	Não
Aumento da produção de leite	50.00	50.00
Aumento da produtividade	63.66	36.67
Aumento do nº de vacas em lactação	53.34	46.66

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-47 A Participação da ANPL na Melhoria do Rebanho e Aumento da Produção de Leite

Discriminação	%
Tem ocorrido	43.34
Não tem ocorrido	56.66
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-48 Aumento na Produção de Leite Com Aumento da Mão de Obra Familiar Ocupada

Discriminação	%
Tem ocorrido	-
Não tem ocorrido	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-49 Frequência dos Técnicos da ANPL na Propriedade

Discriminação	%
Mensal	-
Bimestral	-
Trimestral	33.34
Assim que solicita	66.66
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-50 Tourinho da Nestlé no Rebanho

Discriminação	%
Possui	23.33
Não possui	76.66
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-51 A Introdução do Tourinho no Rebanho e Aumento na Produção de Leite

Discriminação	%
Ocorreu	-
Não ocorreu	-
Ainda não tem resultados	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-52 Utilização Das Terras e Situação da Renda Após a Integração (dist.%)

Discriminação	Aumentou	Diminuiu	Não alterou
Área destinada a pastagem	73.33	-	26.67
Área destinada à agricultura	13.33	23.33	63.34
Renda da propriedade	43.33	10.00	46.64

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-53 Dificuldades Para Aumentar a Produção de Leite

Discriminação	%
Raça não propícia a produção de leite	53.33
Pouca vaca no rebanho em lactação	33.33
Investimento não compensa	13.34
Pouca área para pasto	-
Pouca mão de obra	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-54 Aumento e/ou Valorização do Patrimônio Após Integração (dist. %)

Discriminação	Sim	Não
Aquisição de terras	10.00	90.00
Aquisição de gado	23.34	76.66
Melhoria na infra-estrutura produtiva	30.00	70.00
Melhoria na residência	20.00	80.00
Aquisição de máquinas e equipamentos	16.66	83.34
Aquisição de automóvel	-	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-55 Preferência Pela Pecuária de Leite em Detrimento à Agricultura

Discriminação	%
Problemas climáticos	6.66
Preço do leite melhor que produtos agrícolas	10.00
Proporciona menor risco e uma renda certa	66.67
Ocupa pouca mão de obra	16.67
Outros	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-56 Problemas Enfrentados Pelos Produtores em Relação a Integração

Discriminação	%
Preço do leite	93.34
Transporte	6.66
Assistência Técnica	-
Outros	-
TOTAL	100.00

Fonte - Pesquisa direta Set/96

Tabela-57 Quanto a Quota de Leite entregue a Nestlé

Discriminação	%
Pretende aumentar	100.00
Pretende diminuir	-
Pretende não alterar	-

Fonte - Pesquisa direta Set/96

ANEXO II

QUESTIONÁRIO DO PRODUTOR

Questionário nº

Nome do produtor

PERFIL DO PRODUTOR

01 Idade

1-De 40 a 50 anos 2-De 51 a 60 3-De 61 a 70 4-Mais de 70 anos

02 Escolaridade

1-Não tem 2-Lê e escreve 3-Primário incompleto 4-Primário completo 5-Secundário incompleto
6-Secundário completo 7-Superior incompleto 8-Superior completo

03 Residência

1-No imóvel 2-Na sede do município 3-Fora do município

04 Tamanho da família

1-Até 03 pessoas 2-De 4 a 6 pessoas 3-De 7 a 9 pessoas 4-De 10 ou mais pessoas

05 Renda familiar em salário mínimo

1-Não respondeu 2-de 1 a 3 S.M 3-de 3.1 a 5 S.M 4-de 5.1 a 7 S.M 5-de 7.1 a 10 S.M 6-Acima de 10 S.M

06 Principal fonte da renda familiar

1- Da propriedade 2-Outras fontes

07 Além do trabalho na propriedade, também trabalha fora?

1-Sim 2-Não

08 - CANCELADA

09 Possui membros da família que trabalham/estudam fora da propriedade?

1-Sim 2-Não

10 Principal motivo de trabalhar/morar fora da propriedade

1-Falta de oportunidade de trabalho no imóvel 2-Ajudar na renda familiar 3-Profissão urbana 4-
Estudos/casamento 5-Outros

PERFIL DA PROPRIEDADE

11 Tamanho da propriedade

1-Até 10 ha 2-de 11 a 50 ha 3-de 51 a 100 ha 4-de 101 a 150 ha 5-de 150 a 200 ha 6-mais de 200

12 Utilização das terras (%)

12.1-Pasto plantado ()

12.2-Pasto nativo ()

12.3-Agricultura ()

12.4-Outros ()

13 Distancia da propriedade a sede do município em Km

1-Até 20 km 2-De 21 a 40 km 3-De 41 a 60km 4-Mais de 60 km

14 Origem da propriedade

1-Comprada 2-Herdada 3-Outros

15- Cancelada

16 Administração da propriedade

1-Proprietário 2-Membros da família 3-Administrador

17 Principal fonte de renda da propriedade

1-Leite 2-Cereais 3-Hortifrutigrangeiros 4-Gado de corte 5-Outros

PRODUÇÃO, INFRA-ESTRUTURA PRODUTIVA E NÍVEL TECNOLÓGICO

18 Rebanho bovino

1-Até 50 cabeças 2-De 51 a 100 3-De 101 a 150 4-De 151 a 200

18.1 Percentual de vacas no rebanho ()

18.2 Percentual de vacas em lactação no total de vacas ()

18.3 Produção média por vaca/dia na safra ()

18.4 Produção média por vaca/dia na entressafra ()

19 Possui água encanada na propriedade

1-Sim 2-Não

20 Origem da água utilizada na propriedade

1-Cisterna 2-Poço tubular próprio 3-Poço tubular comunitário 4-Água de superfície 5-Outros

21 Possui energia elétrica na propriedade?

1-Sim 2-Não

22 Possui telefone na propriedade?

1-Sim 2-Não

23 Utilização de tecnologias diferenciadas na pecuária

23.1 Inseminação artificial 1-Sim 2-Não

23.2 Confinamento 1-Sim 2-Não

23.3 Controle de aftosa 1-Sim 2-Não

24 Condições do curral

1-Piso de terra batida 2-Encimentado

25 Coleta de leite

1-Manual 2-mecânica

26 Principal causa de mortalidade no rebanho

1-Raiva 2-Desnutrição 3-Diarréia 4-Acidente 5- Outras doenças 6-Causa desconhecida

27 São seguidas as orientação da assistência técnica, quanto a coleta e higiene durante a ordenha ?

1-Sim 2-Não

28 Possui tourinho de alta linhagem adquirido da Nestlé no rebanho? (caso positivo quantos) ()

29 Por qual entidade é mais frequentemente assistido?

1-EMATER 2-COOPERBOC 3-ANPL 4-Particular

30 Além da mão de obra familiar, utiliza mão de obra contratada na produção? (caso positivo quantos/ano)

30.1-Permanentes () 1-Uma pessoa 2-Duas pessoas 3-Não tem

30.2-Temporários () 1-Uma pessoa 2-Duas pessoas 3-Três pessoas 4-Não tem

31 Utilização de equipamentos mecânicos e propriedade (1- próprios 2- de terceiros 3-não utiliza)

31.1-Trator

31.2-Patrol

31.3-Arado mecânico

31.4-Roçadeira

31.5-Semeadeira

31.6-Cultivador

31.7-Grade

31.8-Batedeira de grãos

31.9-Pulverizador

31.10-Desintegador

31.11-Desnatadeira

32 Idem para implementos de tração animal

32.1-Arado

32.2-Carpideira

32.3-Plantadeira com adubadeira

32.4-Grade

32.5-Cultivador

32.6-Carro de boi

32.7-Carroça

32.8-Charrete

32.9-Carroção

33 Origem dos equipamentos de terceiros utilizados na propriedade

1-Patrolha mecanizada da Prefeitura de Bocaiúva 2-Cooperativas 3-Particular 4-Associação

34 Utilização de irrigação na propriedade (caso positivo que tipo)

1-Aspersão 2-Inudação 3-Gravidade 4-Gotejamento 5-Não usa

INDICADORES SOCIAIS

35 Quantos cômodos possui a residência? ()

1-De 5 a 7 cômodos 2-De 8 a 10 3 - mais de 10

36 Possui água encanada dentro de casa? 1-Sim 2-Não

- 37 Possui banheiro dentro de casa? 1-Sim 2-Não
- 38 Qual o destino dos dejetos humanos ? 2-Fossa 2-Esgoto 3-Não tem
- 39 Qual o principal destino da renda familiar?
1-Alimentação 2-Remédios 3-Impostos e taxas 4-Eletrrodomésticos/vestuários 5-Investimento na infra-estrutura produtiva 6-Gado 7-Outros
- 40 Possui automóvel? 1-Sim 2-Não
- 41 Assistência médico-odontológica
1-Postos de saúde municipal 2-SUS 3-Convênios 4-Particular
- 42 Contribui com o INSS ou outra entidade para fins de aposentadoria ? 1-Sim 2-Não 3-Já é aposentado
- 43 Condições de vida (indique 1-Sim ou 2-Não para a posse do bem)
- 43.1-Geladeira
 - 43.2-Televisão
 - 43.3-Rádio
 - 43.4-Aparelho de som
 - 43.5-Video-Cassete
 - 43.6-Freaser
 - 43.7-Máquina de costura elétrica
 - 43.8-Chuveiro elétrico
 - 43.9-Fogão a gás
 - 43.10-Bicicleta
 - 43.11-Ventilador
 - 43.12-Antena parabólica
- 44 Participação em organização associativa
1-Sindicato rural 2-Sociedade rural 3-Associação comunitária 4-Cooperboc 5-Outros
- 45 Utilização de crédito agrícola e agente financiador
1-Não usa 2- Banco do Brasil 3-Banco do Nordeste 4-BEMGE 5-Credinor 6-Outros
- 46 Dificuldades para obtenção do crédito

1-Juros elevados 2-Necessidade de aval/garantia/fiança 3-Custos do projeto 4-Burocracia no processo 5-Instabilidade do mercado 6-Ausência de linha de crédito para a região 7-Outros

47 Assiste ou lê meios de comunicação de massa 1-Sim 2-Não

48 Frequência em que lê ou assiste meios de comunicação de massa

1-Diariamente 2-Semanalmente 3-As vezes

49 Meios de comunicação de massa mais utilizado

1-Televisão 2 - Rádio 3-Jornais 4-Revistas técnicas 5-Outras revistas

INTEGRAÇÃO PRODUTOR DE LEITE -NESTLÉ

50 A quanto tempo é fornecedor de leite para a Nestlé?

1-Até um ano 2-De 1 a 3 anos 3-De 3 a 5 anos 4-Mais de 5 anos

51 Qual a quota diária de entrega? 1-De 20 a 40 litros 2-De 41 a 50 3- De 51 a 60

52 De quanto é o aumento pecentual da produção no período de safra?

1-Até 50% 2-De 51 a 75% 3-De 76 a 100%

53 Como é feita a entrega do leite?

1-Utiliza o carro do leite 2-Leva diretamente ao posto de resfriamento

54 Qual era o destino do leite antes da integração cm a Nestlé?

1-Coopagro 2-Vendia diretamente na sede do município 3-Fabricação de derivados para venda 4-Não coletava

55-Qual o principal motivo de fornecer leite para a Nestlé?

1-Não há outro comprador 2-Paga o melhor preço 3-Possui uma boa assistência técnica 4-Paga em dia

56 Aumentou o número de vacas em lactação após a integração?

1-Sim 2-Não

57 Aumentou a produtividade de leite por vaca/dia após a integração?

1-Sim 2-Não

58 O aumento da produção de leite na propriedade, caso tenha ocorrido, refletiu um aumento da mão de obra familiar ocupada?

1-Sim 2-Não

59 A ANPL tem colaborado para melhoria do perfil do rebanho e aumento na produção de leite?

1-Sim 2-Não

60 Qual a frequência de técnicos da ANPL na sua propriedade?

1-Mensal 2-Bimestral 3-Trimestral 4-Assim que solicita 5-Não tem

61 A introdução de tourinho de alta linhagem no rebanho, caso tenha havido, tem refletido um aumento na produção de leite?

1-Sim 2-Não 3-Ainda não tem resultados

62 Depois da integração com a Nestlé a área destinada a pastagem

1-Aumentou 2-Diminuiu 3-Não alterou

63 Depois da integração com a Nestlé a área destinada a agricultura

1-Aumentou 2-Diminuiu 3-Não alterou

64 A renda da propriedade após a integração com a Nestlé

1-Melhorou 2-Piorou 3-Não alterou

65 Como é negociado o preço do leite pago pela Nestlé?

1-Associação/sindicato 2-Comissão de produtores 3-Preço determinado pela Empresa

66 Caso ocorra rejeição do leite no posto de resfriamento, por acidez ou outro motivo, qual a frequência? anual? 1-1 a 3 vezes 2- Mais de 3 vezes 3-Não ocorre

67 Qual o principal problema para aumentar a produção de leite?

1-Rebanho cuja raça não é propícia a produção de leite 2-Pouca vaca no rebanho em lactação 3-Investimento não compensa 4-Propriedade é pequena e conseqüentemente área de pasto 5-Pouca mão de obra

68 A integração com a Nestlé favoreceu para o aumento ou valorização do seu patrimônio? (indique 1-Sim ou 2-Não)

- 68.1-Na aquisição de terras
- 68.2-Na aquisição de automóvel
- 68.3-Na aquisição de telefone
- 68.4-Na aquisição de gado
- 68.5-No melhoramento da infra-estrutura produtiva
- 68.6-Em melhorias na propriedade
- 68.7-Em melhorias na residência
- 68.8-Na compra de máquinas e equipamentos
- 68.9-Não houve

69 Existe algum tipo de compromisso entre a Nestlé e os fornecedores de leite? (caso positivo)

- 1-Informal 2-Formal por escrito 3-Não tem

70 Existe algum tipo de repreensão por parte da Nestlé, quando o fornecedor suspende o fornecimento de leite ?

- 1-Sim 2-Não Qual?

71 Como é feito o pagamento ref. a compra de tourinhos e outros bens adquiridos da ANPL?

- 1-Desconta na quota de leite 2-Financiamento próprio da ANPL 3-Financiamento no mercado

72 De que forma ocorreu a integração com a Nestlé?

- 1-Por iniciativa da Empresa 2-Por iniciativa do produtor

73 Pretende aumentar a quantidade de leite entregue a Nestlé?

- 1-Sim 2-Não

74 Qual o principal motivo pela preferência da pecuária de leite em detrimento a agricultura?

- 1-Problemas adafa-climáticos 2-Preço do leite em comparação a produtos agrícolas 3-O leite proporciona menor risco e uma renda certa 4-Ocupa pouca mão de obra 5-Outros

75 Qual o maior problema hoje enfrentado pelos produtores de leite em relação a integração?

- 1-Preço do leite 2-Transporte 3-Assistência técnica 4-Outros